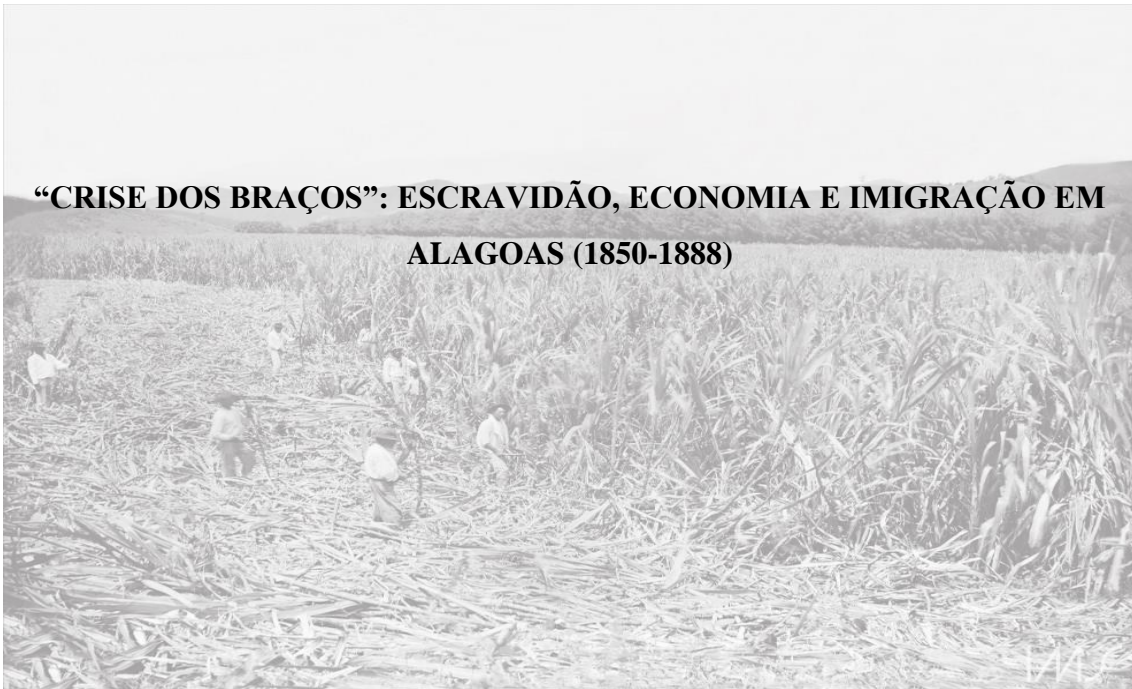




UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS - UFAL
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS COMUNICAÇÃO E ARTES - ICHCA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

MARIA VALÉRIA DA SILVA ARAÚJO

**“CRISE DOS BRAÇOS”: ESCRAVIDÃO, ECONOMIA E IMIGRAÇÃO EM
ALAGOAS (1850-1888)**



MACEIÓ – AL 2020



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS - UFAL
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS COMUNICAÇÃO E ARTES - ICHCA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

MARIA VALÉRIA DA SILVA ARAÚJO

**“CRISE DOS BRAÇOS”: ESCRAVIDÃO, ECONOMIA E IMIGRAÇÃO EM
ALAGOAS (1850-1888)**

Texto apresentado ao programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Ciências Humanas, Comunicação e Artes da Universidade Federal de Alagoas, como requisito para obtenção do título de mestre em História.

Orientadora: Dra. Michelle Reis de Macedo



MACEIÓ – AL 2020

**Catálogo na fonte
Universidade Federal de
Alagoas Biblioteca Central
Divisão de Tratamento Técnico**

Bibliotecária: Taciana Sousa dos Santos – CRB-4 2062

A663c Araújo, Maria Valéria da Silva.
“Crise dos braços”: escravidão, economia e imigração em Alagoas (1850-1888) /
Maria Valéria da Silva Araújo. – 2020.
127 f. : il. ; figs. ; grafs. ; tabs. color.

Orientadora: Michelle Reis de Macedo.
Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Alagoas. Instituto
de Ciências Humanas, Comunicação e Artes. Maceió, 2020.

Bibliografia: f. 127-137.

1. Escravidão – Alagoas. 2. Economia agrícola. 3. Imigração. I. Título.

CDU: 326: 314.742 (813.5)

Folha de Aprovação

MARIA VALERIA DA SILVA ARAUJO

**CRISE DOS BRAÇOS”: ESCRAVIDÃO, ECONOMIA E IMIGRAÇÃO EM
ALAGOAS (1850-1888)**

Dissertação submetida ao corpo docente do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Alagoas e aprovada em 08 de julho de 2020.

Michelle Reis de Macedo

Prof.^a. Dr.^a. Michelle Reis de Macedo (Orientadora)
Universidade Federal de Alagoas

Banca Examinadora:

Gian Carlo de Melo Silva

Prof. Dr. Gian Carlo de Melo Silva (Examinador Interno)
Universidade Estadual de Alagoas

Aldemir Barros da Silva Junior

Prof. Dr. Aldemir Barros da Silva Junior (Examinador Externo)
Universidade Estadual de Alagoas

Dedico este trabalho, bem como todas as minhas demais conquistas, a todos os amigos (a) e professores (a) que me deram força e me incentivaram nessa longa caminhada. Em especial, dedico ao meu esposo e companheiro de lutas Kleyton Farias, pessoa que mais me motivou, me encorajou e não me deixou desistir em meio as adversidades.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a minha orientadora Michelle Reis de Macedo que me ajudou a concluir este trabalho, ao professor Aldemir Barros por ter aceitado o convite em participar da banca, especialmente ao professor Gian Carlo de Melo, sua participação na banca examinadora foi importante demais para mim, é uma pessoa que admiro e me espelho. Agradeço a (FAPEAL), Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Alagoas, por ter financiado minha bolsa de mestrado durante a maior parte do tempo que fiquei no programa. Sem esse recurso não seria possível a conclusão dessa etapa acadêmica tão importante. Agradeço ainda, aos amigos que me motivaram todo esse tempo, entre eles sou grata ao historiador Oseas Batista, me ajudou muito compartilhando textos e me dando dicas, serei eternamente grata a todo o auxílio que me foi dado. Agradeço ao professor Darlan Lourenço, amigo que sempre me estimulou. Destaco aqui meu companheiro Kleyton Farias, agradeço por acreditar em mim quando eu não acreditava, em me ajudar sempre a enfrentar as dificuldades, em não me deixar desistir. Agradeço aos meus pais, única família que tive nessa trajetória, minha mãe Josefa Maria e meu pai José Macelon, pessoas humildes, batalhadoras, vieram da roça do interior de Alagoas para Maceió, a falta de oportunidade e incentivos fizeram com que ambos não concluíssem o ensino fundamental, a vida sofrida os fez me dá motivação e me ajudar mesmo sem ter as mínimas condições. Lhes agradeço imensamente, eu os amo muito e farei valer tudo o que fizeram por mim.

*Veio para ressuscitar o tempo
e escalar os mortos,
as condecorações, as liturgias, as espadas,
o espectro das fazendas submergidas,
o muro de pedra entre membros da família,
o ardido queixume das solteironas,
os negócios de trapaça, as ilusões jamais confirmadas
nem desfeitas.*

*Veio para contar
o que não faz jus a ser glorificado
e se deposita, grânulo,
no poço vazio da memória.
É importuno,
sabe-se importuno e insiste,
rancoroso, fiel.*

(Poema: Historiador/ Carlos Drummond de Andrade)

RESUMO

A lei Eusébio de Queiroz, que estabeleceu o fim do comércio negreiro em 1850, deu início a um processo que determinou a diminuição progressiva dos braços escravizados na Província de Alagoas. Em junção a isso, a crise do açúcar, fugas dos escravizados e a cólera fizeram parte do cenário da região durante a segunda metade do século XIX. Esses e outros fatores, foram apontados pela elite política e agrária como preocupantes para o desenvolvimento da lavoura. De acordo com esse grupo, essas condições acarretaram em uma crise de trabalhadores e, para reverter tal quadro, a busca por imigrantes foi a opção escolhida pela administração provincial, principalmente na década final da escravidão. O objetivo era suprir a necessidade de mão-de-obra no trabalho agrícola trazendo imigrantes, já que havia uma desvalorização do trabalhador nacional livre que era tachado como preguiçoso e incapaz de obedecer às regras do trabalho formal. Logo, a pesquisa aqui proposta pretende compreender como procedeu Alagoas diante dessa conjuntura.

Palavras-chave: Escravidão; Alagoas; Imigração; Economia

ABSTRACT

The Eusébio Queiroz law, which established the end of the slave trade in 1850, initiated a process that determined the progressive reduction of slave workers in the province of Alagoas. In addition, the sugar crisis, slave escape and cholera were part of the region's scenario during the second half of the 19th century. The political elite and agrarian as worrying for the development of the crop pointed out these and other factors. According to this group, these conditions led to a workers' crisis. To reverse this situation, the search for immigrants was the option chosen by the provincial administration, especially in the final decade of slavery. The goal was to meet the need for labor in agricultural labor by bringing in immigrants, as there was a devaluation of the free national worker who was labeled as lazy and unable to obey the rules of formal labor. Therefore, the research proposed here intends to understand how Alagoas proceeded in view of this conjuncture.

Keywords: Slavery; Alagoas; Immigration; economy

LISTA DE GRÁFICOS, TABELAS E IMAGENS:

GRÁFICOS

Gráfico 1 - Índices de exportação de cativos para outras Províncias por anos fiscais entre 1842 a 1881p. 22

Gráfico 2 - Receitas de todos os impostos arrecadados na Província das Alagoas (em reis) 1850/1-1870/1.....p. 86

TABELAS

Tabela 1 - Diminuição cativa entre os anos de 1848 a 1882.....p. 23

Tabela 2 - População livre e escrava nas freguesias de Pioca e Maceió, 1854.....p. 25

Tabela 3 – População de pessoas livres nas freguesias de Pioca e Maceió, 1854.....p. 25

Tabela 4 - População livre e escrava das freguesias de Pioca e Maceió, 1858.....p. 26

Tabela 5 - População escrava por gênero, Freguesias de Maceió e Pioca, 1858.....p. 26

Tabela 6 - População livre por comarca e gênero, Província das Alagoas, 1870.....p. 26

Tabela 7 - Escravos Por Localidade 1855/56-1872.....p. 27

Tabela 8 - População presente e residente em Alagoas (Períodos: 1872,1890 e 1900)p. 29

Tabela 9 – Sobre o algodão, 1862p. 81

Tabela 10 – Sobre o açúcar, 1862.....p. 83

Tabela 11 - quadro de exportação do açúcar e algodão, 1876.....p. 84

Tabela 12 - o número de imigrantes que desembarcaram no Brasil entre os anos de 1884 a 1903.....p. 104

IMAGENS

Imagem 1 - Cemitério Nossa Senhora da Piedade no final do século XIX.....p.41

Imagem 2 - N° de Habitantes e Vítimas da Cólera na Província de Alagoas.....p. 47

Imagem 3 - Disputa entre escravocratas e abolicionistas.....p. 61

Imagem 4- Livro, Mapa/Estudos técnicos da estrada de ferro Central da Província de Alagoas. Capital e a Vila de Imperatriz, 1871.....	p. 69
Imagem 5 - Estação Central, construída no século XIX.....	p. 69
Imagem 6 - Principais gêneros de exportação- Província de Alagoas.....	p. 72
Imagem 7- Tabela dos fretes de transportes de cargas entre Jaraguá e Maceió.....	p. 74
Imagem 8 – Nota da exportação do porto de Maceió.....	p. 75
Imagem 9 – Safra do algodão da Província das Alagoas no quadriênio de 1854 a 1858.....	p. 76
Imagem 10 – Safra do açúcar da Província das Alagoas no quadriênio de 1854 a 1858.....	p. 77
Imagem 11- Quadro de exportação, 1882 a 1892.....	p. 85
Imagem 12 – Modelo de lista para registro de imigrantes. Final do século XIX.....	p. 121
Imagem 13- Modelo de lista para registro de imigrantes. Final do século XIX.....	p. 121
Imagem 14 - Capa da Revista de imigração de Alagoas. 1893.....	p. 122
Imagem 15 - Lista de imigrantes italianos para Alagoas, 1889.....	p. 123

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
CAPÍTULO I: CRISE E ESCRAVIDÃO	20
1.1 BRAÇOS PARA A LAVOURA.....	30
1.2 A CÓLERA NA PROVÍNCIA ALAGOANA COMO FATOR DE DECRÉSCIMO DA POPULAÇÃO.....	40
1.3 FUGAS DE ESCRAVIZADOS: OS ANÚNCIOS NOS JORNAIS.....	49
CAPÍTULO II: ECONOMIA E O TRABALHADOR LIVRE DA PROVÍNCIA DE ALAGOAS	67
2.1 SAFRAS EM PERIGO? ALGUNS DADOS SOBRE A PRODUÇÃO AGRÍCOLA.....	78
2.2 O TRABALHADOR LIVRE DE ALAGOAS.....	87
CAPÍTULO III: CRISE E IMIGRAÇÃO	98
3.1 O INTERESSE DO NORTE PELA IMIGRAÇÃO EUROPEIA	105
3.2 ALAGOAS E O DESEJO PELA IMIGRAÇÃO.....	110
CONSIDERAÇÕES FINAIS	125
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	128
FONTES	135

INTRODUÇÃO

[...] A crise, ainda seguindo a perspectiva médica, é uma situação de mudança que exige da pessoa, do grupo, do corpo em crise, um esforço suplementar para manter ou recuperar o equilíbrio (ou para sucumbir ao colapso, caso o equilíbrio não possa ser retomado). A crise envolve ainda “perdas”, ou a necessidade de substituições e readaptações rápidas. Envolve também um momento decisivo, inclusive no sentido de que, diante da crise, invariavelmente é preciso tomar alguma decisão que poderá – ou deverá – mudar os destinos do corpo, do indivíduo, do grupo ou da sociedade em crise. O conceito de crise implica em uma compreensão que pode envolver combinadamente as seguintes características: perturbação, disfunção súbita, interrupção em um processo autorregulado, risco de colapso, momento decisivo, duração provisória (tendente à recuperação do equilíbrio com mudança, ou à extinção através do colapso), sensação de perda, processo vivido de maneira penosa ou dolorosa, oportunidade de mudança. Todas as sociedades conhecidas, bem como todos os corpos vivos, ou todas as vidas pessoais, podem ou devem vivenciar crises algumas vezes. De fato, para ficar apenas no âmbito dos estudos de História, todas as sociedades que já existiram, em diversos momentos de sua história, viveram crises (ou para superá-las, ou para sucumbir a elas). “Crise”, por isso, é um conceito altamente generalizável. O conjunto das notas características que a este conceito se referem na maior parte das *compreensões* propostas, e a vasta *extensão* de casos aplicáveis de processos históricos já acontecidos que podem ser pensados como crises, autorizam-nos a dizer, no que se refere a “crise”, que estamos aqui diante de um conceito com altíssimo ‘potencial generalizador diacrônico’.¹

A ideia de crise foi importada das ciências médicas e se estendeu nas análises sociais a partir dos séculos XVII e XVIII. É comum vermos na Ciência a aplicação de conceitos provenientes de outros campos de conhecimento², a ciência histórica como outras áreas dos estudos sociais utiliza o conceito de “crise” para estabelecer explicações a determinados fatores sociais, comumente ligados a ideia de instabilidade e rupturas de aspectos sociais diversos. Nessa perspectiva, trataremos aqui de um momento da história do Brasil e especificamente de Alagoas, onde as constantes mudanças no setor escravista durante a segunda metade do século XIX trouxeram preocupações, certas rupturas e momentos de insegurança para determinados grupos sociais da época.

Não se trata de uma crise financeira tangível, pelo menos ao que se constava nos cofres da Província, todavia teremos um leque mais amplo para analisarmos, uma vez que

¹ BARROS, José D’assunção. Os conceitos na história: considerações sobre o anacronismo. Varia, Espelho de Clio. (Artigo), 2017. p. 10. Acesso: <https://journals.openedition.org/lerhistoria/2930>

² Ibid., p. 7.

“crise” não se resume apenas à questão econômica. Para mais, trataremos aqui da “crise do sistema escravista” que trouxe grande apreensão a boa parte da elite financeira e política. Tentaremos compreender a “crise de braços”, destacando a grande lavoura, de homens e mulheres livres que se negaram sistematicamente a aceitar determinadas funções caso algumas demandas não fossem aceitas pelo empregador. Trataremos da iminente ruptura entre trabalho escravo e livre, assim como as novas relações de trabalho que passaram a existir nas circunstâncias que abalaram a servidão. Trataremos da inquietação que pairava sobre a cabeça da aristocracia alagoana.

Substancialmente, este trabalho busca analisar a Província de Alagoas entre os anos de 1850, com o fim do tráfico de africanos, a 1888, ano marcado pelo fim do cativo. A palavra “crise” durante o período aqui estudado vagueava entre os jornais e periódicos da época, era permanente nos debates políticos, e enchia os relatórios presidenciais de apelos ao governo imperial. Era uma “crise” que planava em diversos aspectos, em especial a partir do ano de 1850, quando os lamentos passam a ser mais constantes. Ela compreende amplamente uma incessante preocupação financeira e se espalhando posteriormente em inúmeras preocupações. De acordo com os relatos que analisaremos, as dificuldades que afetavam a agricultura estavam diretamente ligadas ao fim do tráfico africano.

O fato é que desde a promulgação da lei Eusébio de Queiroz em 1850 começaram a surgir lamentações em torno das questões referentes à escravidão e aos braços para o trabalho agrícola. Essas queixas normalmente eram vindas dos grandes proprietários rurais, posto que o pequeno conseguia administrar sua produção sem a necessidade de ter grandes quantidades de cativos para o trabalho, podiam utilizar mais mão de obra livre, como a dos próprios familiares, por exemplo, do que o trabalho escravo. Ademais, com o fim do tráfico o preço do cativo aumentara consideravelmente, assim dificultava a aquisição destes por parte do pequeno proprietário, e estes haveriam de se virar com o que suas possibilidades proporcionavam. Por outro lado, o grande proprietário com sua produção em larga escala via a necessidade de adquirir grandes quantidades de braços para o trabalho, passaram a se incomodar com os altos preços dos escravizados em junção a uma constante preocupação econômica antiga advinda do século XVII, período em que o açúcar passou a apresentar quedas no preço no exterior tendo como um dos fatores iniciais a concorrência holandesa.

Em suma, a lei de 1850 provocou desagradados aos grandes fazendeiros alagoanos. As reclamações eram, na maioria das vezes, expressas nos relatórios dos presidentes que

ocuparam o cargo na Província alagoana. Estes, por sua vez, tinham uma certa ligação com essa elite agrária, que comumente também fazia parte da administração política local. Os presidentes de Província eram “nomeados por Carta Imperial e dirigidas às Assembleias Provinciaes a partir de 1835, com as presenças dos governantes”.³ Nas falas e relatórios presidenciais eram expressas as atividades exercidas pela administração provincial, assim como, as solicitações ao governo imperial a despeito das necessidades da Província.

Nestes relatórios, as declarações de desequilíbrio da lavoura e da falta de braços pela diminuição cativa após o fim do tráfico africano eram de uma constância espantosa. Relatavam que os braços livres existentes fugiam do trabalho, pois, eram apontados pela elite política e agrária como preguiçosos e acusados de ter preconceito ao trabalho braçal por associa-lo à escravidão. Por vezes, viam-se jornais mais conservadores como o *Orbe* a publicar as mesmas inquietações. Costumeiramente, os grandes proprietários da Província buscavam tais jornais para descarregar seus descontentamentos, e estes jornais davam o espaço que esses senhores necessitavam, inclusive fazendo anúncios de compra, venda e aluguel de cativos, coisa muito comum na época, apesar de haver jornais que se negavam a fazer esse tipo de publicação.

Periódicos abolicionistas como o *Gutenberg* exerciam seu papel de oposição, denunciando e protestando contra os grandes proprietários escravocratas de Alagoas. Denunciavam os abusos ao trabalhador livre cometidos pelos contratantes que exploravam e pagavam mal ao empregado. Culpavam esses empregadores o fato dos trabalhadores livres se desviarem dos empregos oferecidos. Denunciavam ainda os excessos cometidos pelos proprietários contra o cativo, quando o castigava severamente. Braços não faltavam, segundo os abolicionistas faltava humanidade e pouca ganância dos grandes proprietários da região, que se negavam a pagar o trabalhador livre e buscava sempre prolongar a escravidão até onde desse para aproveitar da mão de obra barata.

O interesse pela imigração vem como resultado dessa conjuntura. Com o pouco interesse do governo imperial em incentivar a imigração ao Norte do país, Alagoas se vê perante a um escasso resultado em relação à entrada de estrangeiros. Todavia, demonstrou ações para atrair colonos para a região oferecendo variadas vantagens.

³ BARROS, Luiz Nogueira. Fallas provinciaes: sua relevância para a pesquisa em Alagoas. Revista do Arquivo Público de Alagoas. Maceió, número 2, dezembro de 2012. p. 357.

Será nesse cenário que basearemos nossas reflexões. O *paradigma indiciário* de Carlos Gizburg⁴ nos possibilitou observar indicadores, por meio dos relatórios presidenciais, jornais e periódicos, das ações tomadas pelos presidentes da Província e dos grandes proprietários em relação às questões aqui apontadas. A *análise do discurso* nos auxiliou na averiguação das falas e relatórios dos presidentes de Província, que foram trabalhadas de forma *interna* e *externa*⁵ como falado pelo historiador Durval Muniz de Albuquerque Junior em *Discursos e pronunciamentos: A dimensão retórica da historiografia*. Tivemos ainda o auxílio do historiador Julio Aróstegui em sua abordagem sobre *Linguagem e discurso* em *A pesquisa histórica: teoria e método*⁶, onde é apresentada técnicas para examinar esse tipo de conteúdo.

Por fim, dividimos o texto em três capítulos. O primeiro denominado *Crise e Escravidão* apresenta a Província de Alagoas a partir de 1850 nas circunstâncias da lei Eusébio de Queiroz, onde alguns dados demográficos sobre a população escrava e livre são evidenciados. Ainda neste capítulo, observamos as constantes reclamações e solicitações ao governo imperial em relação à diminuição cativa e a falta de braços na Província por parte de diferentes presidentes em seus respectivos mandatos. Veremos ainda, algumas causas apontadas na época como potencializadoras da diminuição da população cativa. A cólera na década de 1850 foi devastadora na Província ceifando grandes quantidades de vidas, entre elas a população escravizada. Outro fator importante que também é apontado como uma das causas da redução de cativos nas plantações, foram as fugas. Mesmo com a ausência de números, a frequência das fugas nos finais do século XIX em confluência com a efervescência do movimento abolicionista, com surgimento

⁴ GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas, sinais: Morfologia e História*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

⁵ De acordo com Durval Muniz a *análise externa* de um discurso “implica perguntar a respeito de suas relações com aquilo que o cerca, com aquilo que o situa num dado tempo, espaço, sociedade, cultura, relações, políticas, economias, ou seja, pergunta-se por suas condições históricas de possibilidade, por aquelas condições que permitiram sua emergência, seu pronunciamento”. (ALBUQUERQUE Jr. p. 236. 2012). Em relação a *análise interna* o historiador corrobora que “o discurso não é transparente, não é uma lente ou um espelho através do qual vemos o que está fora ou para além dele simplesmente. O texto dos discursos tem uma espessura própria, tem uma existência própria, tem regras de constituição e de produção, tem uma estrutura interna que precisa ser analisada”. (ALBUQUERQUE Jr. p. 237. 2012).

⁶ O historiador apresenta várias técnicas para a análise documental, entre elas encontrasse a *análise do discurso*, ao se referir a análise das regulações para analisar o discurso político, Júlio Aróstegui esclarece que nessa técnica “o indicador é o perfil do discurso. Por meio desse procedimento de análise do discurso pode-se entrar na análise do poder, das estratégias e regulações do antagonismo (...) a regulação de um discurso tem dois momentos ou elementos: perfil e sequência. Mas, na realidade, esses elementos, no nível mais elevado, parecem mais uma estratégia de regulação de contradições do que de relações de poder. O tratamento do discurso político resulta essencial em certo tipo de história, porque o “discurso político” é o canal fundamental de comunicação entre o poder e a sociedade”. (ARÓSTEGUI. p. 529. 2006)

de algumas leis libertárias como a lei do Ventre Livre e Sexagenário, estrutura-se para a iminente finalização do cativo, causando aborrecimento aos escravagistas de Alagoas.

O segundo capítulo apresenta brevemente o perfil do desenvolvimento econômico e estrutural da Província alagoana na segunda metade do século XIX. É mostrado as demandas que se abateram sobre a lavoura, onde a falta de crédito rural, tecnologias e educação agrícola eram constantemente citados pela administração Provincial como grandes problemas. Imagens retiradas dos relatórios provinciais também foram usadas para expor alguns dados econômicos sobre safras e exportações dos principais gêneros em épocas específicas. Nesta parte do trabalho, separamos um espaço para falar do trabalhador livre pobre alagoano, com o intuito de tentarmos identificar como era vista essa população.

No terceiro e último capítulo intitulado Crise e Imigração, é mostrado como se deu o interesse pela imigração estrangeira, primeiramente no âmbito nacional, em seguida na região Norte e por fim na Província de Alagoas. Aqui é falado sobre o projeto civilizatório nacional do qual estadistas e intelectuais da época, utilizando das teorias eugenistas dos fins do século XIX, buscavam no imigrante o embranquecimento dos mestiços e pretos, objetivando moldar a sociedade brasileira considerada desprovida de civilidade. Ademais, tinham como um dos principais propósitos suprir as lavouras de braços estrangeiros, dado que com a diminuição cativa os grandes proprietários viam dificuldade em utilizar o trabalhador nacional livre. Ainda é mostrado o descaso do governo imperial em relação ao Norte nos assuntos referentes à imigração, algumas províncias dessa região se reuniram no congresso agrícola do Recife no ano de 1878 para debater as diversas demandas que necessitavam as províncias nortistas, inclusive a atenção distraída por parte da Coroa em relação à imigração foi um fato muito citado. É apresentado ainda, a Província alagoana e seu desejo pela imigração para o abastecimento dos braços, principalmente na lavoura canavieira. Diversas solicitações ao governo foram feitas pelos políticos locais para a criação de núcleos coloniais, contudo, não atendidas.

Para que o leitor não se confunda com alguns termos que usamos no texto, esclarecemos os quatro mais citados no decorrer do trabalho. Em primeiro lugar, utilizamos “tráfico” ao invés de “comércio” quando tratamos do fim da vinda de escravizados a partir de 1850 para o Brasil, uma vez que a lei de 1831 já negligenciava a vinda de africanos para o país. Contudo, ao nos referirmos à venda de escravizados internamente, trataremos sob o aspecto de “comércio” e não de “tráfico” como falado por

alguns historiadores neste trabalho. Entendemos que a escravidão no Brasil ocorreu totalmente legalizada até o ano de 1888 com a promulgação da Lei Áurea, nesse sentido as transações envolvendo cativos entre as províncias brasileiras eram legitimadas, se constituindo então em “comércio” interprovincial de cativos, e não em “tráfico” dado que este se caracteriza por ser algo clandestino ou ilícito. O termo “Norte” é outro bastante utilizado durante o texto, quando referenciado compreende a região “Nordeste” que conhecemos atualmente, mas precisamos ter em mente que durante o recorte temporal dessa pesquisa não se tinha ideia de Nordeste⁷. O outro termo aplicado no trabalho é o “escravizado” e não “escravo” como utiliza algumas de nossas fontes bibliográficas e documentais. Compreendemos que a escravidão foi algo imposto. A escravidão não é algo natural, logo, ninguém nasce escravo, torna-se escravizado ao ser submetido a tal regime⁸. Por fim, a pesquisa foi escrita de forma simples e objetiva para que se torne entendível para toda a sociedade.

⁷ O conceito foi posto em uso durante o século XX. No século XIX a região ainda era denominada de Província do Norte. De acordo com Durval Muniz, “O Nordeste é uma especialidade fundada historicamente, originada por uma tradição de pensamento, uma imagística e textos que lhe deram realidade e presença”. ALBUQUERQUE Jr. Durval Muniz de. A invenção do Nordeste e outras artes. São Paulo: Cortez, 2011. p. 66.

⁸ MUNANGA, Kabengele. Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. In: Programa de educação sobre o negro na sociedade brasileira[S.l: s.n.], 2004. Disponível em: <<https://bdpi.usp.br/item/001413002>>. Acesso em: novembro. 2019.

CAPÍTULO I

CRISE E ESCRAVIDÃO

*[...]é a falta de braços que se resente a agricultura,
e a continuada exportação de escravos que a
riqueza das Províncias do Sul arranca às do Norte [...]*

(Fala do presidente da Província de Alagoas, Antônio Coêlho de Sá e Albuquerque, 1 de março de 1855)

Falava-se em crise braçal nos grandes estabelecimentos agrícolas de Alagoas durante a segunda metade do século XIX. Uma problemática que, segundo proprietários e estadistas da época, havia se potencializado em 1850 com a lei Eusébio de Queiroz⁹. A lei determinava o fim do tráfico de escravizados para o Brasil, sua implantação foi “um divisor de águas na vida política e social do império”¹⁰, uma vez que extinguiu o fluxo principal de trabalhadores escravizados para as grandes plantações do país, fazendo com que o governo imperial procurasse outras possibilidades em relação à mão de obra, que poderia, em um futuro próximo, suprir a escrava.¹¹

Com o encerramento do tráfico Atlântico, intensificou-se o comércio interprovincial de escravizados no país, e “ao longo das décadas de 1850, 1860, e 1870, cerca de 220 mil escravos foram transferidos para o Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais, a maioria oriunda das províncias do Nordeste”¹². Essas regiões viviam um momento de expansão de suas economias, o que levou o fluxo de escravizados, em sua maioria, diretamente para essas áreas, uma vez que “o crescimento ou o declínio da

⁹ Desde a primeira metade do século XIX, Brasil e Inglaterra entraram em constantes desacordos em relação ao fim do comércio de escravizados. Vários tratados foram assinados com o objetivo de regular a entrada de escravos no Brasil. Entre eles a lei de 7 novembro de 1831 confirmou a proibição da importação de cativos, contudo, a lei foi totalmente burlada. No ano de 1837 o parlamento inglês adotou ações de interceptação de qualquer navio negreiro que encontrasse. Em 1845, mais uma vez, o parlamento intimidou os estadistas brasileiros colocando em prática a Lei Bill Aberdeen que estabelecia o aprisionamento de navios negreiros. A forte repressão ao tráfico pelos ingleses, levou o governo brasileiro a buscar medidas mais eficazes, o estopim teria sido o denominado “incidente Cormorant” em 1850. Nesse mesmo ano surge a lei Eusébio Queiroz pondo fim ao tráfico de escravos, com uma legislação que determinava penas rígidas para os traficantes. Ler: MAMIGONIAN, Beatriz Gallotti. *Africanos Livres: a abolição do tráfico de escravos no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

¹⁰ CHALHOUB, Sidney. *A Construção Nacional 1830-1889*, v.2. História do Brasil Nação: 1808-2010. Direção Lília Mortiz Schwarcz. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012. p. 38.

¹¹ *Ibid.*, p. 38.

¹² SLENES, Robert W. *The Brazilian Internal Slave Trade, 1850-1888. Regional Economies, Slave Experience, and the Politics of a Peculiar Market*. 2004, p. 331. (Apud. TEIXEIRA, Luana. 2016. p. 28)

população escrava nas várias regiões do Brasil dependiam de seu sucesso econômico relativo”.¹³

Em *Formação Histórica de Alagoas*, Cicero Péricles de Carvalho fala um pouco sobre a crise que há muito vinha passando o açúcar no Norte. O historiador argumenta que o comércio de escravizados ajudou os proprietários a quitar dívidas em razão destes venderem seus cativos para o Sudeste, ao mesmo tempo que viam diminuir cada vez mais a presença escrava em suas fazendas¹⁴. Manuel Diegues Junior em seu livro intitulado *O Banguê nas Alagoas* também irá falar da crise açucareira, a qual, segundo o autor, teria sido agravada pelo êxito econômico cafeeiro da região Sudeste do país. De acordo com Diegues Junior:

A economia do açúcar debatia-se, então, em uma de suas crises mais agudas, que vinha de certo modo prejudicar o ritmo progressista de existência do banguê. Agrava essa situação o deslocamento do eixo econômico para o sul, que se repetia no século XIX com a expansão da produção cafeeira. Primeiro, fora no período colonial com a grande migração humana para as zonas de mineração; depois, o progresso da cultura do café, em pleno século XIX, arrebatava ao Nordeste a hegemonia econômica. São estas duas épocas que trazem a cultura do açúcar prejuízos financeiros, se bem que a estrutura econômica tenha procurado resistir, como de fato, resistiu, aos impulsos das novas fontes de riqueza então surgidas no país. Foi então que mais se arraigou o exclusivismo da cultura açucareira. O banguê sofria os seus primeiros desencantos, mais agravados nos finais do século XIX com o aparecimento da usina.¹⁵

Nesse cenário, Alagoas foi ativa no comércio interprovincial, o número de escravizados saídos da Província e enviados para as principais regiões do Sudeste do país foi bem expressivo. De acordo com a historiadora Luana Teixeira, “mais de seis mil escravos saíram legalmente por Alagoas e esse movimento não foi compensado pela entrada de cativos. É viável, portanto, pensar que a diminuição real da população escrava na Província foi, em parte, influenciada pela exportação de escravos”¹⁶. Para demonstrar

¹³ CONRAD, Robert. Os Últimos Anos da Escravatura no Brasil: 1850-1888: tradução de Fernando de Castro Ferro. Rio de Janeiro, civilização Brasileira, 1978. p. 76

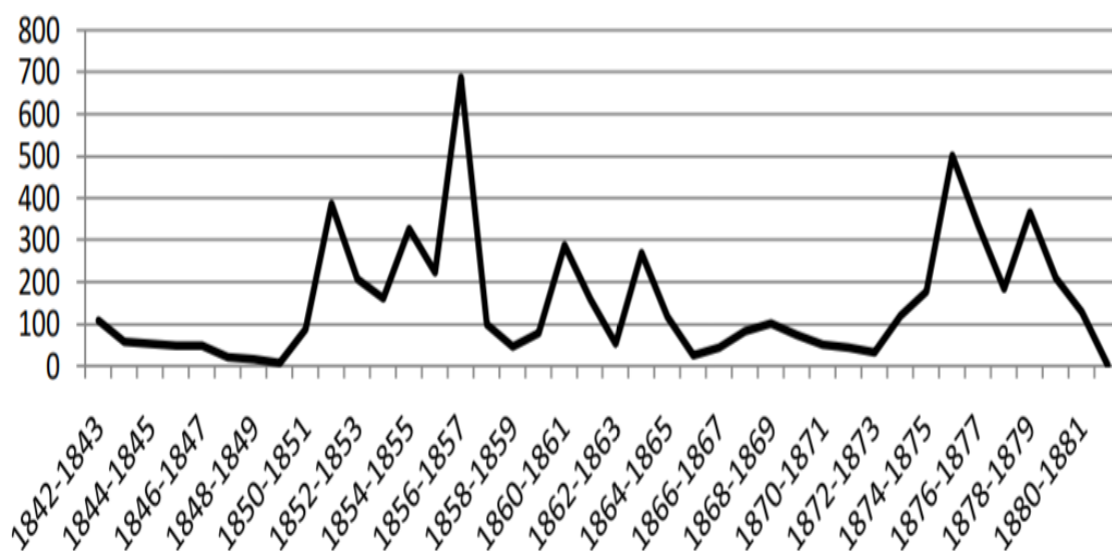
¹⁴ CARVALHO, Cicero Péricles de. *Formação histórica de Alagoas*/ Cicero Péricles de Carvalho. – 3. ed. ver e ampl. – Maceió: EDUFAL, 2015. p. 203.

¹⁵ DIEGUES JR., Manuel. *O Banguê nas Alagoas – Traços da influência do sistema econômico do engenho de açúcar na vida e na cultura regional*. 2 ed. Maceió: EDUFAL, 2006, p. 121.

¹⁶ TEIXEIRA, Luana. *Comércio Interprovincial De Escravos Em Alagoas No Segundo Reinado*. Universidade Federal de Pernambuco. (Tese de Doutorado). Recife, 2016. p. 59.

esses dados, a historiadora nos apresenta um gráfico que aponta os índices de exportação de cativos para outras Províncias por anos fiscais entre 1842 a 1881:

GRÁFICO 1



Fonte: TEXEIRA (2016, p. 59)

No gráfico é possível notar o repentino crescimento das exportações de cativos a partir de 1850. Posteriormente, nos anos entre 1852 e 1853 vê-se uma baixa, ao contrário do enorme crescimento que se estende entre os anos de 1856 e 1857. Verifica-se que após essa alta, houve oscilações que vão dos anos de 1860 a 1881, em que notamos, mais uma vez, um aumento significativo. Além do gráfico, Luana Teixeira demonstra que:

Em números absolutos foram exportados 2.289 escravos entre o ano fiscal 1850-1851 e 1859-1860 e 2.007 entre 1870-1871 e 1879-1880. Ou seja, o volume oficial do comércio interprovincial de escravos em Alagoas foi mais intenso na década de 1850. É fundamental observar que apenas no ano fiscal 1856-1857 foram exportados 686 cativos, ou seja, 11% de todos os cativos exportados por Alagoas ao longo de 40 anos. Tomando para efeito de comparação os números de Pernambuco, única província para a qual pude encontrar dados para os dois períodos, percebo que ali as exportações de escravos nos anos 1850 foram muito inferiores aos anos 1870.¹⁷

¹⁷ Ibid., p. 60.

Conseqüentemente, com o fim do tráfico Atlântico e com um aumento no fluxo da venda de cativos para a região Sudeste, Alagoas passa a ter um decréscimo da presença escrava. Essa diminuição era tendência na maioria das Províncias brasileiras, uma vez que as leis abolicionistas que surgiram durante a segunda metade do século XIX, em junção a mortalidade, também foram acentuando essa diminuição. Para termos conhecimento sobre o número da redução escrava na Província alagoana, Luana Teixeira nos apresenta os números da diminuição entre os anos de 1848 a 1882:

TABELA 1

Ano	População
1848	39.790
1872	35.741
1873	33.242
1882	29.439

Fonte: Teixeira, 2016, p. 57.

No ano de 1882, exatamente seis anos antes do fim da escravidão, existiam em Alagoas 29.439 escravizados. Em vista das reclamações da falta de braços pelos diferentes presidentes da Província, das quais veremos no decorrer do trabalho, a presença escrava nos trabalhos em geral ainda era significativa e eles ainda assumiam a maioria das atividades braçais. O presidente José Bento da Cunha Figueiredo Junior que assumiu a administração da Província alagoana entre 2 de outubro de 1868 a 2 de julho de 1871, tratou em seu relatório da presença escrava nas atividades domésticas e de produção agrícola no cotidiano alagoano no ano de 1870:

Há na província cerca de 400 engenhos de fabricar assucar moentes e correntes e que em todos eles são os braços escravos que trabalham bem como em quasi todos os outros gêneros de agricultura. Alem disso, todo serviço domestico nas cidades, villas e povoações é ainda geralmente feito por escravos, sendo rara a família que não tenha empregado nesse serviço um cativo pelo menos.¹⁸

¹⁸ Relatório do presidente da Província de Alagoas José Bento da cunha figueiredo 1870, p. 55.

Para determinar uma comparação em relação a quantidade de livres e escravizados existentes em toda a Província de Alagoas durante o recorte temporal desse trabalho, são dados difíceis de se precisar, principalmente entre as décadas de 1850 e 1860. De acordo com Felix Lima Junior em seu livro *Escravidão em Alagoas*, o Dr. Thomás do Bonfim Espíndola estipulou um número de 41.418 escravizados e 205.296 livres em Alagoas no ano de 1850.¹⁹ Numa exposição em Paris organizada por Napoleão III no ano de 1863, “no quadro geral da população do Brasil, que figurou no grande certame, Alagoas tinha 250.000 habitantes, dos quais 50.000 eram escravos”²⁰. Segundo Felix Lima Junior esses dados são inseguros.

É difícil concluir números exatos desse período. No ano de 1851, devido à epidemia de febre amarela que se espalhou entre várias Províncias do Império entre os anos de 1849 e 1850, a incerteza da quantidade de mortos pela doença levou o gabinete conservador do Visconde de Monte Alegre a estabelecer dois decretos dos quais determinava a realização de um Censo de todo o Império, bem como a obrigatoriedade do registro civil de óbitos e nascimentos.²¹ A coleta de dados não foi bem aceita por parte da população, “em janeiro de 1852, revoltas populares rebentaram quase simultaneamente em Pernambuco, Paraíba, Alagoas, Sergipe e, ao que parece em menor grau, no Ceará e em Minas gerais. Acuado, o governo suspendeu a execução dos decretos”²² naquele ano de 1852. De acordo com Sidney Charlhoub, os revoltosos temiam que o registro tivesse a finalidade de escraviza-los, por isso o chamaram de “lei do cativo”²³. O historiador prossegue corroborando que “pretos e pardos livres pobres relacionavam o fim do tráfico africano de escravos, em decorrência da lei de 1850, com a necessidade de suprir de outro modo a demanda por trabalho escravo nas fazendas, deduzindo daí que seriam eles os escravizados da vez”²⁴. Alagoas, como outras províncias do império, sofreu com a insuficiência de dados sobre a população, dado que um Censo demográfico geral só foi feito no ano de 1872²⁵.

Em estudo recente de Luiz Sávio de Almeida, intitulado *Alagoas: ensaios sobre demografia do século XIX*, o autor consegue estipular, pelas falas dos relatórios

¹⁹ JUNIOR, Felix Lima. *A Escravidão em Alagoas*. Maceió, Alagoas. 1974. p. 79

²⁰ *Ibid.*, p. 80.

²¹ CHALHOUB, Sidney. *Op. cit.*, p. 38.

²² *Ibid.*, p. 39.

²³ *Ibid.*, p. 40.

²⁴ *Ibid.*, p. 41.

²⁵ *Ibid.*, p. 41.

presidenciais, alguns dados demográficos da Província. Contém informações sobre a Freguesia de Maceió e Pioca, Distritos e Comarcas de Alagoas, como também, dados de parte do Norte do país entre os anos de 1839 a 1872. Com a administração de José Antônio Saraiva em 1854, ele consegue apresentar alguns dados, contudo, explicita que possivelmente são dados inacabados, uma vez que, segundo Sávio de Almeida, o presidente Saraiva, em relação ao levantamento demográfico, “considerava que havia piorado após o fracasso das determinações do decreto n° 797, de 18 de julho de 1851, que havia pretendido a realização de um Censo no Império e, na realidade, derivado da lei n° 586, de 6 de setembro de 1850”²⁶. Vejamos as estimativas abaixo:

TABELA 2

População livre e escrava para as freguesias de Pioca e Maceió, 1854

Freguesia	Escravos	Livres	Total
Pioca	1.794	5.267	7.061
Maceió	1.472	6.421	7.893
Total	3.266	11.688	14.954

Fonte: Saraiva (ALMEIDA, Luiz Sávio de. Apud. 2018, p. 116)

TABELA 3

População de pessoas livres nas freguesias de Pioca e Maceió, 1854

Freguesias	Homens	Mulheres	Total
Maceió	2.965	3.457	6.421
Pioca	2.552	2.715	5.267
Total	5.516	6.172	11.688

Fonte: Saraiva (ALMEIDA, Luiz Sávio de. Apud. 2018, p. 117)

Quatro anos depois mais dados populacionais de Pioca e Maceió foram apresentados. Sávio Almeida nos mostra a *estimativa* Amaral que foi exposta na Assembleia Legislativa Provincial em 1° de março do ano de 1858:

TABELA 4

População livre e escrava das Freguesias de Pioca e Maceió, 1858

²⁶ ALMEIDA, Luiz Sávio de. Alagoas: ensaios sobre demografia do século XIX/ Luiz Sávio Almeida. – Maceió: CBA Editora, 2018. p. 115.

Freguesia	Livre	Escravo	Total
Pioca	6.468	3.835	10.303
Maceió	8.290	2.110	10.400
Total	14.758	5.945	20.703

Fonte: Saraiva (ALMEIDA, Luiz Sávio de. Apud. 2018, p. 124)

TABELA 5

População escrava por gênero, Freguesias de Maceió e Pioca, 1858

Freguesia	Homem	Mulher	Total
Pioca	3.056	779	3.835
Maceió	1.170	940	2.110
Total	4.226	1.719	5.945

Fonte: Saraiva (ALMEIDA, Luiz Sávio de. Apud. 2018, p. 124)

Agora observemos a estimativa da população livre por Comarca na Província alagoana na administração de Figueiredo Junior em 1870. De acordo com Sávio Almeida, “para os livres estimava-se que a quantidade de mulheres era superior à de homens, embora a diferença fosse insignificante; elas estariam equivalentes a 51% do total”.²⁷

TABELA 6

População livre por comarca e gênero, Província das Alagoas, 1870

Comarca	Homens	Mulheres	Total
Maceió	17.552	18.987	36.509
Camaragibe	18.890	18.950	37.840
Porto Calvo	10.070	10.230	20.300
Alagoas	11.010	11.400	22.410
Atalaia	9.448	9.931	19.379
Imperatriz	25.665	25.386	51.051
Anadia	18.209	19.268	37.447
Penedo	14.037	14.916	28.953
Mata Grande	8.430	8.780	17.210
Total	133.281	137.848	271.129

²⁷ ALMEIDA, Luiz Sávio de. Op. cit. p. 130.

Fonte: Saraiva (ALMEIDA, Luiz Sávio de. Apud. 2018, p. 130)

Em texto denominado *Dados Estatísticos e Escravidão em Alagoas (1850-1872)* de Hélder Silva de Melo, o autor estipula que houve uma diminuição cativa em Alagoas de quase 30% entre 1855 a 1872. Vejamos a tabela abaixo:

TABELA 7

Escravos Por Localidade 1855/56-1872

FREGUESIAS	1855/56	1872	DIFERENÇA
Par. De N. S dos Prazeres de Maceió	2196	1811	-385
Par. De N. S. Mãe do Povo de Jaraguá	-	368	-
Par. De N. S. do Ó e Santo Antônio do Mirim de Pioca	4034	2099	-1935
Par. De Santa Luzia do Norte	5479	1843	-3636
Par. De S. Bento do Porto Calvo	3502	1876	-1626
Par. De N. S. da Apresentação de Porto Calvo	1830	2048	+218
Par. De N. S. da Glória do Porto de Pedras	6459	1008	-5451
Par. De N. S. da Conceição do Passo do Camaragibe	3064	2478	-586
Par. De N. S. da Conceição das Alagoas	3360	1046	-2314
Par. De N. S. do Ó do Rio de São Miguel	2069	2152	+83
Par. De N. S. das Brotas de Atalaia	1268	1888	+620
Par. De N. S. do Rosário do Pilar	725	1348	+623

Par. De Santa Maria Magdalena da Imperatriz	1817	1440	-377
Par. De N. S. da Graça de Muricy	-	840	-
Par. Do Senhor do Bomfim da Assembleia	637	1113	+476
Par. Do Senhor do Bom Jesus dos Pobres de Quebrangulo	400	817	+417
Par. De N. S. da Piedade de Anadia	2976	1325	-1651
Par. De N. S. da Conceição do Limoeiro	-	859	-
Par. De N. S. do Amparo de Palmeira dos Índios	1136	3411	+2275
Par. De N. S. da Conceição de Coruripe	-	1226	-
Par. De N. S. do Rosário de Penedo	2182	971	-1211
Par. De N. S. Francisco de Borja de Piassabussú	-	225	-
Poxim	3408	-	-
Par. De N. S. da Conceição do Porto Real do Colégio	543	1482	-939
Par. De N. S. do Ó de Traipu	682	718	+36
Par. De Sant' Ana do Panema	379	282	-97
Par. De N. S. da Conceição de Mata Grande	753	327	-426
Par. De N. S. da Conceição d' Agua Branca	-	331	-
Par. De SS. Coração de Jesus do Pão de açúcar	519	409	-110

Total	49418	35741	-13677
-------	-------	-------	--------

Fonte: MELO, Hélder Silva de. Pesquisando na Província: economia, trabalho e cultura numa sociedade escravista (Alagoas, século XIX). Dados estatísticos e escravidão em Alagoas. 1850 -1872. p. 175-176.

Ainda que nos falte um quadro mais amplo de registros populacionais seguros de outras regiões de Alagoas antes de 1870, o recenseamento registrado no site do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística nos anos de 1872, 1890 e 1900 mostram o número total de habitantes alagoanos sem distinções. Os dados demonstram que a população alagoana praticamente dobrou em 28 anos.

TABELA 8

População presente e residente em Alagoas (Períodos: 1872,1890 e 1900)

Período	População nas datas dos recenseamentos
1872	348.009
1890	511.440
1900	649.273

Fonte: <https://seriesestatisticas.ibge.gov.br/series.aspx?no=10&op=0&vcodigo=CD90&t=populacao-presente-residente>

O presidente João Vieira de Araújo em 1874, ao tratar sobre o estado da lavoura naquele ano, falava em seu relatório sobre as distintas culturas existentes na Província alagoana, e destacou as localidades que utilizavam maior ou menor quantidades de braços livres ou escravizados. De acordo com o presidente:

Dividido pode ser em três zonas o solo da província, relativamente à cultura em ponto grande: zona do Norte banhada pelo Manguaba; Camaragibe e Santo Antonio Grande; Zona Central, pelo Mundahú e Parayba; Zona do Sul, pelo S. Miguel, Coruripe e São Francisco. A primeira compreende os municípios de Camaragibe e Porto Calvo; é essencialmente assucareira e ahi assentam os maiores engenhos. Por agua sahem os productos e vão sempre com destino à praça do Recife. A segunda, conta em si os municípios de Santa Luzia do Norte, Pilar Atalaia, Assembléa e Imperatriz. Os três primeiros produzem muita canna, os dois últimos offerecem amplos terrenos ao plantio de algodão. Nesta zona anda mais desenvolvido o trabalho livre, principalmente o que se refere à plantação do algodoeiro e colheita de sua lã, achando-se já em funcção algumas machinas de descaroçar. São as cidades do Pilar e Maceió armazéns desta circumscripção, sendo péssimas as vias de comunicação, o que não pouco concorre para o desvio dos productos em busca da via-férrea de Pernambuco. Consta a terceira Zona dos

municípios de S. Miguel, Coruripe, Palmeira e Penedo. Produzem aquelles assucar; estes algodão. Entregue ao escravo vive também ahi o serviço das cannas [...] No rol da pequena cultura se acham lançados o milho, o feijão, o arroz, a mandioca, o café, a arruda, a batata, o fumo, e a mamona. Entretanto [...] derramada se acha suas culturas quer sejam grandes ou pequenos os estabelecimentos ruraes.²⁸

Conforme o presidente, o trabalho escravo estava mais localizado na parte litorânea de Alagoas onde se produzia a cultura da cana e possuía muitos engenhos. Por outro lado, na Zona da Mata da Província produzia-se mais algodão e nela o trabalho livre era mais corriqueiro. Ao fim de sua fala, João Vieira de Araújo comunica que a grande e a pequena cultura se acham “derramadas”, isto é, com tribulações. A inquietação perante a lavoura foi comum por parte de vários presidentes, analisaremos essa conjuntura no decurso do trabalho, todavia, adiantando um pouco do debate, entre as diversas causas que motivaram tais inquietações, estava a falta de braços para trabalhar na lavoura, de acordo com a administração provincial e os grandes proprietários da época. Contudo, tomando como base os dados do IBGE a partir do Censo de 1872, é possível concluir que braços eram existentes, uma vez que a população crescia cada vez mais, o empecilho, de acordo com os diferentes presidentes, seria que essa população livre não queria desempenhar as atividades no campo.

1.1 Braços para a lavoura

Nas discussões historiográficas referentes ao fluxo dos cativos, bem como em relação ao desequilíbrio econômico instaurado entre as Províncias do Norte e Sudeste do país a partir do fim do tráfico, é, em sua maioria, endossada a tese de que a região Norte não sofreu dificuldades com a diminuição do contingente de escravizados.

Como exemplo, temos Evaldo Cabral de Melo que argumenta que, mesmo com a diminuição de escravizados, o Norte soube lidar com o problema com mais desenvoltura, já que existiria trabalhadores livres para substituir o trabalho servil, logo não teria sido abundantemente abalado com a diminuição de cativos. Já o Sudeste era mais dependente do escravismo, visto que as enormes *plantations* necessitavam de uma grande escala de mão de obra e, por isso, foi mais afetada com a implantação da lei Eusébio de Queiroz

²⁸ Relatório do presidente da província de Alagoas João Vieira de Araújo, 1874. p. 97.

em 1850. O Norte, por sua vez, teria sido apoiador das causas abolicionistas já que a região usufruía do trabalho livre em grande quantidade. De acordo com o historiador:

Enquanto a grande lavoura açucareira pôde incorporar uma oferta relativamente abundante de braços livres, a lavoura cafeeira teve de recrutar o elemento servil subutilizado em outras províncias meridionais e nas províncias setentrionais, cujos produtos de exportação, o açúcar e o algodão, não encontravam no mercado internacional a demanda remuneradora de que gozava o café.²⁹

Evaldo Cabral de Melo acredita que a grande lavoura açucareira pode desfrutar da mão de obra livre em abundância, portanto, não havia carência de trabalhadores. Como fonte documental, o autor utiliza diversos discursos de políticos do período, em que aparecem alguns estadistas representantes do Norte, utilizando de discursos a favor da emancipação escrava.

Outro historiador importante que debate essa ideia é Robert Conrad. Ele sustenta que o comércio interprovincial acarretou uma aceleração na transição da mão de obra escrava para mão de obra livre nas Províncias do Norte. Como o Sudeste era mais dependente do trabalho escravo, houve um retardo na inserção do trabalho livre na região.³⁰ Segundo o autor:

[..] o tráfico de escravos interprovincial apressou a transformação nas províncias do Norte, para um sistema de trabalho livre, mas nas regiões do café, retardou esse desenvolvimento. O uso de trabalhadores livres no Norte foi o resultado inevitável de uma rápida queda no volume da população escrava, acompanhada por um aumento impressionante do número de habitantes livres.³¹

Robert Conrad argumenta ainda que havia uma “relativa disposição das províncias do Norte para aceitarem a emancipação que começou manifestada na década de 1860 e ainda mais na década de 1880”.³² O historiador acredita que a região Norte foi perdendo o interesse pela instituição escravista, que segundo ele, aos poucos vinha sendo eliminada.

²⁹ MELO, Evaldo Cabral de. O Norte agrário e o Império, 1871-1889. Editora Nova Fronteira: Rio de Janeiro; INL: Brasília, 1984, p. 21

³⁰ CONRAD, Robert. Os últimos anos da escravatura no Brasil: 1850-1888. Tradução Fernando de Castro Ferro. Rio de Janeiro, civilização Brasileira. p. 77.

³¹ Ibid., p. 77.

³² Ibid., p. 78.

Emília Viotti da Costa (1989), do mesmo modo, trata de questões sobre os aspectos econômicos no Brasil e o desmembramento do sistema servil, em virtude do deslocamento escravizados para as fazendas do Sudeste. De acordo com a historiadora, o fim do tráfico irá contribuir para o aumento do preço dos cativos. Dado que o açúcar nortista naquele momento estava em crise, os grandes proprietários aproveitavam para vendê-los já que o preço se elevava. Os escravizados, por sua vez, deslocavam-se para as plantações cafeeiras no Sudeste e o Norte, então, passava a usufruir de mão de obra livre e também teria sido um incentivador da emancipação.³³

Katia de Queiros Mattoso (2003) considera que “os novos interesses econômicos garantem o escoamento, a transferência de importantes contingentes de escravos. Estes chegam frequentemente das províncias do Norte e do Nordeste, que conhecem, sobretudo a partir de 1850, profunda depressão econômica”.³⁴ Com o êxito do café no Sudeste, as novas inclinações econômicas deslocaram grandes quantidades de cativos para a região. A autora informa que esse processo acontece desde o século XVIII com a descoberta do ouro em Minas Gerais. Esse processo de diminuição da população escravizada teria resultado no estabelecimento do trabalho livre nas Províncias do Norte.

Cristiano Luis Christillino (2013) defende que não havia falta de braços após o fim do tráfico de africanos. Ao destacar Pernambuco como exemplo, o autor informa que “Os senhores de engenho de Pernambuco contavam com farta mão-de-obra livre disponível para o trabalho nos engenhos, a população que migrava durante as secas do Agreste e, principalmente, do Sertão, formava excedentes populacionais”.³⁵ Ainda de acordo com o autor, por conta da grande quantidade de braços livres existentes, não foi necessária a introdução de colônias de imigrantes, pois não havia necessidade.

Os debates em torno das Províncias do Norte e a Instituição Escravista se entrelaçam em argumentos próximos em suas perspectivas sobre o assunto. De fato, populações livres eram existentes em abundância, o problema estava em trazer o sujeito livre para ocupar as funções que normalmente o escravizado ocupava. Como falado pelo historiador Danilo Luiz Marques em seu trabalho intitulado *Sob a Sombra de Palmares*, em Alagoas a situação após o fim do tráfico africano até a proximidade do fim do cativo

³³ COSTA, Emília Viotti. Da senzala à colônia. São Paulo: Editora Brasiliense, 1989, p. 91.

³⁴ MATTOSO, Katia M. de Queiros. Ser escravo no Brasil. São Paulo, Brasiliense, 2003. p. 63.

³⁵ CHRISTILLINO, Cristiano Luis. O Nordeste na historiografia sobre a política no Segundo Reinado. Conhecimento Histórico e Dialogo Social (Artigo- ANAIS) – ANPUH. Natal, RN. Julho de 2013, p. 5.

se refletia na “resistência dos escravizados, libertos e livres pobres que se recusavam a aceitar as condições de trabalho impostas por fazendeiros foi um fator predominante para a implosão por dentro da instituição escravista”³⁶. No caso da população livre alagoana, preferiam “vaguear errantes”, pelo menos é o que nos mostra em seu relatório o presidente da Província Antônio Coelho de Sá e Albuquerque em 1855 ao falar da crise dos braços e da estagnação da lavoura:

Populações grandes existem na província, oriundas e creadas nos campos, que se envergonhão de abrir o seio da terra e procurar nella os meios de subsistência mais certos e honestos; querem antes vaguear errantes sem ter na véspera o alimento do dia seguinte, do que ver nascer e crescer a lavoura plantada pelos braços, por sua conta, ou por conta dos proprietários do solo mediante salários elevados. É pois este facto um objecto digno de occupar seriamente a attenção dos homens públicos. Desviar as nossas populações agrícolas do errado caminho por que vão, fazel-as entrar naquelle que Deos designou para ellas, que deve ser a sua legitima profissão, é uma verdadeira necessidade econômica e social de uma ordem elevada.³⁷

Tornou-se recorrente o argumento da falta de braços para a lavoura nas falas e relatórios dos presidentes que ocuparam o cargo da Província de Alagoas, desde o estabelecimento da lei Eusébio de Queiroz em 1850. Ao ler alguns dos relatórios presidenciais, se tem a ideia de que os fazendeiros só vendiam os cativos para as fazendas de café no Sudeste com o intuito exclusivo de pagar dívidas, dado que, de acordo com eles, a lavoura vivia numa extrema crise, e não porque queriam verdadeiramente fazer tal transação, já que afirmavam não ter braços para o trabalho no campo.

As reclamações ao governo imperial foram muitas por parte dos presidentes da Província alagoana que, por vezes, eram porta-vozes dos grandes estabelecimentos agrícolas da região. Com a alegação de que a lavoura se encontrava em crise e seus donos endividados, não poderia haver empecilhos para a venda do “gênero” mais caro naquele momento, o escravizado. Na década de 1850 surgiu um novo imposto de exportação por cada escravizado no valor de 150\$000 reis³⁸. Em um dos relatórios do presidente da Província de Alagoas Antônio Coelho de Sá e Albuquerque, foi informado ao governo imperial a necessidade de não estabelecerem políticas que travassem as exportações de

³⁶ MARQUES, Danilo Luiz. Sob a Sombra de Palmares: Escravidão, Memória E Resistência Na Alagoas Oitocentista. (Tese de doutorado) Pontifícia Universidade Católica de São Paulo PUC-SP. 2018. p. 254.

³⁷ Fala dirigida a Assembleia Legislativa da província de Alagoas na abertura da sessão ordinária em 1º de março de 1855, pelo presidente da mesma província, o dr. Antônio Coelho de Sá e Albuquerque.

³⁸ Relatório do presidente da província de Alagoas Antônio Coelho de Sá e Albuquerque. 1855, p. 100.

escravizados feitas pelo Norte ao Sudeste, pois, segundo ele, isso seria inconstitucional. Explicou ainda que os proprietários necessitavam vender seus cativos para o pagamento de dívidas e manifestou desagrado pelo fato dos senhores do Sudeste pagarem um preço bem abaixo do que o esperado em tais cativos. O presidente defendeu que havia uma grande desvantagem, o que só potencializava o sofrimento dos proprietários nortistas que passavam por um momento de extrema dificuldade em suas plantações:

A proibição directa da exportação parece uma violação constitucional, além de ser uma espécie de crueldade; porque, senhores, é verdadeira crueldade obrigar o proprietário de escravos, oberado de dividas a vender por exemplo dez escravos pelo mesmo preço por que venderia cinco para pagar suas dividas [...] Em geral os escravos são tirados aos campos pelas necessidades dos plantadores, que honrados e sem outros meios de remir suas dividas, aproveitam o alto preço do *gênero* e alienão alguns, ou todos os braços que roteiam as suas terras. Senhores, a lavoura, em geral, está gravada de dividas, e se se lhe não acudir em tempo, ella, Prometheo de nova espécie, ir-se-ha devorando a si própria, crendo salvar-se.³⁹

Em outro fragmento do relatório de 1855, o presidente Antônio Coelho de Sá e Albuquerque chama a atenção para o problema da mão de obra para a lavoura. Conforme o presidente, o fim do tráfico de escravizados em 1850 fez suscitar preocupações em torno dessa questão, bem como de outros empecilhos que, segundo ele, prejudicavam o progresso da agricultura na Província:

A questão agrícola exige seria atenção hoje, porque prendem-se a ella a questão da abolição do trafico, a questão da colonisação, a questão da reforma do trabalho, e outros graves assumptos de que se occupão as altas intelligências que dirigem os destinos dos nossos povos. Cinco são, ao meu ver, as causas das quaes depende principalmente o lastimoso estado de nossa agricultura. Sobre todas ellas podeis exercer a vossa benéfica influencia, mas infelismente quase tão de leve como de leve bate o punho ainda mais forte sobre a rocha viva. Eil-as: Falta de braços, falta de conhecimentos profissionais, falta de capitães, falta de vias de comunicação, e em desconto abundancia de pesados impostos [...] a emigração de escravos para os Sul caminha a passos grandes, ameaçando deixar de fogo morto as nossas fazendas de assucar e algodão, se por ventura acceleradamente não forem tomadas medidas com o fim de embaraçar a emigração e de fazer reentrar no solo, sob nova forma, o imposto de exportação que a lei exige do escravo que vai levar seus serviços a Província estranha.⁴⁰

³⁹ Relatório do presidente da província de Alagoas Antônio Coelho de Sá e Albuquerque. 1855, p. 54.

⁴⁰ Relatório do presidente da província de Alagoas Antônio Coelho de Sá e Albuquerque. 1855, p. 53-54.

Outro presidente que aparentava estar bastante preocupado com as dificuldades nos cofres provinciais, igualmente discorreu sobre o problema. Dessa vez, quem lamenta é o presidente Agostinho Luiz da Gama, mais um a se queixar da falta de braços. Ele dirige sua fala à Assembleia Legislativa da Província de Alagoas, na abertura da sessão ordinária em 1859:

A diminuição progressiva dos braços agrícolas, pelo estancamento do tráfico de africanos e pelas epidemias que nos últimos anos tem assolado o império, suscita no espirito de todos os brasileiros mui seria apprehensões sobre a sorte futura da nossa lavoura. Pondo de parte a colonização europeia que o governo imperial com toda força promove no empenho de supprir de braços a agricultura.⁴¹

Segundo Agostinho Luiz da Gama, a diminuição escrava nas lavouras alagoanas se constituía em um problema para a economia. O presidente cita ainda as epidemias como mais uma adversidade que teria atingido e prejudicado a Província. Separamos uma parte do trabalho para falar um pouco mais sobre isso, posto que, de acordo com alguns presidentes, as epidemias também foram responsáveis pela diminuição cativa em Alagoas. Sabemos que uma das mais fortes foi a cólera, por isso focaremos nela. A cólera se alastrou por todo o país a partir do ano de 1855. “Da Bahia, onde surgiu devastadora, ela atingiu Alagoas, Sergipe, Rio Grande do Norte e Pernambuco”⁴². Manuel Diegues Junior também fala um pouco sobre o transtorno causado pela cólera e pela redução cativa na Província, incluindo esses fatores como uma das causas dos problemas econômicos. Segundo o autor, “as calamidades climáticas e a cólera, refletindo na vida econômica, segue-se uma fase de crise para o banguê. Concorria também para isso a diminuição progressiva do braço escravo, em virtude da paralização do tráfico. O engenho atravessava momentos difíceis”⁴³.

Voltando as queixas presidenciais em relação à falta de braços e à lavoura. Abrindo a década de 1860, Pedro Leão Veloso fala sobre os problemas da agricultura em Alagoas, segundo ele, a lavoura estava estagnada por não ter como adquirir mais braços. O presidente argumenta que a economia alagoana só possuía êxito no trabalho escravo e com sua diminuição a lavoura estaria paralisada:

⁴¹ Fala do presidente Agostinho Luiz da Gama, 1859, p. 6.

⁴² KODAMA, Kaori, Mortalidade durante a epidemia de cólera no Rio de Janeiro (1855-1856): uma análise preliminar. 2012, p. 62.

⁴³ DIEGUES JR, Manuel. Op. cit. p. 125.

Cessou a provisão de braços escravos e a nossa agricultura que, na ignorância do segredo de augmentar a produção diminuindo o trabalho, vivia da barateza, porque adquiria trabalhadores e só por isso progredia, sentiu peiada no seu desenvolvimento, estagnou-se.⁴⁴

Antes do fim do tráfico “a possibilidade da reposição de “peças” vindas da África a baixo custo, faria com que os senhores exigissem o máximo de sua escravaria, diminuindo a vida útil dos cativos e aumentando a mortalidade”.⁴⁵ Com a diminuição do contingente cativo na Província alagoana, alguns senhores mais temerosos em perder sua escravaria passaram a tratar seus escravizados com um pouco mais de cuidado. Quem expôs essa situação foi o presidente Antônio Alves de Souza Carvalho em seu relatório no ano de 1862. Nesse fragmento o presidente parece tratar dos grandes proprietários, donos de muitos escravizados, uma vez que ele destaca os grandes estabelecimentos agrícolas:

Para supprir a falta de braços que se observa nos nossos grandes estabelecimentos agrícolas, teem ocorrido vários alvîtres, sem que se tenha ainda chegado a nenhum resultado importante. A necessidade vai ensinando a poupar os escravos, a trata-los com mais humanidade, e a zelar as crias, cuja a mortalidade era tamanha antigamente. Sem embargo, ainda há senhores de engenho que não teem deixado os habitos antigos, e não se pode dizer que nesse sentido já se tenha conseguido um melhoramento muito notável.⁴⁶

As reclamações em torno do problema apresentavam-se em épocas mais próximas ao fim da escravidão. De acordo com esses relatórios havia a necessidade de mais mão de obra no trabalho agrícola e, por isso, a solicitação de imigrantes para levantar as finanças dos cofres da Província de Alagoas. Vejamos abaixo um apanhado de lamentações por parte de diferentes presidentes em diferentes anos, alertando para os motivos do definhamento da lavoura e destacando a falta de braços como uma das maiores problemáticas:

João Marcelino de Souza Gonzaga, 1863:

São assignaladas as seguintes causas geraes do mal-estar de nossa agricultura: falta de braços provenientes da suppressão do trafico de escravos sem nos havermos preparados pra colonisação. Dificuldades

⁴⁴ Fala do presidente da província de Alagoas Pedro Leão Velloso, 03 de junho de 1860.

⁴⁵ SCHEFFER, Rafael da Cunha. Tráfico interprovincial e comerciantes de escravos em Desterro, 1849-1888 (Dissertação). 2006, p. 10. Acesso: <https://core.ac.uk/download/pdf/30370529.pdf>

⁴⁶ Fala do presidente da província Antônio Alves de Souza Carvalho, 1862, p. 30-31.

que encontra a lavoura em usar do recurso do credito, por falta de instituições apropriadas para esse fim [...] devo aqui assignar um facto com referencia a questão da supprimento de braços. Nesta província, esse grande problema do futuro do Brasil não preocupa muitos espíritos e como que vai passando despercebido.⁴⁷

Luiz Romulo Peres do Moreno, 1873:

Colonisação: Supprir por meio de braços livres a falta de escravos que tendem a desaparecer completamente do Brazil, é questão, certamente, de momentoso alcance, porque a ella se prendem os mais altos interesses do império. A aquisição, pois, desses braços para o cultivo do ubérrimo solo, do qual se deriva a máxima parte da riqueza pública e particular da província, é para a minha administração assumpto que reclama mui serio cuidado.⁴⁸

Henrique de Magalhaes Sales, 1884:

Agricultura lucta com a falta de braços principalmente de capitaes, braços, maquinas, e vias de communicacão. Os fazendeiros, pondera a Associação, onerados de dividas avultadas e juros pesadíssimos, mal podem acudir ao custeio de suas fazendas, e nenhum melhoramento podendo iniciar, seguem a velha rotina, sem conseguirem aumentar, ou mesmo melhorar a produção.⁴⁹

José Moreira Alves, 1887:

A velha rotina e a escassez do braço trabalhador tem concorrido com grande contingente para o atrophiamiento da lavoura, que tende ao aniquilamento. Aos poderes públicos compete, por tanto, acudir em auxilio dessa importante classe laboriosa, promovendo aquisição do braço livre que venha suprir o escravo, hoje tão depauperado.⁵⁰

Na medida em que a presença escrava diminuía na Província, os pedidos para que viessem colonos estrangeiros eram mais iminentes. Como falado por Caio Prado Junior em seu trabalho denominado *História econômica do Brasil*, “a questão da imigração europeia do século passado está intimamente ligada à da escravidão”⁵¹, uma vez que marca um período de transição, mesmo que demorada, do trabalho escravo para a mão de obra livre. O presidente da Província de Alagoas, Pedro Leão Veloso, já na década de 1860, tinha expectativas de uma transformação no sistema de trabalho baseando-se na determinação do fim do tráfico, segundo o Presidente:

⁴⁷ Fala do presidente da província de Alagoas João Marcelino de Souza Gonzaga 1863, p. 37.

⁴⁸ Fala do presidente da província de Alagoas Luiz Romulo Peres do Moreno, 1873, p.21.

⁴⁹ Fala do presidente da província de Alagoas Henrique de Magalhaes Sales, 1884, p. 43.

⁵⁰ Fala do presidente da província de Alagoas José Moreira Alves, 1887, p. 21.

⁵¹ PRADO JUNIOR, Caio. *História Econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 2006. p. 136.

O fim do tráfico africano para o Brasil, oficialmente e praticamente encerrado em 1850-51, é o grande divisor de águas do Brasil imperial principalmente porque promoverá uma reequação econômica, se não inicialmente, mas com certeza no seu final [...] De forma mais geral, marca internacionalmente as novas relações econômicas.⁵²

A solução para essa transformação, segundo o pensamento da época, seria o estabelecimento de colônias estrangeiras, que resultaria na mudança que se efetuaría no prisma do trabalho livre. Falarei um pouco mais sobre o tema imigração no último capítulo do trabalho, mas o que se pode observar é que, apesar do enorme interesse dos vários presidentes da Província de Alagoas em receber estrangeiros para suprir a falta de braços, não houve muito sucesso quanto à vinda destes. Os pedidos de imigração foram ainda mais intensos na década de 1880.

Apenas cinco anos antes da abolição da escravidão não é difícil achar nos periódicos da Província que o incômodo da lavoura não tinha mudado nas perspectivas dos grandes proprietários que, encontravam espaços nos jornais conservadores do período para despejar seus descontentamentos. Continuava ainda, como grande queixa, a falta de braços. Tal fator só fortalece a ideia de que não houve facilidade para os fazendeiros alagoanos lidarem com a diminuição de cativos e nem com um possível fim da escravatura. No jornal *O Orbe*, em 18 de abril do ano de 1883, um fazendeiro retrata sua insatisfação com a administração provincial que, segundo ele, não tomava partido das afetações da lavoura, tendo como o fator principal a falta de braços:

Dissemos que ainda mesmo quando se libertassem os escravos gradualmente com indemnização justa de seus valores, com tudo teríamos crise aterradora, se não fossem tomadas serias medidas que trouxessem novos braços, é existente entre nós vadios e ladrões. As grandes medidas tomadas ou lembradas pelos altos poderes de estado não pode aproveitar no sentido de dar já os braços a lavoura, que possam substituir os braços escravo. O serviço livre entre nós é frouxo porque os trabalhadores são poucos e a procura é maior. Elles impõe condições aos chefes do estabelecimento [...] peiores serão as condições quando conhecerem que são absolutamente necessários. Os escravos que se libertão têm horror ao trabalho, julgão ter trabalhado bastante, e quando prestam alguns dias de serviço será com as mesmas condições, e ficará sempre a lavoura em peor estado, teremos menos productos, e de peor qualidade, porque quanto menor for a força empregada nos engenhos peor assucar se fará, e não poderemos competir no mercado com os similares de outros paizes; é preciso portanto que venhão braços que augmente o trabalho na razão da diminuição e frouxidão do trabalho livre e dos libertos, que por ventura trabalharem. Braços para essa

⁵² Fala do presidente da província de Alagoas Pedro Leão Veloso, 1860.

diferença temos entre nós, e de sobra, mas não se prestão porque vivem de trabalho alheio, furtão, é essa uma profissão permitia indirectamente pelos nossos juízes salvo poucas mas honrosas excepções [...].⁵³

No fragmento “o serviço livre entre nós é frouxo porque os trabalhadores são poucos e a procura é maior”, se entende pelo fato de que “a utilização de mão de obra nacional não parecia possível a maioria dos fazendeiros, que nessa época, consideravam o trabalhador livre nacional pouco produtivo e arredio ao trabalho”.⁵⁴ Nessa fala ainda é possível identificar que as vagas eram existentes, contudo faltava mão de obra para ocupá-las. O fazendeiro via obstáculos em lidar com as novas relações trabalhistas. Os imigrantes exigiam direitos e condições mínimas para vender a sua força de trabalho e o dono da terra, habituado ao barateamento da mão de obra e à barbárie da escravidão, abominava ter que estabelecer um novo tratamento ao seu empregado. Vejam que o próprio agricultor expõe em seu discurso que “os escravos que se libertão têm horror ao trabalho, julgão ter trabalhado bastante, e quando prestam alguns dias de serviço será com as mesmas condições”. Sobre essa situação, Hebe Maria Matos, ao pesquisar sobre a realidade paulista nesse contexto, constatou que:

[..] ex-escravos e milhões de outros, nascidos livres, se recusavam a agir conforme os papeis previamente a eles atribuídos. Não apenas a questão econômica da substituição dos braços e da mudança das formas de trabalho estava em jogo, mas todo o edifício tradicional da dominação do mundo rural que, ainda em 1888, tinha na figura do escravo seu principal ponto de inflexão.⁵⁵

As discussões em torno do suprimento dos trabalhadores regam em profundidade toda a segunda metade do século XIX em Alagoas. As posições eram divididas: de um lado estavam aqueles que defendiam que a escravidão era empecilho para o desenvolvimento nacional; do outro, se encontravam os senhores escravocratas que acreditavam na inconstitucionalidade do fim dela, já que, segundo eles, as autoridades deveriam proteger a propriedade privada. Buscavam os fazendeiros possibilidades para que não houvesse ou se intensificasse uma estagnação em suas lavouras, por isso, os

⁵³ Jornal O Orbe. ed.43, 1883.

⁵⁴ COSTA, Emilia Viotti. Op. cit. p. 171.

⁵⁵ MATTOS, Hebe Maria. Das cores do silêncio. Os significados da liberdade no Sudeste escravista Brasil século XIX. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998. p. 213.

debates acerca do escravizado e do imigrante eram intensos para definir aqueles que iam estabelecer o trabalho no campo.

Enquanto isso, mantinham-se as exportações de cativos saídos de Alagoas para o Sudeste, em vista disso, a administração provincial e grandes proprietários manifestavam suas insatisfações ao ponto em que a crise do elemento servil se instaurava. Diziam que o maior afetado na lavoura era o açúcar, dado que ficava à frente de outras culturas, como a do algodão, por exemplo, já que as regiões do Agreste e Sertão usufruíam de maior quantidade de mão de obra livre⁵⁶. De acordo com Manuel Diegues Junior “a monocultura do açúcar encontrava no escravo uma de suas forças; a economia açucareira que era a grande lavoura das Alagoas [...] se mantinha ligada ao negro escravo; tanto a ele como ao patriarcalismo estruturando-se na base da monocultura e do latifúndio”.⁵⁷

1.2 A Cólera Na Província Alagoana Como Fator De Decréscimo Da População

Segundo Luiz Antônio de Castro Santos (1994), “a cólera não teve início na Europa, mas sim na Ásia, daí ser chamada de "cólera asiática" pelos epidemiólogos [...] Tem-se notícia da primeira aparição epidêmica na Europa em fins do século XII ou início do XIII”⁵⁸. No Brasil, a doença irá aparecer durante o ano de 1855, primeiramente no Pará e posteriormente no Amazonas e Maranhão, mas foi diretamente da Bahia que Alagoas teve seu primeiro contato com a doença. No ano de 1856, o presidente da Província alagoana, Antônio Coelho de Sá e Albuquerque, em seu relatório dirigido à Assembleia Legislativa, falou sobre a chegada da cólera na Província:

Eis-me chegado na parte mais difícil e penosa de meu relatório, aquella de que me não posso ocupar sem dôr profunda em meu coração. Referir os males e calamidades que a epidemia do Cholera-morbus tem feito pezar por mais de 5 mezes sobre esta infeliz Provincia é bem afflictiva tarefa para o homem que tem coração e alma aonde as desgraças alheias e próprias não tocão resvalando [...] Em fins de Maio do anno passado manifestou-se e grassou na Província do Pará uma moléstia de character maligno qualificada Cholera-morbus pela medicina. Então o governo de sua majestade o imperador reiterou as recommendações do emprego de medidas tendentes a evitar a propagação da epidemia pelas demais Provincias, e habilitou a esta presidência com os meios necessários para

⁵⁶ Relatório do presidente da província de Alagoas João Viera de Araújo, 1874. p. 97-98.

⁵⁷ DIEGUES JR, Manuel. Op. cit. p. 149.

⁵⁸ SANTOS, Luiz Antônio De Castro. Um Século de Cólera: Itinerário do Medo. p. 79-80. *PHYSIS - Revista de Saúde Coletiva*. Vol. 4, Número 1, 1994.

leval-as à execução [...] Entretanto a epidemia, dando um grande salto, manifestou-se na Bahia em fins de agosto [...] A notícia do aparecimento do cholera na Província da Bahia chamou a atenção da vice-presidencia para a cidade do Penedo, ponto mais arriscado da Província em consequência das continuas e frequentes relações com a praça da Bahia [...] Entre os pontos mais arriscados (em Alagoas) está incluída infelizmente esta capital pelas suas péssimas circumstancias higienicas⁵⁹.

Mesmo com as tentativas tomadas pelo presidente para evitar a chegada da doença, ela não demorou a ceifar grandes quantidades de vidas em Alagoas. A fiscalização dos principais portos da Província, as investidas sobre a recolha do lixo nas ruas, a limpeza nos reservatórios de água e a construção de cemitérios provisórios foram algumas das medidas adotadas pelo presidente Antônio Coelho de Sá e Albuquerque.

IMAGEM 1



Cemitério Nossa Senhora da Piedade no final do século XIX. Fonte: www.historiadealagoas.com/ Acessado em 2018.

Essas ações foram preponderantes para que, pelo menos, um cemitério oficial na capital fosse realmente construído. Jucieldo Ferreira Alexandre, em seu trabalho sobre a

⁵⁹ Fala do Presidente da Província de Alagoas Antônio Coelho de Sá e Albuquerque, 1855, p. 6-10.

cólera na Paraíba, nos mostra como a presidência da Província alagoana tratou a chegada da doença na região:

Buscando cumprir às determinações imperiais, o governo das Alagoas instituiu uma provedoria de saúde portuária e criou um lazareto, para pôr em quarentena pessoas que desembarcassem com sintomas suspeitos, o que ocorrera de modo similar em outras províncias do país. A partir da manifestação da cólera no Pará, em 1855, e com o estouro da epidemia na Bahia e Sergipe – limítrofes com Alagoas –, as medidas profiláticas foram reforçadas, com a construção de um cemitério na capital para receber eventuais vitimados, criação de comissões sanitárias, limpeza de ruas, entre outras. Em fins de novembro de 1855, a doença rompeu todas as barreiras defensivas que se armaram e atacou os alagoanos de Penedo, nas margens do Rio São Francisco. Logo outros povoados ribeirinhos foram sendo contaminados, e a doença ganhou de vez o interior, chegando, por fim, ao litoral. A partir de então, a presidência da província intensificou a criação de comissões sanitárias, capitaneando dezenas de médicos e estudantes de medicina, alguns advindos de outras províncias, especialmente de Pernambuco e da Bahia. Passados cinco meses após o registro dos primeiros casos, a doença cedeu espaço⁶⁰.

Em trabalho intitulado *A Ordem Médica Sobre O Alagadiço: Higienismo E Epidemias Na Alagoas Oitocentista (1850-1882)*, Oseas Batista apresenta um quadro geral de Alagoas nos períodos de epidemias de Varíola, Febre Amarela e Cólera. De acordo com o historiador, na época em que a cólera começou a adentrar em terras alagoanas “o medo era constate, pois a todo o momento chegavam notícias de que a epidemia de cólera fazia vítimas nas Províncias vizinhas de Sergipe e da Bahia deixando as autoridades em alerta”.⁶¹ O estudo de Oseas Batista mostra ainda as ações tomadas pelos médicos higienistas em junção ao governo provincial na sociedade alagoana para modificar hábitos considerados nocivos para a saúde da população, uma vez que havia uma preocupação com os surtos epidêmicos que surgiam comumente.

Visto que Alagoas, neste período, se constituía em um ambiente extremamente insalubre, eram existentes problemas reais de saúde pública que atingiam grande parte da população. Havia poucos investimentos ao que se refere à infraestrutura na Província e, por consequência, a cólera encontrou um ambiente fértil e se propagou rapidamente pela maioria do território alagoano. Não só a falta de higiene nas práticas cotidianas e no

⁶⁰ Alexandre, Juciêdo Ferreira. Quando o “anjo do extermínio” se aproxima de nós: representações sobre o cólera no semanário cratense O Araripe (1855-1864). João Pessoa, 2010. p. 40.

⁶¹ FIGUEIRA JUNIOR, O. B. *A Ordem Médica Sobre O Alagadiço: Higienismo E Epidemias Na Alagoas Oitocentista (1850-1882)*. (Dissertação). Universidade Federal de Alagoas, 2018. p. 88.

consumo de alimentos contaminados estabeleceu a doença no organismo das pessoas, mas também a privação estrutural de condições básicas na Província, um dos fatores mais graves para o contágio da doença. Sobre alguns índices de mortalidade e propagação da cólera na região, Luiz Savio de Almeida demonstra:

Estimava-se para Piassabuçu um total de 600 almas; falava-se em 200 mortes e 300 pessoas acometidas [...] A epidemia estava correndo solta; computavam-se 20 dias de miséria plena e esmagadora. Em Penedo com população estimada em torno de 4.500 almas, falava-se da morte de 1.300 [...] Estes acontecimentos de novembro de 1855, cortejados ao quadro referido pelo Ministério, indicam muito bem o passo de gigante dado pelo cólera. Nos fins de dezembro, o Ministério acusava ter recebido correspondência de 14 de dezembro e estavam atacados: Piassabuçu, Penedo, Porto da Folha, Pão de Açúcar, Mata Grande, Palmeira dos Índios, Anadia e Coruripe [...] De Palmeira, tinha-se a notícia de mais de 500 vítimas [...] Na Barra de São Miguel a epidemia era dada como quase extinta; de 136 afetados, faleceram 32 [...] Em janeiro de 1863, 5 léguas distante de Traipu, o cólera ataca Olho d'Água; a notícia mencionava 30 mortos e 40 acometidos.⁶²

A cólera não foi a única doença a aparecer em Alagoas em tal período, houve ainda o surgimento da varíola e da febre amarela, no entanto, não chegaram a comparar-se com a grande epidemia que foi a cólera na região. Segundo os dados do presidente Agostinho Luiz da Gama em seu relatório do ano de 1859, a vinda da cólera em 1855 matou “perto de 20 mil habitantes”⁶³, e complementa informando que nenhuma outra epidemia matou tanto quanto a cólera. “Esta epidemia atacou de preferência os pretos, os homens de cor e as classes mais inferiores da sociedade.”⁶⁴

A insalubridade pública era o problema central para o estabelecimento da doença, mas as ideias concebidas sobre a existência da cólera durante o século XIX foi muito mais além, uma vez que, “a origem não europeia da doença alimentou o imaginário médico sobre o perigo e contato com os países exóticos, de costumes bárbaros. A cólera foi desse modo, desde do início, considerada uma doença da pobreza, da sujeira, do atraso e da

⁶² ALMEIDA, Luiz Sávio de. Alagoas nos Tempos do Cólera. 1996, p. 31-35.

⁶³ Fala dirigida a Assembleia Legislativa da província de Alagoas na abertura da sessão ordinária do ano de 1859, pelo presidente da província Agostinho Luiz da Gama. p. 25.

⁶⁴ REGO, José Pereira. Memória histórica das epidemias da febre amarela e cholera morbo que têm reinado no Brasil. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1873, p. 109.

falta de civilização”.⁶⁵ No Brasil não foi diferente, a culpa “recaiu sobre a condição dos homens de cor e escravos”⁶⁶.

Onildo Reis David, em seu trabalho de dissertação denominado “*O Inimigo Invisível: A Epidemia de Cólera na Bahia Em 1855-1856*”, mostra a propagação da cólera na Província Baiana destacando o medo causado perante a população em vista da epidemia que ceifava grandes quantidades de vidas. O autor destaca a fala do médico João F. Ribeiro de Bulhões no ano de 1855, em que tratava da conjuntura da cólera nas camadas étnico-sociais da Província do Pará: “A classe mais infeliz da sociedade he aquela que tem sofrido o grande estrago, sobre tudo os tapoyus e os escravos. As pessoas brancas têm sofrido a enfermidade com menos intensidade e poucas tem morrido. Nas pessoas de bom trato ela se tem mostrado com symptomas mui benignos”.⁶⁷ Nesse mesmo estudo, é apresentado ainda que a população escrava se constituiu no grupo das mais vitimadas na Província de Pernambuco pela cólera.⁶⁸

Outra pesquisa de grande importância sobre o tema foi feita por Kaori Kodama. Em seu artigo intitulado “*Africanos No Rio De Janeiro Na Epidemia De Cólera, 1855-1856*”, a autora trata como a cólera foi associada à população escravizada, como também a homens de cor. O trabalho mostra ainda como estes foram os maiores atingidos nos índices de mortalidade ocasionados pela doença. Evidenciamos aqui a fala destacada no estudo de Kaori do médico José Pereira do Rego no ano de 1855:

Os pretos, os homens de cor, e alguns ilhéus empregados em trabalhos árduos por desprezarem os preceitos higiênicos; poucas foram as vítimas dadas nas outras classes, assim como nas tripulações dos navios ancorados no porto, exceto quanto estas eram compostas de pretos e de homens de cor. Os mendigos, que infestavam esta cidade em grande número, e dormiam nos adros das igrejas e nas praças públicas, foram das primeiras vítimas da epidemia, e desapareceram quase todos.⁶⁹

Em vista dos dados coletados pela autora, é destacado que a cólera “causou suas maiores vítimas entre aqueles que vieram embarcados do continente africano. Mesmo que

⁶⁵ DINIZ, Ariosvaldo da Silva. *Cólera: representações de uma angustia coletiva (A doença e o imaginário social no século XIX no Brasil)*. 1997, p. 67.

⁶⁶ KODMA, Kaori. *Africanos No Rio De Janeiro Na Epidemia De Cólera, 1855-1856*. 2013, p. 2.

⁶⁷ DAVID, Onildo Reis. *O Inimigo Invisível: A Epidemia de Cólera na Bahia Em 1855-1856*. Universidade Federal da Bahia. (Dissertação). Salvador, 1993, p. 38. Acessado em: https://ppgh.ufba.br/sites/ppgh.ufba.br/files/1993_david_onildo_reis_o_inimigo_invisivel_a_epidemia_do_colera_na_bahia_em_1855-56.pdf

⁶⁸ Idem. p. 37.

⁶⁹ KODMA, Kaori. Op. cit. p. 3.

fosse esta a população que tendeu a decrescer após 1850, foram eles justamente os que mais sobressaíram nas curvas de mortalidade”.⁷⁰ Kaori Kadama indica que além dos escravizados, a população de cor também entrou no ranque de principais vítimas da doença. Analisando os registros de óbitos do cemitério São Francisco Xavier da cidade do Rio de Janeiro entre os anos de 1855-1856, ela conclui que:

Considerando que demograficamente a população livre superava a escrava na cidade [...] e somando-se o fato de que, fora do período epidêmico, a mortalidade dos livres tendia a ser ligeiramente superior a de libertos e de escravos, é possível afirmar que a condição jurídica indicava fortemente a maior propensão de escravos de morrerem na epidemia.⁷¹

Além do trabalho de Kaori Kadama, existem outras pesquisas que se aprofundaram nos impactos que a cólera ocasionou na sociedade brasileira durante os meados do século XIX. Muitos deles, com base em pesquisas quantitativas, mostram igualmente como os negros e pardos foram os mais acometidos pela doença em várias regiões do país. Entre estes estudos, estão autores como Jane Felipe Beltrão (2004) e Sebastião Pimentel Franco (2014).⁷²

Em Alagoas, a cólera mostrou-se devastadora nos meados do século XIX, pouco a pouco foi atingindo praticamente todas as regiões da Província e foi também fator influente para a diminuição da mão de obra escrava nas lavouras. A crise dos braços, segundo os presidentes da época, mais uma vez pôs a agricultura, principal sustentáculo econômico de Alagoas, em risco. Luiz Sávio de Almeida, em trabalho intitulado “*Alagoas nos Tempos do Cólera*”, corrobora que:

A mortalidade em massa da escravaria incidiria no fluxo de força de trabalho necessária para a continuidade do processo de produção, o que se agravava, fortemente, por verificarmos que se estava diante de altos preços para o escravo, sobretudo em função das medidas contra o tráfico [...] O cólera não conseguiria romper com a necessidade de dar-

⁷⁰ Idem. p. 6-7.

⁷¹ Idem. p. 7.

⁷² O trabalho de Jane Felipe Beltrão intitulado “*Cólera e gentes de cores ou o acesso aos socorros públicos no século XIX*”, irá mostrar como as gentes de cores foram atingidas pela epidemia de cólera e acabaram constituindo 82% dos mortos sepultados na Soledade, no Grão-Pará. *Physis* vol.14 no.2 Rio de Janeiro July/Dec. 2004. Outro trabalho importante da autora foi sua tese> BELTRÃO, Jane Felipe. *Cólera, o flagelo do Belém do Grão Pará*. 1999. 260 f. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Campinas, Campinas/SP. 1999. Sebastião Pimentel Franco em seu trabalho intitulado “*Pânico e terror: a presença da cólera na Província do Espírito Santo (1855-1856)*” é mais um a confirmar que a cólera atacou os mais pobres e principalmente os escravizados durante a epidemia. *Almanack*. Guarulhos, n.07, p.117-136, 1º semestre de 2014.

se continuidade à vida econômica, embora estivesse afetando-a incisivamente. Roças deixariam de ser plantadas, partidos não receberiam atenção e por aí segue a afetação na base agrícola⁷³.

Antônio Coelho de Sá e Albuquerque assumiu a presidência da Província de Alagoas em um momento que ele considerava ser de grandes dificuldades econômicas. O presidente acreditava que a epidemia só potencializou uma crise já vivida em anos anteriores, principalmente a partir do fim do tráfico de escravizados. Em vista disso, o presidente temia pelo futuro da economia alagoana. No ano de 1856, Antônio Coelho Sá e Albuquerque, transtornado pelos últimos acontecimentos, apresentou seu relatório na Assembleia Legislativa de Alagoas: “O abalo que a epidemia de cholera-morbus produziu na Província não pôde deixar de influir malignamente nas fontes de renda publica, pois, muitas fortunas particulares foram diminuídas [...]”.

No final de 1855 e início de 1856, o doutor Thomaz do Bomfim Espindola foi incumbido de levantar dados estatísticos sobre os índices demográficos e de mortos levados pela cólera-mórbus em Alagoas. Thomaz do Bomfim Espindola, além de ter sido médico formado pela faculdade da Bahia, era professor interino de geografia, história e cronologia do Colégio Liceu⁷⁴ na cidade de Maceió. Homem culto e prestigiado por seus títulos, foi lhe dado o dever de estabelecer os índices populacionais antes e depois da cólera, dados que foram considerados extremamente seguros pelo presidente Antônio Coelho de Sá e Albuquerque. O relatório que divulgou tais resultados é apresentado na Assembleia Legislativa:

Lutando com todas as dificuldades que se oppõe no nosso paiz a trabalhos desta ordem, e sobre tudo nesta província, aonde quasi nada existe feito acerca de estatísticas e de geographia, o Dr. Thomaz do Bomfim Espindola, a força da perseverança, colligio dados de muito mérito na actualidade e muito uteis como base para trabalhos mais extensos e desenvolvidos [...] A estatística da população da província parece-me fundada sobre dados tão seguros, como he possível obter-se entre nós. E como este assumpto he de suma importância, consignarei

⁷³ ALMEIDA, Luiz Sávio de. Op. cit. p. 92.

⁷⁴ A Lei provincial nº 106, de 5 de maio de 1849, criou o Liceu Provincial das Alagoas, localizado em Maceió. O Liceu alagoano teve um papel importante no âmbito educacional da Província, tendo suas atividades encerradas na presidência de Antônio Alves de Souza Carvalho em 4 de julho de 1861 após 12 anos de funcionamento, retornando em 1864 na administração do presidente João Marcelino de Souza Gonzaga. O Colégio Liceu Alagoano teve seu nome alterado durante o Estado Novo em 1942 passando a se chamar Colégio Alagoano, e posteriormente sendo mudado para Colégio Estadual de Alagoas no ano de 1943. O colégio passou por diversas modificações no nome, em 1970 passou a se chamar colégio Estadual Prof. Afrânio Lages, em 1980 volta a se chamar Colégio Liceu, contudo no ano de 2002 tem mais uma vez seu nome alterado para Escola Estadual Professor Edmilson de Vasconcelos Pontes. Fonte: Abc das Alagoas. Acesso: <http://abcdasalagoas.com.br/verbetes.php>

aqui os algarismos da população de cada uma das freguezias, com a distincção de escravos e livres, e com a designação da mortalidade produzida pela epidemia de cholera-morbus no fim do ano de de 1855 e principio de 1856.⁷⁵

Nos resultados apresentados, conclui-se que morreram mais homens do que mulheres e que um pouco mais de 9% da população entraram em óbito pela epidemia de cólera. Vejamos a imagem abaixo:

IMAGEM 2

Tabela N° de Habitantes e Vítimas da Cólera na Província de Alagoas

FREGUEZIAS.		LIVRES.	ESCRAVOS.	N. dos habitantes antes da epidemia cholérica em cada freguezia.	N. dos mortos durante a epidemia cholérica.	N. dos habitantes de cada freguezia actualmente.
Comarca de Maceió . . .	Maceió	10,434	2,196	12,630	700	11,930
	Piôca	8,481	4,034	12,505	550	11,955
	Porto Calvo	5,470	1,830	7,300	1,300	6,000
Comarca de Porto Calvo	San Bento	6,595	3,502	10,097	300	9,797
	Porto de Pedras	13,673	6,459	20,132	622	19,510
	Passo de Camaragibe	15,554	3,064	18,618	1,100	17,518
Comarca de Alagoas . . .	Alagoas	10,082	3,360	13,442	621	12,821
	Pilar	3,975	725	4,700	900	3,800
	Santa Luzia do Norte	9,532	5,479	15,011	583	14,428
Comarca de Atalaia . . .	São Miguel	8,172	2,069	10,241	350	9,812
	Atalaia	10,341	1,268	11,612	2,000	9,612
Comarca da Imperatriz . . .	Imperatriz	21,186	1,817	23,003	852	22,151
	Assembléa	8,031	637	8,668	600	8,068
	Quebrangulo	3,600	400	4,000	325	3,675
Comarca da Anadia . . .	Anadia	11,263	2,976	14,239	569	13,670
	Palmeira	13,703	1,136	14,839	1,983	12,856
Comarca do Penedo . . .	Poxim	13,606	3,408	17,014	400	16,614
	Penedo	13,237	2,182	15,419	3,100	12,319
	Collegio	4,402	543	5,945	350	5,595
Comarca da Matta Grande	Porto da Folha	9,415	682	10,097	246	9,851
	Matta Grande	9,236	753	9,989	416	9,573
	Sant'Anna	3,288	379	3,667	180	3,487
	Pão de Assucar	4,000	519	4,519	493	4,026
SOMMA		218,269	49,418	267,687	18,540	249,147

Fonte: Fala do presidente Antônio Coelho de Sá e Albuquerque, 1856. p. 7.

É possível notar nos resultados que houve regiões que foram mais atingidas que outras. Com maior índice de morte, se destaca a comarca de Penedo com 3.100 óbitos, e o menor número destacou-se em Santa'Anna com 180 mortes. O número da população

⁷⁵ Fala do Presidente da Província de Alagoas Antônio Coelho de Sá e Albuquerque, 1856, p. 6-7.

alagoana antes da epidemia se constituía num total de 267.687, possuindo 218,269 livres e 49,418 escravizados, posteriormente houve uma diminuição no contingente populacional decaindo para 249,147 pessoas, após a epidemia de cólera.

Em relação às áreas que tiveram um índice maior de sua população livre e escrava vitimadas pela cólera, vejamos quais eram as produções agrícolas dessas regiões. Primeiramente temos Penedo com 3.100 mortes como já citado, localizado no litoral Sul de Alagoas, a região era produtora de açúcar, algodão e cereais; a freguesia de Atalaia que se encontrava na mesorregião da Província vitimou 2.000 pessoas, a região também era predominantemente agrícola tendo o açúcar como seu principal gênero de produção; Depois vem Palmeira, localizada no Agreste, teve 1.983 mortes, era também produtora de açúcar e possuía um comércio muito ativo; Já Porto Calvo uma microrregião da Zona da Mata localizada na região Leste de Alagoas, teve 1.300 vidas ceifadas pela epidemia, era uma região onde a produção açucareira também prevalecia, e em menor escala havia a criação de gado. Por fim, Passos de Camaragibe localizado no litoral Norte obteve 1.100 mortes, lá havia produção de açúcar e pesca. Nos dados expressos na imagem acima, Palmeira se destaca por ter sido a única, aparentemente, que não houve redução populacional mesmo com um relevante número de mortes por cólera. Antes da Cólera a região possuía 14.839 habitantes, após a epidemia o número passa para 18.586, ou seja, houve um aumento populacional de 3.747.

Passado o período de maior gravidade da doença, visto que retornou na década de 1860 com menores proporções, os presidentes da Província se queixavam que os cofres provinciais herdaram as dificuldades da década anterior. Os lamentos da crise financeira e da diminuição do trabalho escravo tornaram-se cada vez mais fortes nas falas presidenciais. No ano de 1861, o presidente Antônio Alves de Souza Carvalho, ao tratar da dívida ativa da Província e da pouca arrecadação, explicou as problemáticas recorrentes:

Devemos também lembrar-nos que, ainda quando condições favoráveis tragão algum aumento de renda, existe uma causa que continuamente contribue para diminuir a nossa produção. É sabido que o número de escravos vai sendo reduzido pela desproporção entre os nascimentos e óbitos. Além d'isto o cholera-morbus em 1856, ceifou 3.705 escravos, segundo dados colhidos pelo inspector de saúde.⁷⁶

⁷⁶ Fala do presidente da Província de Alagoas Antônio Alves de Souza carvalho, 1861. p. 9.

Como podemos perceber, não há ainda um número exato de mortos entre a população livre e cativa, uma vez que há algumas divergências entre as falas de alguns presidentes. Porém, se levarmos em consideração o número que estabelece o presidente Antônio Alves de Souza Carvalho, só no ano de 1856 morreram 3.705 escravizados. Sendo assim, o ano de 1855, ano em que a cólera se inseriu fortemente em Alagoas, provavelmente vitimou um número significativo da população cativa.

A título de curiosidade, se pegarmos o número de 3.705 cativos mortos só no ano de 1856 citado por Antônio Alves de Souza Carvalho e cruzarmos com a tabela de Thomaz Bomfim Espindola, teremos um suposto resultado. De acordo com a tabela, o número de mortos pela epidemia de cólera foi num total de 18.540 pessoas entre os anos de 1855 e 1856. Sendo que, se considerarmos o número 3.705 cativos mortos por cólera, totalizaria 7,5% da população escravizada que somava 49.418 pessoas. Já a população livre, que totalizava o número de 218.269, teve 14.835 mortes pela doença, ou seja, cerca de 6,8 % da população livre. Mesmo utilizando de números ainda incompletos, percebemos que a população escrava foi a mais atingida proporcionalmente.

Além da epidemia como fator de decréscimo dos braços livres e escravizados, proprietários e presidentes da Província nos finais do século XIX também culpavam as fugas de cativos como prejudiciais para a economia da Província, dado que, reclamavam em relação a diminuição do contingente nas plantações, e segundo esses proprietários, as fugas só pioravam a situação. Veremos no próximo ponto do trabalho.

1.3 Fugas de escravizados: os anúncios nos jornais

A resistência escrava no Brasil existiu por meio de várias formas de manifestação. Além do âmbito cultural para expressar seu descontentamento com o sistema vigente, as fugas e a violência contra os senhores foram meios utilizados para afrontar a condição imposta. Em quase três séculos e meio de escravidão no país, a condição do escravizado na sociedade era de mercadoria, de acordo com Suely Robles Reis de Queiroz, essa condição era “claramente expressa na legislação que inspirada no direito romano classificava-o como ‘coisa’, ‘peça’”. Podia, pois ser vendido, alugado, emprestado, hipotecado, submetido a todos os atos decorrentes do direito de propriedade.”⁷⁷ Mesmo

⁷⁷ QUEIROZ, Suely Robles Reis de. *Escravidão negra no Brasil*. São Paulo: Ática, 1987. V. 01. p. 35.

em uma sociedade habituada a lhe inferir uma coibição severa, o escravizado utilizava dos meios possíveis para defrontá-la.

Como mostrado em trabalho intitulado *Negociação e Conflito* de João José Reis e Eduardo Silva, o escravizado não foi só vítima e nem só herói do sistema escravagista brasileiro, contudo, desde o início da instituição escravista no país, os cativos foram desenvolvendo formas de atuação na sociedade, realizando diversos atos de rebeldia que representaram a negação a subordinação. “Tantas vezes considerados como simples feixes de músculos, os escravos falam frequentemente, através deles. Suas atitudes de vida parecem indicar, em cada momento histórico, o que eles consideravam um direito, uma possibilidade ou uma exorbitância inaceitável”⁷⁸.

As fugas fizeram parte das ações de luta e rebeldia, elas ocorreram em todo o período escravista no Brasil. Para analisar fugas de escravizados nos finais do século XIX, os jornais e periódicos são ótimas opções. Os anúncios de fugas em jornais se caracterizam por ser uma fonte riquíssima para analisar esses casos⁷⁹. Gilberto Freyre foi o precursor nas pesquisas em anúncios de jornais, o autor conseguiu analisar mais de 10 mil periódicos. Em suas pesquisas conseguiu diversas informações referentes a escravidão no Brasil, entre elas estavam dados sobre religiões e etnias, vestimentas, características corporais da população escrava e de outras particularidades importantes, que fizeram com que Gilberto Freyre concluísse algumas curiosidades do cotidiano da escravidão no país, inclusive distinguir de onde originalmente vieram determinados povos da África. A sua obra denominada *O escravo nos anúncios de jornais brasileiros do século XIX*⁸⁰ é um trabalho que corrobora muito para a historiografia do país. De acordo com Lilia Schwarcz:

Vários historiadores já atentaram para a importância desse material, mas foi Gilberto Freyre quem trabalhou de forma mais sistemática. “Anunciologia” (ou “ciência dos anúncios) foi o nome adotado por Freyre para caracterizar o que ele mesmo se propunha a trabalhar. Através dos anúncios referentes a escravos, Freyre buscou reconstituir as características da população negra residente no Brasil, verificando sua constituição física e psicológica. Dessa maneira e a partir desse trabalho, esse autor trouxe importantes contribuições, na medida em que, além de descrever os tipos de negros residentes no Brasil,

⁷⁸ REIS, João José e SILVA, Eduardo. *Negociações e Conflito; a resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. p. 15.

⁷⁹ ARAÚJO, M. V. S. *Fuga e Resistência Escrava em Alagoas: Periódicos, escravizados e abolição em Alagoas no final do século XIX*. (Monografia). Universidade Federal de Alagoas. Maceió, 2018.

⁸⁰ Ler: FREIRE, Gilberto. *O escravo nos anúncios de jornais brasileiros do século XIX*. Recife: Imprensa Universitária, 1963.

reconstituiu vocábulos e mesmo costumes da época. Para esse antropólogo, os anúncios eram uma fotografia da época, uma fonte de “informações desinteressadas de onde podíamos retirar fatos inquestionáveis e definidores do período e caracterizar ao mesmo tempo a população negra em si”. No entanto, para nós esse tipo de material ganhou importância não só devido a sua função pragmática (já que, como notou Freyre, a partir dele podem-se ter considerações sobre as fugas e as características da população escrava), mas também a outras informações subjacentes, também presentes no interior dos anúncios.⁸¹

A partir do nascimento da imprensa no Brasil, era comum ver anúncios de aluguel, venda e fuga de cativos. Em 1808, após a vinda da família real, foi estabelecido o primeiro periódico na capital do Império denominado *Gazeta do Rio de Janeiro*. Em Alagoas, apenas vinte e três anos depois ocorreu o surgimento do primeiro periódico denominado *Iris Alagoense* como falado por Moacir Medeiros de Santana, em sua obra intitulada *História da Imprensa em Alagoas*:

A imprensa em Alagoas praticamente surgiu com o *Iris Alagoense*, cujo o número inicial, impresso na Bahia, em data desconhecida, constitui hoje espécime jornalístico de extrema raridade. Já o segundo número estampado em Maceió, o único a chegar em nossos dias, guarda o Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas um exemplar, do dia 17 de agosto de 1831, uma quarta-feira. Aparecido numa época de efervescência política o mencionado periódico era órgão da Sociedade Patriótica de Maceió, dizendo-se “jornal político, literário e mercantil”, mas a política constituiu, na verdade, o fator primordial em sua criação.⁸²

Há relatos de alguns presidentes provinciais informando que o tratamento para com os escravizados havia melhorado um pouco a partir do fim do tráfico em 1850, entretanto, tal fator não foi eficaz para dar fim aos diversos maus tratos inferidos aos mesmos. Sendo assim, “as fugas eram um meio atraente de escapar a escravidão, geralmente individuais, não exigiam nenhum plano coordenado e oferecia uma perspectiva sedutora, a da liberdade imediata. Por isso, foram frequentes em todo o período escravista”.⁸³

Nos anos finais do século XIX, foram constantes os anúncios de fugas. De acordo com Lília Schwarcz (1987), “Até inícios da década de 1880, grande parte dos anúncios

⁸¹ SCHWARCZ, Lília Moritz. Retrato em branco e negro: jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século. XIX/ Lília Moritz Schwarcz. - São Paulo: Companhia das Letras, 1987. p. 137.

⁸² SANTANA, Moacir Medeiros de. História da Imprensa em Alagoas 1831-1981. Arquivo Público de Alagoas, Maceió, 1987. p. 23.

⁸³ QUEIROZ, Suely Robles Reis de. Op. cit. p. 42.

que ocupavam os periódicos da época referiam-se a escravos. O cativo aparecia então vinculado a todo tipo de transação econômica: compra, venda, aluguel, leilão, seguro, fugas, testamentos, alienação, empréstimos, hipotecas [...]”⁸⁴ O aumento da quantidade de anúncios de fuga nos periódicos se explica não só pelo aumento da evasão cativa, de fato, das fazendas, mas também devido às novas mentalidades que surgiam nos anos finais da escravidão, quando as questões referentes ao fim do cativo estavam fervilhando e desenvolvendo o movimento abolicionista que aos poucos se consolidava. Senhores escravocratas buscavam controlar tais problemáticas, mas era visível que o ciclo aos poucos se fechava. Segundo Emilio Gennari:

Os representantes do sistema escravista jogam assim suas últimas cartas para restabelecer o clima de terror que, durante séculos, havia garantido a sua dominação. Esses esforços, porém, são destinados ao fracasso na medida em que as ações dos escravos contam agora com o apoio de grupos crescentes de homens livres dos mais variados setores da sociedade [...] A penetração nos cafezais ocorre tanto de dia como de noite, ora por meio de disfarces, ora graças as profissões exercidas pelos membros de cada núcleo. É assim que mascates, cobradores, mendigos, viajantes ou até mesmo profissionais contratados para realizar um determinado trabalho dedicam seus esforços a planejar, incentivar e realizar as fugas de grandes contingentes de escravos.⁸⁵

De acordo com Celia Maria de Azevedo, no Brasil, foi a partir da década de 1860 e 1870 que jornais e periódicos começam a ser críticos ferrenhos do cativo⁸⁶. Na década de 1880 grupos mais radicais abolicionistas passaram inclusive a auxiliar os escravizados nas fugas. Joaquim Nabuco, em seu livro *O Abolicionismo*, discorre em seus capítulos sobre a adesão de parte da sociedade brasileira as ideias da abolição da escravatura. De acordo com Joaquim Nabuco, o movimento abolicionista foi de extrema importância e incentivador de uma reforma política no Brasil⁸⁷. *O Abolicionismo* é um testemunho histórico de um período onde a instituição escravista sofria diversos abalos, a lei de 1871⁸⁸ deixava claro para escravagistas que o fim da escravidão estava cada vez mais próximo.

⁸⁴ SCHWARCZ, Lília Moritz. Op. cit. p. 134.

⁸⁵ GENNARI, Emilio. Em busca da liberdade: traços das lutas escravas no Brasil /Emilio Gennari – 1. ed.- São Paulo: Expressão Popular, 2006. p. 131-136.

⁸⁶ AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. Abolicionismo: Estados Unidos e Brasil, uma história comparada (século XIX). São Paulo: Annablume, 2003. p. 36-42.

⁸⁷ NABUCO, Joaquim. O abolicionismo. São Paulo: Publifolha, 2000. p.14.

⁸⁸ A lei de 1871, chamada de lei do Ventre Livre ou lei Rio Branco, determinava que os filhos de escravos que nascessem depois da lei seriam considerados livres.

Em Alagoas, o movimento abolicionista, de acordo com Felix Lima Junior, já era existente desde de 1869 com a sociedade Humanitária Pendesse⁸⁹. As fugas de escravizados também ocorriam com frequência na Província, e como constantemente havia reclamações em torno da crise de braços para a lavoura, os senhores tentavam impor o mínimo de riscos aos seus cativos para não perder os que restavam. De acordo com Moacir Santana, em seu livro *Uma Associação Centenária*, para reduzir o número de fugas, eram utilizados vários meios por parte dos senhores alagoanos, existindo leis municipais que validavam a repressão aos cativos:

Visando reduzir ao mínimo a fuga de escravos, usava-se de vários artifícios. Um deles era o toque de recolher, às 9 horas da noite, anunciado pelo sino da matriz de Nossa senhora dos Prazeres. E todo aquele escravo que fosse encontrado após o toque sem escrito do seu senhor datado do mesmo dia, no qual declare o fim a que vai, será recolhido a prisão e multado o senhor em 3\$000; e caso recuse pagar sofrerá 50 açoites o escravo e será solto. Era o que estipulava o & 4 do título 7 das Posturas Municipais. Abria-se exceção para cativos cujos senhores morassem fora da cidade ou nos arrabaldes.⁹⁰

Para os escravizados fugidos eram existentes diversos castigos com objetivo de punição. Eles eram aplicados de acordo com a frequência das fugas e a gravidade delas. Era comum que os fugidos sofressem açoites, palmatoadas e tivessem seus rostos cobertos por mascaras de folha de flandres entre outras penalidades. De acordo com Felix Lima Junior, se a falta era grave “o castigo era aumentado cortando-se orelhas, amputando-se seios, castrando-se, quebrando-se dentes a martelo ou arrancando-os totalmente, e, até, emparedando vivos os infelizes cativos”⁹¹.

Eram corriqueiros os anúncios de fuga de escravizados em vários periódicos alagoanos. Como dissemos anteriormente, as fugas sempre foram existentes, entretanto houve uma intensificação nos anos finais do século XIX. Primeiramente, a título de exemplo, vejamos alguns anúncios de fugas em alguns periódicos e jornais de Alagoas entre os anos de 1850 a 1870:

Jornal *O Correio Maceioense*, 1850:

No dia segunda feira 28 de outubro deste corrente ano fugio um escravo de nome de André, com 22 annos de idade, com os signaes seguintes: nação crioulo, cabra. Não muito claro, cabelos cor de macaco, tem a perna direita

⁸⁹ JUNIOR, Felix Lima. Op. cit. p. 05.

⁹⁰ SANTANA, Moacir Medeiros. *Uma associação centenária*. Maceió: Arquivo Público de Alagoas, 1966. p. 17.

⁹¹ FELIX, Lima Junior. Op. cit. p. 45.

torta, não muito, de boa altura, tirado a paixola, tem todos os dentes da frente, e fugio do engenho Roncador districto de Freixeiras, e o dito foi de Benedicto de Amorim Ribas: quem o pegar traga em casa de Antonio Pinto de Amorim que será bem recompensado. (Maceió, 1850)

Fugio no dia 22 do mês p. p. de abaixo assignado, uma escrava de nome Luzia com os signaes seguintes: cabra, mas com cabellos bons, como acaboclada, estatura regular, grossa, terá de 19 a 20 anos, foi da viúva do prudente de Taperaguá. Quem a apprehender e levar em Maceió, ou a entregar em Alagoas em caza do Snr. Francisco Manuel da Cunha será bem gratificado, e o mesmo abaixo assignado protesta com todo o rigor da Lei contra quem a tiver acoutada. (José Gonçalves da Silva, Maceió, 1850)

Jornal de Maceió, 1861:

No dia 1º do corrente fugiu o baixo assignado o escravo Fernando nação costa, idade 60 annos, altura regular, com marcas de bexigas no rosto, nariz chato, beiços grossos, e falta de dentes: quem o pegar o trouxer ao abaixo assignado será generosamente recompensando. (Maceió, outubro de 1861. Francisco Thomaz da Silveira)

Do abaixo assignado fugio do seu engenho Riacho Branco o seu escravo mulato de nome Manoel dos anjos, com idade de 16 a 18 annos, chato, alvo, cabellos estirados e dourados bastante esperto; usa chapéu de couro e vestuário de algodão tinto. Quem pois dele tiver noticia me avise, ou me traga nesta Pacaluba ou em Vila Nova que será recompensado: advertindo que deve haver com elle muita vigilância. (Maceió, abril de 1861. Tomaz Pinheiro de Souza Costa)

Periódico o Pilarense, 1870:

Do abaixo assignado no dia 15 de maio deste anno, fugio um escravo de nome João, acaboclado, de 37 a 38 annos de idade, altura regular, cheio de corpo, cabelos um tanto caxiados, fazendo-se algum reparo devulga-se alguns cabelos brancos na cabeça e barba, tem a falta de dentes no lado superior e tem sido encontrado em alguns engenhos emediatos a esta villa. Quem o pegar e entregar ao mesmo abaixo assignado morador na rua da ladeira desta villa casa nº 11, será generosamente recompensado. (Pilar, 7 de junho de 1870. Bibiano F. da Costa Sampaio)

Os jornais e periódicos acima citados são alguns exemplos de que os anúncios de fugas estavam espalhados na maioria deles, não importando se era de menor ou maior circulação. Gostaríamos de destacar *O Orbe*, financiado pela elite local, sua produção informativa era vinculada aos valores conservadores da época. Em grandes quantidades, as chamadas no jornal sobre fugas tomavam, na maioria das vezes, a metade de uma folha do periódico. Tais anúncios expressavam toda violência sofrida pelos cativos, já que as características passadas dos fugitivos eram o puro reflexo dos maus tratos sofridos por estes. Vejamos alguns, todos do ano de 1885:

Procurasse escravo fugido: Mareiano, mulato, com 35 anos de idade, baixo, cheio de corpo, cabellos cacheados, tem o braço direitos decepados pela monheda e costuma andar de [sic] abrindo a mão decepada. Tem a cicatriz de um talho sobre o olho direito. (Maceió, 30 de junho de 1885).

Rosa mulher de Amaro, nação costa, alta bem preta, sofre de reumatismo em uma perna. Sahio no mez de fevereiro do corrente anno. (Maceió, 7 de junho de 1885).

Bernarda, creolla, representa ter 50 anos, alta, fula, tem a cicatriz de um talho na testa; levou em sua companhia uma netta liberta, de 2 annos mais ou menos. (Maceió, 7 de junho de 1885).

Barnabé, com 27 annos de idade, cor fula, altura regular; um marco de feridas nas pernas e uma chaga nas ventas proveniente de boubis. (Maceió, 7 de junho de 1885).

Fugirão do engenho Frecheiras, na ribeira de Gutuba, os escravos seguintes: Amaro, nação costa, bem preto [sic], já pinta, falla muito atravessado, altura regular, e costuma andar coxiando de um perna. Dizem estar destilando água ardente em Jaraguá ou Pajussara desde o anno passado a titulo de liberto. (Maceió, 7 de junho de 1885).

Fugiu escravo Manoel dos Santos, pertecente ao senhor João Francisco Guedes, no dia 30 de janeiro próximo passado. É conhecido pelos seguintes signaes: cor parda fulo, baixo, grosso, pouca barba. (e é suppor traze-la raspada). Nariz chato, beiços grossos, tem uma cicatriz ao roto proveniente de uma queda. Cabelos carapinhos e muito ladino. Quem o aprehender o levar nesta cidade ao senhor João Alberto dos Santos ou em Porto de Pedras ao senhor Manoel Marques Saldanha. Será generosamente gratificado” (Maceió, 30 de janeiro de 1885).

É interessante perceber nesses anúncios que a maioria dos escravizados fugidos se encontravam com algumas mazelas: doença, velhice e corpo mutilado são algumas delas. Esses anúncios corroboram a ideia de que alguns senhores escravocratas faziam questão da captura de seus cativos, mesmo que estes aparentassem estar incapacitados em exercer diversas atividades por conta de suas condições físicas. Enfatiza-se que esses anúncios são apenas três anos antes da abolição.

No *O Orbe*, via-se crítica ao possível fim da escravidão e ao movimento abolicionista; os integrantes do movimento eram constantemente chamados de baderneiros e acusados de ocultar escravizados alheios para utilizar de seu trabalho. Segue abaixo uma publicação do periódico *O Orbe*, escrito por um pseudônimo denominado de *campones alagoano*, inferindo acusações aos abolicionistas em junho de 1887:

A publicação do *campones alagoano*, expressa um idéa que embora tardia, todavia pôde conter os excessos dos abolicionistas dos escravos alheios, e talvez desperte a attenção da policia d'esta capital, que esta reduzida a um covil de escravos fugidos, os quaes são seduzidos e aqui vivem trabalhando para os caridosos humanitários abolicionistas.

É crime acoutar escravos alheios seja lá a pretexto de liberdade. Quem litiga por sua liberdade tem deposito, e nelle trabalha em bem de quem vencer, não se dá o exemplo que se vê n'esta cidade onde os acoutadores de escravos alheios querem ou inculcam-se de abolicionistas como se isso fosse um poder.⁹²

Chegavam a buscar notícias de outras províncias e tentar de alguma forma colocá-las como exemplos para a região. As tentativas de inferiorizar a luta abolicionista eram habituais; por este motivo, qualquer notícia relacionada a embaraços de membros do movimento era imediatamente publicada. No ano de 1887, o jornal *O Orbe* anuncia: “Na Parayba do Norte foram tirados da casa de um dos mais notáveis e intransigentes abolicionistas diversos escravos fugidos de cujo trabalho usufruía o emancipador. Disto há muito por cá.”⁹³ Tais notícias pareciam ter o objetivo de influenciar os populares a ver o abolicionismo com maus olhos.

Não só o periódico *O Orbe* dava abertura a tais publicações. *O Jornal de Penedo* também dava suporte às elites escravagistas da Província alagoana que buscavam os jornais para publicar e solidificar a perseguição aos escravizados fugidos. Lembrando que Penedo era utilizado como rota de fugas de cativos. Vejamos alguns dos anúncios, a maioria da década de 1870:

Fugio do sitio Frecheiras, districto desta cidade, em os últimos dias do mez de fevereiro próximo passado o escravo Victor de idade de 30 annos quando muit, cor de formiga de roça ou taroca, alto, seco, pés compridos e em um dos calcanhares tem rachaduras, signaes a que os pretos chamam calor de figado; tem pouca barba e dentadura perfeita, falla grossa e cheio de gatimanhas. Comsta que fora para o Aracaju e que intenta assentar praça; mas também ha quem diga, que fugiu para o norte. Quem o aprehender, ou trouxer nesta cidade a Ignacio de Barros Leite ou a Aristides Canavarro de Carvalho Gama, será generosamente recompensado: também se recompensa quem d'elle der notícia certa. (Penedo, 8 de Março de 1875).

Fugio no dia 31 de janeiro do sitio Turrões, deste termo, o escravo de nome Máximo, mulato, altura regular, barba serrada e preta, olhos pretos, (talvez tenha raspado a barba), cabellos crespos, dentadura perfeita, e tem em uma das canellas, de qual não me recordo, uma cicatriz, sendo dito escravo propriedade do abaixo assinado. Quem o pegar dirija-se ao sitio Turrões, a ser entregue ao seu senhor e terá do mesmo a gratificação de cem mil reis. (Penedo, 8 de Março de 1875).

⁹² Jornal O Orbe, 1887.

⁹³ Jornal O Orbe, 1887.

No dia 3 do corrente, fugio o escravo Antonio, 36 annos, cabra, estatura regular, cabelo enrolado, pouca barba, dentadura perfeita, o qual me servia de caixeiro: quem o pegar e entregar-me, será generosamente recompensado. (Penedo, 13 de dezembro de 1876. Rafael Cataldo)

Fugio do abaixo assignado a 24 do corrente do sitio jacarecica, desta cidade, cor preta, com 42 annos de idade, baixo, meio garabela, um pouco curto da vista, com dentes podres, pés pequenos e feios, feio de cara, quando falla mais apressado engasga-se, expressa-se bem, pouca barba e só na ponta do queixo, com quatro marcas de cicatrizes, sendo uma em cada pulso dos braços, e assim nas barrigas das pernas, pois a primeira vista mostra logo os sinais de cativo, muito ladino. Roga-se as autoridades e a qualquer pessoa que o capturar de exigir-se ao abaixo assignado na rua da alegria nesta cidade, que gratificaar. Este escravo em 1873 já fugio, e foi prezo na cidade de Penedo. (Maceió, 27 de setembro de 1881.- H. C. de Mello.

Os senhores escravocratas alagoanos empenhavam-se em tentar encontrar sua escravaria. De acordo com esses proprietários, a falta de mão de obra era grande, e como nesse período o número de cativos diminuía expressivamente, o valor do escravizado aumentava ainda mais. Por tais motivos, escravagistas de Alagoas e da maioria das províncias brasileiras não abriam mão da captura de suas “propriedades”, mesmo em um período em que já se previa o fim do cativo, quando o movimento abolicionista e suas ideias se propagavam mais fortemente por todo o país. Emilio Gennari corrobora:

No final do século 19, o número de cativos no Brasil é bem menor do que nas décadas anteriores e representa uma porcentagem cada vez mais reduzida da população e não terá dificuldades em entender porque são os abolicionistas a direcionar e controlar as derradeiras manifestações da rebeldia escrava. A aceitação dessa situação por parte dos fugitivos tem como base o fato deles perceberem que a atuação dos setores radicais do abolicionismo não tolhe a sua ação autônoma; ao contrário, a deseja e cria condições para que esta possa se realizar de forma ampliada.

Sendo assim, foi grande a contribuição do movimento abolicionista, mas a população negra escravizada teve um papel preponderante nas mudanças que vieram a acontecer. Em Alagoas, o movimento abolicionista teve um público que, em sua maioria, fazia parte da elite financeira, entretanto, a luta destes em prol da abolição foi intensa. Muitos auxílios foram dados nas fugas que faziam os cativos. Por exemplo, uma escola profissionalizante foi criada para as crianças filhas de escravizados, com resultados positivos, mas pela falta de apoio à escola não houve prosseguimento. As reuniões dos membros do movimento eram feitas com regularidade, nelas, cartazes, hinos e métodos

de manifestações eram articulados. Sobre o movimento abolicionista na Província Alagoana, nos revela Leonardo Dantas Silva:

Positivamente a ação alagoana a favor dos cativos começou em 1881, com a sociedade “Libertadora Alagoana” que reunia semanalmente, aos domingos, sendo seus membros mais esforçados: Antônio de Almeida Monteiro, Diegues Júnior, Antônio Duarte, Alves Tosta, Guilherme Gomes Pinto, Francisco Domingues, Domingo Lordsleen, José Hygino e Antônio Monteiro [...] No mesmo ano em que surgiu a Libertadora, a classe estudantina criou o “Clube Abolicionista” e celebrou o aniversário da Independência com uma sessão cívica e a entrega de quatro cartas de alforrias... Não faltou a propaganda, o elemento feminino. Junto a libertadora se colocou avultado número de senhoras das quais ainda hoje são lembrados os nomes respeitados e dignos, Clotilde de Menezes, Felisbella Porto, Francisca Falcão, Amélia Passos Cunha, Virgínia Falcão, Barbara Guimarães, Lúcia Lordsleen, Silvina Ribeiro e Amélia Rodrigues [...] Convém notar que Alagoas não perdeu tempo em discutir programas; desde os primeiros dias da campanha, proclamou-se abolicionista e até de seu cuidado, de seu esforço resultou uma ideia que não frutificou por desventura da Pátria: O Sr. professor Francisco Domingues fundou, com auxílio de vários conterrâneos, uma escola profissional para instruir os filhos dos escravos. O estabelecimento funcionou depois da redenção produzindo resultados apreciáveis. Por estes e outros atos, se poderá pesar o quilate dos abolicionistas alagoanos que, na divulgação e defesa de suas ideias contaram com os seguintes jornais: *Gazeta de Notícias*, o *Lincoln*, O *Diário do Povo*, A *Revista Commercial* e O *Guttenberg*.⁹⁴

Os periódicos citados por Leonardo Dantas faziam realmente parte da luta abolicionista em Alagoas. Trazendo alguns como exemplo, temos a *Gazeta de Notícias* que enfatizava que não fazia de nenhuma maneira anúncios de escravizados fugidos, possivelmente essa declaração era uma alfinetada ao *Orbe* e a outros jornais que, como vimos, dava total espaço a esse tipo de publicação. O conteúdo da *Gazeta de Notícias* deixava claro o lado defendido, e quando havia qualquer ação de emancipação escrava na Província, era rapidamente divulgada com o objetivo de influenciar a sociedade a seguir o exemplo. Esse foi o caso da condessa do Rio Novo em Maceió, que após falecer na Europa, deixou em seu testamento a emancipação de sua escravaria, tendo sua história estampada no jornal. Assim foi publicado na *Gazeta de Notícias* do ano de 1882:

Por disposição testamentaria, a senhora condessa do Rio Novo, falecida recentemente na Europa, deixou livres 400 escravos que possuía, e para que depois de tornados cidadãos, não ficassem reduzidos à miséria, deixou-lhes uma das suas fazendas para nella se estabelecerem e trabalharem. Honra a memoria de tão benemérita senhora, que se durante a vida conservou captivos tantos infelizes,

⁹⁴ SILVA, Dantas. A abolição em Pernambuco. Volume 10/ Ed. Massangana, Recife, 1988. Fundação Joaquim Nabuco. p. 44-46.

soube ao menos ser deles mãe e protectora, e resgatar por um acto de tamanha munificencia uma falta cuja a responsabilidade cabe a nós todos. (Maceió, 1882).

O *Lincoln* foi outro a se destacar na causa abolicionista. Na primeira folha do periódico *Lincoln* o leitor já se deparava com mensagens do tipo: “Ódio a escravidão”, “Defesa à abolição” e destacava ser um órgão de propaganda abolicionista implacável. O *Lincoln* em 1882 orgulhava-se em dizer aos seus leitores que “o movimento abolicionista da nossa província progride!”⁹⁵. Esse periódico foi criado com o intuito exclusivo para a causa abolicionista e denunciou o cativo até o seu fim. Em 1888, ano da abolição, o *Lincoln* ainda denunciava, nessa altura do campeonato, os maus tratos sofridos pelo cativo Wanderley por seu senhor Belmiro José de Amorim:

Sabemos que o senhor capitão Belmiro José de Amorim, senhor do engenho Riachão, conserva preso no tronco o seo escravo Wanderley, açoitando-o duas vezes por noite. Custa a crer que ali no termo de Santa Luzia do Norte, é celebre pelas scenas barbaras já tantas vezes denunciadas [...] Chamamos para o caso a atenção do snr. dr. Chefe de policia. (Maceió, 1888).

Destaquemos agora o periódico *Gutenberg* que foi um dos maiores jornais abolicionistas de Alagoas, suas publicações giravam em torno de questões sociais, políticas e pela luta escrava. Não é difícil de encontrar em suas páginas críticas profundas a periódicos como o *Orbe e Jornal de Penedo*. Discussões e acusações eram constantes entre esses jornais; enquanto os jornais mais conservadores temiam o fim do cativo e abominavam os abolicionistas, o *Gutenberg* inflamava suas edições com gritos de liberdade e repúdio aos escravocratas. No ano de 1885, em resposta às críticas feitas por anunciantes do jornal *O Orbe* às fugas de cativos, é publicado no *Gutenberg* o discurso de Ruy Barbosa que havia acontecido na confederação abolicionista daquele ano. Ruy Barbosa foi grande simpatizante e membro ativo do movimento abolicionista, vejamos um trecho:

[...] A fuga, no escravo, é um crime? Não: é defesa natural; é o exercício de um direito que nenhuma lei, neste mundo, ousaria negar, e cujo sentimento não conseguireis extinguir, ainda como podesseis degradar a natureza humana até a bestialidade absoluta... pois ainda na pura animalidade a fuga é a incoercível revolta do instinto.⁹⁶

⁹⁵ Jornal Lincoln, 1884.

⁹⁶ Jornal Gutenberg, 1885.

Ruy Barbosa define a fuga como inerente ao ser humano, pois ao viver negligenciado não haveria outra atitude a se tomar. O abolicionismo advertia que a fuga fazia parte do instinto, fazia parte do ser, que ninguém nascia escravo, dado que tal posição não passava de imposição, e isso não poderia ser aceito. Críticos ao sistema escravista, os membros do movimento abolicionista não se cansaram em divulgar a causa, e jornais como o *Gutemberg* foram importantíssimos com suas divulgações em todo o país.

As fugas eram cada vez mais constantes na Província alagoana, e as fazendas se tornavam mais vazias, de acordo com alguns relatos de proprietários. As declarações da elite escravocrata de Alagoas no jornal *O Orbe* pareciam estar mais desesperadoras e dramáticas. Culpavam o presidente da Província pelas fugas de seus cativos, queriam seguridade de suas propriedades e acusavam os abolicionistas por todo e qualquer infortúnio que passavam. Apenas um ano antes da abolição, os fazendeiros esbravejavam através dos jornais e periódicos que lhes davam respaldo, à manutenção do sistema escravista, como veremos neste anúncio do jornal *O Orbe* do ano de 1887:

COMMUNICADO

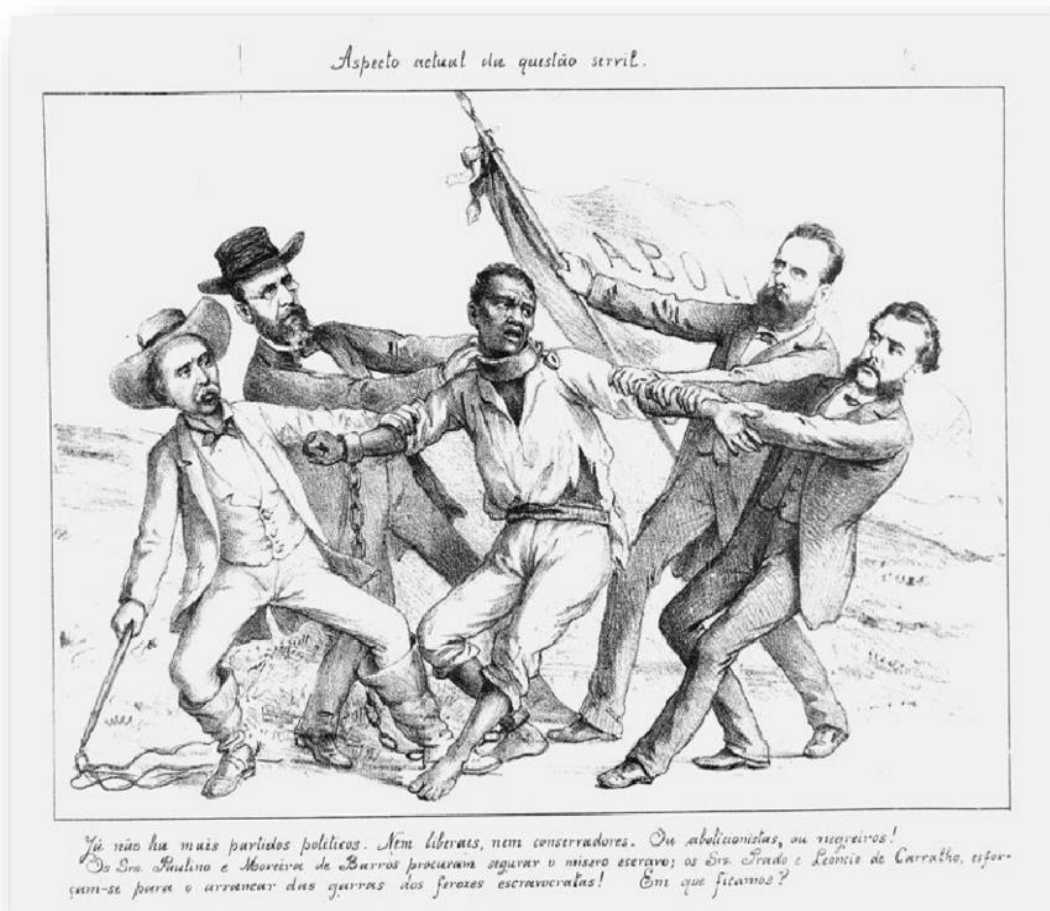
A que estado nos reduziu a administração do snr. Moreira Alves!

Reduzida esta capital ao um covil de escravos fugidos, garantidos pela celeberrima portaria do ex chefe de policia interino, animou a fuga de escravos: e hoje achando-se os proprietários ameaçados de não moerem seus engenhos, e alguns já não tem escravos para fazerem as suas plantações ou novas safras! A este estado horrivel devia necessariamente de corresponder alguma reacção. E o que acontece. Está hoje conhecido que com as seduções dos abolicionistas e a noticia de que querem no dia 7 deste mez dar um grito de libertação, preparando-se diversos proprietários para virem a esta capital capturar os seus escravos. A policia não tem força, e por isso não pode hoje coadjuvar o direito daquelles que se vêem privados dos serviços de seus escravos, que aqui estão a serviço dos especuladores pelo abolicionismo do alheio. A vinda desses proprietários, que alias procuram o seu direito não ocasionará conflictos? E a quem se deve semelhante estado? Deve-se somente a desastrada administração do snr. Moreira Alves, e a transacção do snr. Oticica relaxando a acção policial contra as garantias de senhores de escravos. Que importa o senhor Moreira Alves que haja desordem? E aparecerá o snr. Oticica fazendo valer a sua ordem no sentido de que a policia não coadjuvasse a apprehensão de escravos fugidos? Fizeram da capital um antro de escravos fugidos, garantiram o crime em favor dos acoutadores; e agora? Só uma medida de prudencia, que todos devem aconselhar aos prejudicados, aos que dizemos, esperem a chegada do novo presidente, venham a ele representar pelo direito que tem, que hão de ser attendidos. Enquanto

não, cumpre que o honrado snr. dr. Chefe de policia providencie para que não haja esse anunciado grito de libertação no dia 7 desse mez. A administração da provincia está acephala, o snr. Moreira Alves não é mais presidente, e isso é um dos resultados de sua administração, cumpre que o snr. chefe de policia garanta a ordem publica, prevenindo esse grito de anarchico e criminoso.⁹⁷

O desabafo acima é o reflexo do desagrado dos senhores escravocratas que insistiam pela continuação do cativo. Entre reclamações ao presidente Moreira Alves e acusações às ações dos abolicionistas, vê-se, mais uma vez, o medo da estagnação da lavoura. Cultivo e safra, de acordo com tais senhores, estavam deixando de ser feitos, pois com a evasão da população escravizada das fazendas, os agricultores potencializavam suas frustrações junto as crises financeiras, que segundo eles, os principais gêneros produzidos na Província a muito vinham passando.

IMAGEM 3



⁹⁷ Jornal O Orbe, 1887.

Falava-se em “gemido da lavoura” nos últimos anos de escravidão em Alagoas. Os fazendeiros não digeriam as transformações que estavam por vir, e levantavam o argumento da falta de braços como prejudicial a economia, bem como, a necessidade de manter a servidão para o crescimento da agricultura. No periódico *O Orbe*, em junho de 1887, mais uma vez o pseudônimo *campones alagoano* publica um lamento sobre os contratemplos que a lavoura passava e como os abolicionistas, com seus ideais de liberdade, traziam consigo péssimos valores a sociedade com suas intervenções na conjuntura servil.

O Gemido Da Lavoura A UNIÃO FAZ A FORÇA

[...] Os abolicionistas, meu colega, são uzeiros e viseiros n’esta arte de especular, estão fazendo época, estão tecendo a mortuária capella que tem de circular a pallida fronte da gemibunda lavoura; a nós, porém, ocorre dever outro: unamo-nos, sejamos todos por um e um por todos, e armados da resistência com a força jamais devemos, como Job, fulminar o dia em que pegámos na charrua, na rude enxada.

E quero convencer-me de que, se os demais collegas agricultores, compenetrados d’essa verdade, vierem a imprensa, já e sem perda de tempo, como cumpre que assim o fação, expôr as suas justas queixas generá o prélo sob o peso de tantas e tão graves accusações a esse maderno salteador dos bens do agricultor, a esse atrevido e arruaceiro abolicionismo, que jamais poderá elle medrar com a impetuosa pujança do assolamento, aniquilador da seiva agrícola, ou antes, do trabalho da lavoura, como está claramente visto.

Talvez queira pensar alguém que a minha linguagem seja um formal protesto a ideia de liberdade; mas não, eu e comigo os meus collegas apenas reagimos e com justo direito de competência contra essa liberdade, como tal entende a encandecente imaginação dos abolicionistas – a liberdade da anarchia e da ociosidade, a liberdade protectora de todos os vícios e de todos os crimes, finalmente contra aliberdade, que, ao envez de ser regulada pelos lógicos princípios da razão e caracterizada nos prodomos da sã moral, vai acastellar-se no assassinato, na depravação e em toda casta de todas as infâmias e misérias humanas, por que essa liberdade insinuada, apanágio do abolicionismo, é um verdadeiro – passaporte dos contrabandos sociaes.⁹⁸

O apelo para que os agricultores se unissem em prol da defesa de seus direitos era comum nas publicações de tal período. Vê-se uma insistência na manutenção da escravatura e poucos planejamentos em relação ao cenário do pós escravidão, tais

⁹⁸ Jornal O Orbe, 1887.

manifestações escritas possuíam o objetivo de chamar atenção das autoridades e rebaixar as convicções abolicionistas. O empenho em torno da preservação do cativo se configurava na lucratividade que ainda proporcionava, em todos os seus aspectos, para donos de escravizados e fazendeiros, e mesmo com o fervilhar do movimento abolicionista, os escravocratas não abriram mão de chamar a atenção das autoridades e fazer cobranças e críticas em relação às fugas cativas e às ideias de abolição que percorriam a Província. De acordo com Maria Chinelatto Alves:

[...] A historiografia sobre o tema vem debatendo o impacto do imenso movimento abolicionista ocorrido nas décadas finais do império. Ao mesmo tempo, nas áreas de maior concentração de cativos, autoridades de proprietários não conseguiam concordar mais sobre como conter a crescente agitação e mobilidade da população escrava [...] Autoridades e senhores locais solicitavam reforços dos governos provincial e imperial, os quais nem sempre podiam ser atendidos a contento, já que as forças policiais estavam ocupadas em outros lugares contendo os mesmos temores.⁹⁹

Os abolicionistas alagoanos reagiam as acusações dos senhores escravocratas e não dispensavam a possibilidade de responder criticamente aos “inimigos da liberdade”, como eles chamavam. O periódico *Gutenberg* no ano de 1887 publicou um texto ríspido, no qual descreve a elite agrária como bárbaros, criminosos e desumanos, e mais uma vez, o texto abolicionista deixa claro que a luta do movimento não teria fim até que finalmente a escravidão caísse por terra. Vejamos:

A Liberdade!

E' esta a grande e momentosa questão que tanto se tem discutido pela a imprensa, a fim de convencer aquelles que, mergulhados no esclavagismo, desconhecem que os seus semelhantes devem ser livres!

O abolicionismo, esta sublime idéa, jamais fenecerá!

A sua depreciação nasce do coração d'quelles que timidos para affrontar o trabalho e avesados a alimentarem-se pelo do braço escravo, procurão dicipar (o que não há de alcançar) a liberdade!

O modo deshumano porque temos visto alguns proprietários de engenhos maltratar o homem escravo, repugna e contrista; e é por isto que a causa desses bárbaros jamais sobrepujará a dos pugnadores da abolição, na sociedade hodierna.

⁹⁹ Maria Helena P.T. Machado e Celso Thomas Castilho (Orgs). Tornando-se livre: agentes históricos e lutas sociais no processo de abolição. São Paulo: EDUSP, 2015. p. 62.

Verdadeiros criminosos, deveriam elles ser punidos com todo o rigor das leis, a fim de vermos desaparecerem para sempre as celebres novenas do carro, onde muitas vezes expirão e uxagens os infelizes que se acham preso pelo jugo da escravidão!

Mas, cêdo ou tarde teremos de congratularmo-nos pela extincção d'este mal vergonhoso que mancha a nossa historia, e então não teremos mais a temer que se contraiam raivosas as carrancas dos ferozes esclavagistas.

Pensão estes, talvez, que os abolicionistas desprezarão esta questão? Enganão-se infantilmente. Em questões d'esta ordem, em que o patriotismo de mãos dadas com os mais puros sentimentos de humanidade extremece d'entusiasmo, pode-se ser vencido pela força, é verdade, mas nunca se renegará a idéa, que brotando espontanea dos corações brasileiros, jamais poderá ser suplantada.

Embora vencida, a santa cruzada do abolicionismo, preferirá succumbir em volta nas dobras ensanguentadas de sua bandeira a trahir as suas mais puras convicções.¹⁰⁰

A citação acima alertava aos donos de escravizados que todos os jornais e periódicos articulados na causa abolicionista na Província a muito discutiam e mostravam exaustivamente que a escravidão seria uma instituição lamentável que precisava ser findada, e que parte da sociedade brasileira já tinha consciência disso, ao ponto em que o antiescravismo ganhava cada vez mais adeptos. O periódico informava aos escravocratas que continuavam a maltratar seus cativos, que deveriam ser punidos por seus atos, dado que casos de castigos inferidos ao escravizados ainda eram recorrentes no ano dessa publicação em 1887. É falado ainda que o escravagismo estava no coração daqueles que não queriam exercer o trabalho e por isso utilizavam da escravidão para o faze-lo.

Fica claro que as tensões aumentavam progressivamente e ambos os lados se confrontavam em defesa de ideias distintas. O *Jornal de Penedo* e *O Orbe* são exemplos de tantos outros que estabeleceram em suas páginas o escravismo como forma primordial para a prosperidade da lavoura e conseqüentemente da economia da Província. Por outro lado, jornais como o *Gutemberg* formaram um muro contra a escravidão e preencheram em suas folhas protestos contra o cativo e as diversas formas de repressão que o sistema escravista determinava.

Por fim, as fugas de escravizados foi um incômodo para a elite escravocrata que declarava que, por conta das fugas, a diminuição cativa em suas lavouras se intensificava.

¹⁰⁰ Jornal Gutemberg, 1887.

Essa informação é difícil de se concluir, uma vez que não há números que demonstrem o nível de evasão de cativos dessas fazendas.

Uma outra causa que possivelmente poderia ser fator de diminuição cativa, mas com menores proporções, foi o Fundo de Emancipação que surgiu em 1871 junto com a lei do Ventre Livre. O fundo estabelecia recursos pecuniários para a libertação de cativos em todas as províncias do Brasil. Em Alagoas, não houve muito êxito, pois, de acordo com Wellington José Gomes da Silva entre os anos de 1875 e 1886, apenas 818 escravizados foram libertos pelo Fundo de Emancipação.¹⁰¹ Porém, a lei de 1871 não deixou de causar descontentamento aos grandes proprietários alagoanos mesmo após ter passado 11 anos de sua promulgação como podemos ver nessa publicação do *Jornal O Orbe* no ano de 1882:

Desde a promulgação da lei de emancipação os proprietários de escravos principiaram a lucrar menos, e sobretudo os senhores de engenho, porque tendo maior número de escravos maiores foram os seus efeitos. A vida agrícola é pouco lucrativa e apenas o agricultor podia legar a seus filhos o engenho e os filhos das escravas, para mover, uma vez que já não havia outra fonte que substituísse os braços que iam faltando; criavam-se com as economias; depois da promulgação da lei perde o agricultor os filhos das escravas a maioria absoluta dos senhores de engenho que são os mais desfavorecidos da fortuna em sua classe, ficou prejudicada.¹⁰²

Por fim, nesse primeiro capítulo, com auxílio de alguns dados demográficos de estudos como o de Luana Teixeira, Luiz Sávio Almeida e Hélder Silva de Melo, conseguimos verificar alguns números da quantidade de livres e escravizados durante a segunda metade do século XIX. Com o Censo de 1872 disponibilizado pelo IBGE identificamos que o número de habitantes em Alagoas entre 1872 e 1900 praticamente dobrou em 28 anos, o que nos mostra que braços eram existentes em grandes quantidades. Vimos ainda relatos dos diversos presidentes que ocuparam o cargo na Província alagoana em torno da questão da falta de braços, numerosas queixas que surgem com mais intensidade a partir de 1850 com o fim do tráfico de africanos para o Brasil. A cólera que atingiu Alagoas na década de 1850 e as fugas de cativos também foram tratadas nesta parte do trabalho, uma vez que esses dois fatores foram considerados pelos presidentes de Província e proprietários da época como elementos da diminuição de braços livres e principalmente escravizados, questões essas apontadas como responsáveis por algumas

¹⁰¹ SILVA, Wellington José Gomes da. A liberdade requer limites: O Fundo de Emancipação e a liberdade na Província das Alagoas (1871-1886). UFAL (Dissertação) Maceió – AL, 2017, p. 82.

¹⁰² *Jornal O Orbe*, Maceió, 1882.

afetações na lavoura.

No próximo capítulo, veremos alguns dados econômicos da Província, com o intuito de identificarmos se houve abalos na produção agrícola por conta da diminuição cativa e da falta do braço livre no trabalho no campo, aspectos estes tão reclamados por proprietários e administração provincial. Veremos ainda a visão que tinha essa elite agrária em relação ao trabalhador livre pobre de Alagoas.

CAPÍTULO II

Economia e o trabalhador livre da Província de Alagoas

[...] *Chamar a atenção dos augustos representantes do povo para o estado da lavoura, cujo remédio enxerga nos estabelecimentos de credito que facilitem capitais e na aquisição de braços.*
(*Jornal Orbe, Maceió, maio de 1879*)

Na segunda metade do século XIX, o império brasileiro passou por transformações importantes em sua organização social, constatando uma nova realidade com o advento da chamada modernização. Este período caracterizou-se pela quebra de fronteiras, pelos avanços científicos e técnicos que ligavam, progressivamente, todos os países. “O mundo estava se tornando demograficamente maior e geograficamente menor e mais global, um planeta ligado cada vez mais estreitamente pelos laços dos deslocamentos de bens e pessoas, de capital e comunicações, de produtos materiais e ideias”¹⁰³.

Os melhoramentos materiais iniciaram no império um processo de desenvolvimento urbano. O surgimento de estradas de ferro, telégrafos, fábricas, companhias de navegação a vapor, bancos, companhias de seguro, entre outras novidades, empreenderam no Brasil, mesmo que lentamente, avanços no âmbito industrial. Os trabalhos historiográficos que tratam do processo de industrialização destacam as ferrovias, por exemplo, como cerne da evolução econômica operante desse novo processo histórico que possibilitou o progresso e a acumulação de capital. Bersanufó Gomides Borges em seu artigo intitulado *Ferrovia E Modernidade* nos mostra exatamente a importância do papel das ferrovias nestas sociedades industriais e pré-industriais dos meados do século XIX, quando seu estabelecimento foi determinante para as diversas modificações sociais que surgiram em tal momento.

No século XIX, os caminhos de ferro simbolizavam o progresso material das nações. O Mundo Ocidental conheceu um fenômeno denominado *coqueluche ferroviária* para expressar a grande expansão das vias férreas, na época. Esse crescimento extraordinário das estradas

¹⁰³ HOBBSAWM, Eric J. A era dos Impérios 1875-1914. Ed. Paz e Terra. 1988, p. 20.

Com a revolução industrial, destacando a sua segunda fase, diversas tecnologias irão surgir e facilitar os meios de comunicação. Haverá ainda uma expansão da malha ferroviária, facilitando as transações econômicas em boa parte do globo.

de ferro intensificou a propagação de ideias e culturas, fecundando as civilizações uma pelas outras. Os trilhos foram um poderoso instrumento de unidade econômica e social, linguística e cultural, bem como de propagação de ideias, crenças, sentimentos e costumes. Por outro lado, não há como negar que as ferrovias serviram de instrumentos de colonização e dominação utilizados pelas grandes potências. A história nos revela que as vias férreas sempre estiveram sob a tutela do poder de Estados ou de grupos econômicos, e serviram de elemento modernizador e civilizador, segundo os interesses dominantes. Isto é, as vias férreas expandiram-se a serviço da hegemonia política das grandes potências e da acumulação capitalista.¹⁰⁴

A Província de Alagoas, como outras províncias do império, participou das transformações que surgiam, porém, essa inserção foi a passos lentos, fato este que tardou certos desenvolvimentos na região. O estabelecimento da ferrovia deu o seu pontapé inicial em 1864 quando foi consentida a lei que recomendava os estudos para a construção de uma via férrea que percorresse as principais localidades da cidade de Maceió¹⁰⁵, cujo objetivo seria propiciar uma melhor dinâmica de circulação de gêneros e de pessoas. Neste cenário, também foram existentes disputas por parte das companhias predominantes na época, em busca do monopólio dessas ferrovias e das novas tecnologias que apareciam, o que se via era o capital inglês fortemente inserido nestas empreitadas.¹⁰⁶ A lei de número 428 de 2 de julho de 1864 informava em seu artigo 1º que “fica ao governo autorizado a mandar proceder os estudos necessários a fatura de uma via-férrea, que, partindo de Jaraguá, ponha esta capital em comunicação com o centro da província”.¹⁰⁷ Contudo, foi apenas no ano de 1868, especificamente no dia 25 de março, que houve a inauguração da primeira linha férrea na cidade. Posteriormente, outras linhas férreas surgiram como, por exemplo, a importantíssima estrada de ferro de Paulo Afonso que possuindo 116 Km fazia a ligação do alto ao baixo São Francisco, tendo como marco inicial da sua construção o ano de 1878.

¹⁰⁴ Barsanufio Gomides Borges, *Ferrovia E Modernidade*. Revista UFG / dezembro 2011 / Ano XIII n° 11. Dossiê ferrovias. p. 28.

¹⁰⁵ TENÓRIO, Douglas Apratto, 1945 – *Capitalismo e Ferrovias no Brasil*, 2º ed. / Douglas Apratto Tenório. – Curitiba: HD Livros, 1996. p. 95.

¹⁰⁶ Ibid. p. 98. Douglas Apratto Tenorio em seu livro denominado “Capitalismo e Ferrovias no Brasil” no capítulo “o advento da era ferroviária em Alagoas” tratará um pouco sobre as disputas existentes entre o grupo de Hugh Wilson, Companhia Baiana de Navegação, em conflito com os grupos da Companhia Pernambucana de Navegação Costeira a Vapor e Railway company.

¹⁰⁷ Lei n° 428, julho de 1864. Presidente da província de Alagoas, Roberto Calheiros de Melo.

IMAGEM 4



Fonte: Livro, Mapa/Estudos técnicos da estrada de ferro Central da Província de Alagoas. Capital e a Vila de Imperatriz, 1871. Folha nº 1. p. 18.

Se bem observarmos, a chegada das primeiras linhas férreas em Alagoas foi demorada ao comparar com a Província vizinha, Pernambuco, que no ano de 1858 já inaugurava a estrada de ferro Recife-Cabo. Até então, antes da implantação da linha férrea em 1868 em Maceió, Alagoas possuía apenas o transporte fluvial e a utilização de animais nas péssimas e poucas estradas de rodagem que eram existentes, condições estas que dificultaram o desenvolvimento econômico.

IMAGEM 5



Fonte: <http://www.estacoesferroviarias.com.br/alagoas/serragrande.htm>

Estação Central,

construída no século XIX.

Ainda assim, o território Alagoano sempre teve, nos aspectos naturais, características que o privilegiou historicamente ao que se refere ao comércio marítimo e à agricultura. Com dificuldades em conseguir melhorias públicas pelo governo imperial, Alagoas foi favorecida com um ambiente servido de natureza abundante da qual teve que tirar o máximo proveito.

Apesar das dificuldades estruturais da região, as belezas naturais eram existentes. Daniel P. Kidder um missionário americano, em sua viagem pelo Norte do Brasil entre os finais da década 1830 e início da década de 1840 desembarcou em terras alagoanas. A primeira impressão do Porto de Maceió foi registrada em seu diário de viagem:

Mesmo a mais bela das ilhas dos mares do Sul dificilmente apresentará aspecto mais pitoresco que o Porto de Maceió. O ancoradouro é formado por um recife rochoso, visível apenas na maré vazante, que corre em linha reta, na direção norte-sul, por boa extensão da costa e parece fazer ângulo com alguma extremidade do litoral, ao norte. Desse mesmo ponto a praia se alarga terra adentro, em semicírculo. A areia tem aí a alvura da neve e parece ter sido branqueada pela espuma que as ondas atiram incessantemente sobre ela. Um pouco atrás da linha d'água se eleva um único correr de casas brancas, sombreadas, aqui e acolá, por moitas de coqueiros majestosos, cujos frutos enormes, agrupados entre as palmas abundantes, lembram gemas engastadas entre plumas de uma coroa real. Um pouco atrás, plantada sobre o flanco de uma colina, eleva-se a cidade, habitada por quase três mil almas.¹⁰⁸

Visitando Maceió, notou que a cidade possuía apenas duas igrejas, as quais se encontravam em péssimo estado, e que a maioria das casas eram feitas de taipa. Observou, ao passar pela cidade, que o comércio de renda era muito corriqueiro, atividade essa que ocupava as senhoras da região. O viajante, ao retornar a Maceió quatro meses depois, constatou que a região havia se desenvolvido em vários aspectos, circunstâncias que segundo Kidder, tinha sido pelo fato da cidade ter se tornado capital da Província em 1839. De acordo com o missionário, Maceió caminhava para se tornar um grande centro, observou que os alugueis de imóveis haviam aumentado o dobro, visto que havia um aumento na procura, assim como notou uma evolução econômica¹⁰⁹. A impressão de desenvolvimento futuro era vislumbrada pelo viajante, todavia, só na segunda metade do século XIX que a Província principiou avanços estruturais maiores.

¹⁰⁸ KIDDER, Daniel. P. *Reminiscências de Viagens e Permanências no Brasil: Províncias do Norte*/ Daniel P. Kidder. – Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2008. p. 80.

¹⁰⁹ *Ibid.* p. 81-84.

Voltando aos aspectos naturais. A hidrografia e a posição geográfica foram responsáveis pelo crescimento dos principais portos de Alagoas. Destaca-se o porto de Jaraguá, em sua capital Maceió, e o porto de Penedo caracterizado por ser a “segunda maior praça comercial da Província de Alagoas e principal entreposto comercial da região que ligava o interior do São Francisco às rotas nacionais de cabotagem”¹¹⁰.

Na agricultura, o açúcar era o principal produto de exportação, em 1854 os 404 engenhos de açúcar existentes na Província espalhados entre os municípios de “Atalaia, Maceió, Passo de Camaragibe, Penedo, Pilar, Porto Calvo, Santa Luzia do Norte e São Miguel dos Campos, em número de 235, tinha suas moendas movidas por animais, contra 151 que se movimentavam com água e apenas 18 a vapor”¹¹¹. Outro gênero importante na economia alagoana era o algodão. No ano de 1857 o Barão de Jaraguá “reuniu vários negociantes para fundar uma fábrica de tecidos no povoado de Fernão Velho, em Maceió, com a denominação de Companhia União Mercantil, que marcou o início da indústria têxtil em Alagoas”.¹¹² Só em Março no ano de 1864 que a União Mercantil começou a funcionar, suas máquinas estiveram a todo o vapor até o ano de 1888. Sua produção chegou a concorrer com as gigantes indústrias baianas¹¹³.

De acordo com o presidente Antônio Alves de Souza Carvalho, o porto de Maceió era visitado quatro vezes por mês pelos vapores da companhia brasileira, que navegavam do Rio de Janeiro até o Pará, e depois voltavam para a capital do Império, assim como, o porto de Penedo que era visitado duas vezes pelos vapores da companhia baiana, que tocavam suas viagens de ida e volta na cidade. Havia ainda a presença da companhia pernambucana que enviava seus vapores aos portos de Camaragibe, Porto de Pedras e Barra Grande de duas a três vezes.¹¹⁴ Em relação às estradas de rodagem, é falado ainda pelo mesmo presidente que as estradas de Quebrangulo, Assembleia (atual Viçosa) e vilas de Atalaia possibilitavam o transporte de gêneros diversos. Contudo, Antônio Alves de Souza Carvalho informava que essas estradas precisavam de grandes reparos.¹¹⁵

¹¹⁰ TEIXEIRA, Luana. Vapores e Escravos no Penedo, Alagoas, na Década de 1850. (Artigo). sÆculum - REVISTA DE HISTÓRIA [34]; João Pessoa, jan./jun. 2016 p. 123. Acesso: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/srh/article/view/26473/15833>

¹¹¹ FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE ALAGOAS. Trajetória da Indústria em Alagoas: 1850/2017 / Federação das Indústrias do Estado de Alagoas; Instituto Euvaldo Lodi.– 1.ed.– Maceió: FIEA, 2018. p. 20.

¹¹² Ibid. p. 22.

¹¹³ Ibid. 22.

¹¹⁴ Fala do presidente da província de Alagoas Antônio Alves de Souza Carvalho, 1862. p. 42.

¹¹⁵ Fala do presidente da província de Alagoas Antônio Alves de Souza Carvalho, 1862. p. 43.

Os portos alagoanos eram bastante movimentados, grande parte da produção de gêneros da Província passava por lá. Além do açúcar e algodão considerados produtos de peso na economia alagoana, haviam ainda outros gêneros que eram vendidos para o comércio interno e externo. Feijão, couro, cocos, fumo, mel, farinha, entre outros, faziam parte da variedade de produtos. No ano de 1859, havia na Província algumas fábricas de azeite de mamona, elas estavam espalhadas pelos municípios e povoados de Coruripe, Pão de açúcar e São Miguel dos Milagres.¹¹⁶

IMAGEM 6

Principais gêneros de exportação- Província de Alagoas Século XIX

PRINCIPAIS GENEROS DE EXPORTAÇÃO DA PROVÍNCIA DAS ALAGOAS E SEUS RESPECTIVOS PREÇOS ACTUAES		
GENEROS	UNIDADES	PREÇOS
Assucar branco	Kilogramma	\$240
Assucar mascavo	Kilogramma	\$160
Algodão em rama	Kilogramma	\$550
Aguardente	Litro	\$240
Arroz em casca	Litro	\$080
Arroz pilado	Litro	\$200
Azeite de mamona	Litro	\$300
Batata de purga	Kilogramma	\$320
Cocos	Cento	6\$000
Couros salgados	Kilogramma	\$560
Couros seccos	Um	2\$500
Cedro	Dúzia	48\$000
Caibros	Dúzia	4\$000
Farinha de mandioca	Litro	\$080
Feijão	Litro	\$100
Louro	Dúzia	30\$000
Paina de barriguda	Kilogramma	\$500
Mel de fumo	Litro	\$080
Mel de abelhas	Litro	\$600
Milho	Litro	\$050
Óleo de Copahiba	Kilogramma	1\$300
Óleo de rfcino	Kilogramma	\$750
Pedra de amollar	Dúzia	5\$000
Piassaba	Molho	\$320
Pão Brazil	Kilogramma	\$200
Sebo em rama	Kilogramma	\$320
Solla	Meio	2\$400
Vinhático	Dúzia	80\$000
Vigames e travejamentos	Metro	\$720

(14)

Fonte: <https://www.historiadealagoas.com.br/o-inicio-da-modernizacao-na-provincia-de-alagoas.html>

A produção da lavoura era tida como principal meio econômico de Alagoas, todavia, algumas fábricas de menor ou maior porte, como já citado, faziam parte desse espaço. Achava-se na cidade de Penedo, por exemplo, algumas fábricas rudimentares das quais podemos destacar, fábricas de destilar água ardente, óleo de rícino e azeite, como também duas fábricas de esmagar arroz movidas a vapor.¹¹⁷ “Penedo se destacava como

¹¹⁶ FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE ALAGOAS. Op. cit. p. 24.

¹¹⁷ Relatório de Souza Dantas. 1860.

um dos municípios precursores da industrialização de matérias-primas regionais, contribuindo com a evolução do modelo da indústria de transformação em Alagoas”¹¹⁸.

Também havia fábricas de destilar aguardente em outras localidades de Alagoas como, por exemplo, em Porto de Pedras, Pilar, Coqueiro seco, Piaçabuçu, Marechal Deodoro e na capital Maceió. “Ainda existiam na província 218 pequenos alambiques de barro em diversos municípios, produzindo 66.400 canadas/ano de aguardente (92.960 litros).”¹¹⁹

Os produtos importados também eram os mais diversos possíveis, entre eles estavam: água florida, cerveja, aço, chumbo, bacalhau, chá, entre outros. A condução da carga e os fretes se faziam entre Jaraguá, em Maceió, com destino à cidade de Alagoas, Santa Luzia e Pilar, bem como, do Trapiche da Barra para Jaraguá.

¹¹⁸ FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE ALAGOAS. Op. cit. p. 19.

¹¹⁹ Ibid. p. 25.

IMAGEM 7

N.º 4.

NAVEGAÇÃO DAS ALAGOAS

ESTRADA DE FERRO

TABELLA DOS FRETES PARA O TRANSPORTE DE CARGA ENTRE JARAGUÁ E MACEIÓ
ALAGOAS, PILAR, S. LUZIA DO NOATE E COQUEIRO SECCO

QUALIDADE	QUANTIDADE	DE JARAGUÁ A MACEIÓ, ALAGOAS, PILAR S. LUZIA DO NOATE E COQUEIRO SECCO		QUANTIDADE	QUALIDADE	QUANTIDADE	DE JARAGUÁ A MACEIÓ, ALAGOAS, PILAR S. LUZIA DO NOATE E COQUEIRO SECCO		
		DE JARAGUÁ A MACEIÓ, ALAGOAS, PILAR S. LUZIA DO NOATE E COQUEIRO SECCO	DE JARAGUÁ A MACEIÓ, ALAGOAS, PILAR S. LUZIA DO NOATE E COQUEIRO SECCO				DE JARAGUÁ A MACEIÓ, ALAGOAS, PILAR S. LUZIA DO NOATE E COQUEIRO SECCO	DE JARAGUÁ A MACEIÓ, ALAGOAS, PILAR S. LUZIA DO NOATE E COQUEIRO SECCO	
LIQUIDOS	Pipa	\$3000			Farelo	Sacca	\$400		\$1200
	Meia dita	\$1500			Fazendas	Contorme o v	\$060	caixa g.	\$1000
	Quinto	\$600			Ferr. caixa	Arroba		Arroba	\$040
	Garrão	\$080			Ferro, metaes	Arroba		Fardo	\$040
	Caixa	\$120			Fumo enfard.	Fardo	\$500	Arroba	\$100
	Corveja	\$000			Dito em cord.	Rollo	\$400	Rollo	\$100
	Guebra	Quart. 1 duz.	\$1200		Folha de fl.	Caixa	\$320		\$100
	Gaz	Caixa, 2 latas	\$160		Gesso	Arroba	\$060		\$040
	Agua florida	» 12 frascos	\$100		Louça	Gigo	\$2500		\$800
	SECCOS	Algm. prens.	\$500			Lona	Peca	\$120	
Dito pauno		\$200			Mantiga	Barril	\$240		\$120
Dito trig.		» 100 »	\$2000		Dita americ.	Dito	\$160		\$060
Alhos		Canastra	\$120		Mobilia	Por ajuste		Ajuste	
Ago		Cunheto	\$200		Papel	Balla	\$240	Balla	\$100
Assucar		Arroba	\$060	Sacco	Passas, figos	Caixa	\$120		\$060
Altria maças		Caixa	\$100		Peltes, amar.	Com	\$280		\$120
Azeitonas		Ancoreta	\$100		Pregos, barril	Arroba	\$100		\$040
Arroz com c.		Sacco	\$320	Sacco	Piassava, feix.	»	\$080	Arroba	\$040
Dito pilado		»	\$500	Sacco	Queijos	Caixa	\$320		\$120
GENEROS	Bolscha	Arroba	\$100		Rape, 50 lbs.	Dita	\$400		\$120
	Bacalhão	Barrica	\$240		Salitre	Arroba	\$100		\$040
	Batatas	Caixa 2 »	\$160		Sardinhas	Caixa, conf.			
	Ditas	Gigo 1 »	\$120		Sai	Alqueire	\$640		\$240
	Cimento	Barrica	\$040		Sabão	Caixa	\$060		\$040
	Charutos solt.	Mil	\$120		Sola, meio	Um	\$080		\$020
	Ditos caixões	De 700	\$020		Ticum	Arroba	\$200		\$040
	Cha, caixões	De 8 libras	\$100		Vellas, carn.	Caixa			\$040
	Chumbo	Barrica 4 arr.	\$320		Ditas, sperm.	Dito			\$040
	Carne secca	Arroba	\$060		Ditas, sêbo				\$040
ANIMAIS	Café, cacão	Sacco	\$400		Carn. ou cab.		\$240		
	Dito pilado	»	\$500		Cavallo oubr		\$2000		
	Cêra da terra	Arroba	\$200		Boi ou vacca		\$600		
	Cabo de Cairo	Dito	\$160		Galinha solta		\$080		
	Dito de linho	Dito	\$160		» capoeira 25		\$800		
	Caruá, rama	Dito	\$040		Porco		\$120		
	Cercaes	Alqueiro	\$800		Porú ou garça		\$120		
	Couros	Um	\$080		Papagrsagm.		\$120		
	Coboulas	Caixa	\$320		Ouro ou not.	p. %	1/4	p. %	
	Drogas, caixas				Prata	p. %	1/2	»	
Dôces	25 caixinhas.	\$500		Cobre		1	»		
Enxofre	Arroba	\$080		Joalheiro		1	»		
Estôpa	Dito	\$040		Madeira	Ajuste		Ajuste		
Farinha trigo	Barrica	\$100							
Ditamanôcioc	Alqueire	\$800							

CONDUÇÃO DE CARCA

De Jaraguá a Maceió para Alagoas, Pilar e Santa Luzia

Recebe-se carga todos os dias uteis na estação de Jaraguá até 4 horas da tarde, e na estação em Maceió de 10... da manhã até 3 horas da tarde.

Trapiche da Barra Para Jaraguá

Recebe-se na estação do Trapiche da Barra qualquer carga para ser conduzida ao seu destino em Jaraguá, devendo ser as cargas acompanhadas com guias que mostrem o nome do dono e do recebedor, e n.º dos volumes, etc.
Assucar. \$4. rs. por arroba.
Algodão. \$3. rs. por arroba.

De Jaraguá a Maceió ou vice-versa

A companhia do 1º de Julho em diante mandará receber e entregara nas portas dos armazens qualquer carga cuja importancia do frete não seja menor de 15... e receberá e entregará qullquer outra carga nas estações, cujo frete seja menor do acima estipulado.

Tabela dos fretes

Estas tabellas são publicadas nas estações, e exemplares serão fornecidos a pedido dos senhores negociantes.

Escrptorio da companhia Bahiana em Jaraguá 4 de Junho de 1869.

Fonte: Fala do presidente da província de Alagoas Antônio Alves de Souza Carvalho, 1870. p. 281.

Após a chegada nos principais portos alagoanos, as cargas eram colocadas nas poucas linhas férreas existentes e levadas aos pontos mais próximos para serem distribuídas nas regiões da Província. Pelos relatórios provinciais é possível identificar que prevaleciam exportações e importações de países como Grã-Bretanha, Bélgica, Noruega, Buenos Ayres e Portugal. Porém, os ingleses tinham uma presença muito grande na Província alagoana, inclusive era existente um consulado inglês. Havia muitos

navios saídos e com destino a Liverpool ancorados nos portos alagoanos. O jornal *Mercantil* de 1865 destacava a movimentação comercial nos ancoradouros da região:

IMAGEM 8

MERCANTIL.—SEGUNDA-FEIRA 23 DE JANEIRO DE 1865.											
NOTA DA EXPORTAÇÃO DO PORTO DE MACEIO' DO 1.º DE JANEIRO A 31 DE DEZEMBRO DE 1864.											
MEZ	DATA	NOMES DOS NAVIOS	NAÇÃO	NAVIOS	DESTINOS	ALGODÃO		ASSUCAR		TONS.	COUROS
						SACCAS	ANS.	SACCOS	a		
Janeiro	16	Albinus	Brit	Barca	Liverpool	2083	10990	2700	15702	227	
Fever.	10	Meteor	«	«	Canal			5094	28662	409	
«	12	Kepier	«	vapor	Liverpool	406	2155				400
«	14	Amazon	«	Bergtim	Canal			3234	18146	259	
«	26	Fleeting	«	«	dit			5000	27940	399	
«	«	John Mayall	«	Galera	Liverpool	4042	20986	3000	17102	244	
Março	52	Ullsewater	«	Brigue	dit.	1224	6501	1100	5918	85	
«	12	Town of Liverpool	«	Barca	dit.	1490	7758	2000	10717	143	
«	21	Criterion	«	«	Canal			4998	27655	395	
Abril	3	Nm. Edward	«	«	Liverpool	850	4312				
«	6	Drie Gezusters Poff	Desbeh	Lugar	Canal			2804	16951	142	
«	12	Olinda	Brit	Barca	Clyde			4338	23097	330	
«	26	Artaxerxes	«	Bergtim	Canal			4100	21815	312	
«	27	Dona Maria	«	Galera	Liverpool	4480	23533				1432
«	28	Lord Dufferin	«	«	dit.	4251	22045				1099
«	«	Jessie Scott	«	Barca	dit.	1477	7831	2000	11071	158	
Maio	2	Roscoe	«	Galera	dit.	5355	27870				3400
«	8	Bebedouro	Brasil.	Barca	dit.	1069	5570	1733	8890	127	233
«	10	Iris	Portug.	«	Canal			3500	19211	274	
Junho	15	President	Brit	Lugar	dit.			3000	17793	254	
«	20	Kepier	«	Vapor	Liverpool	400	2345				
«	28	Eunonia	Din	Brigue	Canal			3000	16046	229	
«	29	Corner	Brit	Barca	Liverpool	1610	7707	1606	8710	124	
Julho	4	Margaret	«	«	«	1500	7826				
«	6	Satellite	«	Galera	«	4204	21834	3577	21478		785
«	7	Stebonheath	«	«	«	2724	14381				
«	9	Margaret Diane	«	«	«	2405	12468				
Agosto	4	Iris	«	Brigue	Canal			4300	23476		
«	9	Olinda	«	Barca	Liverpool	1150	5442				
«	13	Eclipse	«	Galera	d.º	2167	11469	1953	10761		
«	24	Chance	«	Brigue	Canal			3129	16755		
«	«	Boassica	Brasil.º	Barca	Rio de Janeiro			550	2850		
«	27	Mamanguapé	«	Vapor	Pernambuco			85	412		
Setemb.	1	Raphael	Brit	Galera	Liverpool	1958	9817				
«	17	Maria Burriss	«	Brigue	Canal			4019	23058		
«	«	Delhi	«	Barca	Liverpool	2532	13103	7000	37838		1215
Outub.	26	Mimosa	«	«	«	2386	12674	2600	14368		
Novemb.	21	Lady Elisabeth	«	«	«	2031	10476	2200	12357		
«	29	Titania	«	Brigue	«	812	4124	1549	8661		
Dezemb.	14	Harmston	«	«	«	1056	5084				
«	30	Lord Dufferin	«	Galera	«	4378	21531	2781		214	
Mar.º in- glezes											
530 } 42 }	352	Navios Inglezes	Algod.		58.827 saccos	301.514	arrob.				Valor
	1	Danamarquez	Assuc.		85.895 saccas	6869	Tonel.				L. 778315
	1	Brasileiro			260 barricas						
	1	Holandez	Couros		47 caizas	137	Tonel.				todas à In- glaterra
	1	Hamburquez			9596						
	1	Portuguez			petando						

Fonte: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Jornal *Mercantil*, 1865. Acessado em:

<http://memoria.bn.br/hdb/uf.aspx>

No ano de 1860, época em que o presidente era Pedro Leão Veloso, é destacado o quanto era predominante a indústria agrícola. Segundo o próprio presidente, naquele momento, era a riqueza mais rentável da Província. Havia duas principais culturas em produção: uma de menor, outra de maior escala produtiva. A primeira caracterizava-se

pela produção de legumes e cereais, já a segunda era representada pelos principais gêneros de exportação: o açúcar e algodão.¹²⁰

Com as reclamações constantes de falta de braços, era exigido pela administração da Província ao governo imperial que, para um melhoramento e aumento na produção de gêneros, seria preciso que fossem estabelecidas algumas escolas agrícolas que auxiliassem os grandes e pequenos proprietários rurais, assim como seus trabalhadores, a obterem um maior conhecimento quanto ao tratamento da terra e outras técnicas de plantio, já que o cativo era considerado um sabedor do manejo da terra e sem a presença do mesmo era preciso que a população livre se instruisse para desenvolver tais trabalhos.

Em vista das dificuldades, seria necessário ainda que fosse concedido o Crédito Rural para que os donos de terras pudessem desenvolver ainda mais suas propriedades agrícolas, aumentando extensivamente a produção. No ano de 1874, o presidente João Vieira de Araújo discursou na Assembleia Legislativa de Alagoas expondo que era “precária a condição da propriedade agrícola, vive inanida, à mingua de braço e de capital”¹²¹. Em um relatório do mesmo ano, João Vieira de Araújo tratou dos empecilhos da lavoura:

O apego a tradicional rotina, que infelizmente se observa por toda a parte nas plantações e no fabrico ou preparo dos produtos agrícolas, a falta geral de conhecimentos profissionaes, ambas as causas obstando a applicação de processos racionais de cultura em terrenos escolhidos e apropriados, e ao emprego de machinas aperfeiçoadas, e das matérias primas devidamente dispostas segundo as prescripções da sciencia, o braço escravo, esse legado funesto dos nossos maiores, impedindo ainda a realização dos milagres econômicos do trabalho livre, resumem as causas principais do definhamento da lavoura com o seu cortejo forçado de agricultores oberados e conseguintemente embaraçados no manejo das fabricas pelas difficuldades de solverem a tempo compromissos, que avultam de safra a safra.¹²²

Em vista dos impedimentos para um melhoramento da lavoura, alguns presidentes da Província chegavam a colocar a culpa nos agricultores por insistirem em plantar apenas algodão e cana-de-açúcar, pois, mesmo que ambos os gêneros vivessem em constantes oscilações, os agricultores alagoanos relutavam em investir em outras culturas. Um desses

¹²⁰ Relatório do presidente da província de Alagoas Pedro Leão Veloso, 1860.

¹²¹ Fala do presidente da província de Alagoas João Vieira de Araújo, 1874. p. 95.

¹²² Relatório do presidente da província de Alagoas João Vieira de Araújo, 1874. p. 65.

presidentes foi o Cincinato Pinto da Silva, que no ano de 1879 enviou seu relatório ao governo imperial informando que:

Sem estímulos, sem educação agrícola, sem ansia de prosperar, salve poucas exceções, os agricultores alagoanos não se entregam a outros plantios, embora lucrativos; baldados tem sido até agora os esforços empregados para a introdução da cultura do café, cacá e fumo, lavras de que cultivadores de outras províncias tiram tão grandes vantagens; a agricultura entre nós, pode-se dizer circunscrever-se ao açúcar e algodão.¹²³

Essa insistência na limitação dos agricultores alagoanos no plantio da cana vinha sendo colocada em pauta desde a década de 1860. Em 1862, o presidente Antônio Alves de Souza Carvalho informava que “o ministério da agricultura aconselha os lavradores da Província alagoana que invistam na produção de algodão, trigo e tabaco, pois, segundo o ministério, são produtos de grandes vantagens”.¹²⁴ Destaca ainda que seria preciso ter planos para substituir a mão de obra escrava, já que, naquele momento, diminuía cada vez mais sua presença na Província.

O conselho para se investir em outras culturas foi praticamente posto de lado pelos grandes agricultores alagoanos. O açúcar continuou a ser o foco principal da economia da Província em tal grau que entre os anos de 1870 e 1875 “havia uma indução do Governo da Província para a instalação dos chamados engenhos centrais, de modo a soerguer a agricultura da lavoura da cana e aumentar a produção e oferta de açúcar. Em 1875, Alagoas contava com 600 engenhos”.¹²⁵

Um outro problema que se estendeu por toda a segunda metade do século XIX era a falta de instrumentos mais modernos para o trabalho na lavoura. Uma das lamentações que também se tornou uma reivindicação da administração da Província ao governo imperial foi justamente a necessidade de instrumentos de trabalho mais modernos, visto que havia apenas enxada, foice e machado. Com exceção desses, não existia nenhum outro dispositivo que facilitasse as atividades agrícolas, o que era mais um desafio que dificultava a produção, pois, com a pobreza de instrumentos de trabalho,

¹²³ Relatório do presidente da província de Alagoas Cincinato Pinto da Silva, 1879. p. 62.

¹²⁴ Fala do presidente da província de Alagoas Antônio Alves de Souza Carvalho, 1862. p. 34.

¹²⁵ FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE ALAGOAS. Op. cit. p. 30.

a intervenção da terra para o plantio extenso, colheita e cuidados posteriores com o produto era muito demorado e com resultados moderados.

Falta de crédito rural, de educação agrícola e tecnologias eram alguns dos impasses que constituíam as preocupações dos presidentes e proprietários da Província alagoana, acrescentando que esses fatores, segundo os mesmos, afetavam diretamente a produção agrícola, onde a falta de braços complementava as dificuldades e atingia a fundo a lavoura que deixava de efetuar grandes safras pela pequena quantidade de trabalhadores. No próximo ponto, tentaremos verificar se houve ou não afetações na produção dos principais gêneros de comercialização da Província, o açúcar e o algodão.

2.1 Safras em perigo? Alguns dados sobre a produção agrícola

A diminuição cativa na Província alagoana e a negação do trabalhador local em assumir as atividades na lavoura¹²⁶, foram reclamações recorrentes por parte da administração provincial e dos grandes proprietários rurais. Esses fatores eram incluídos entre os problemas que causavam incômodos na agricultura. Para verificar se houve afetação na produção agrícola, tão falada por este grupo em destaque, seria necessário examinar os dados das safras dos anos que compreendem nosso recorte temporal. Infelizmente, tais informações são incertas de serem encontradas já que os levantamentos sistemáticos da produção agrícola de todos os Estados brasileiros só foram colhidos seguramente pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) a partir de 1972¹²⁷. No entanto, conseguimos identificar nas falas dos presidentes da Província alguns registros de safras e exportações que contemplam o período aqui estudado.

¹²⁶ Sobre este último falaremos um pouco mais no decorrer do trabalho.

¹²⁷ “O Levantamento Sistemático da Produção Agrícola - LSPA foi implantado em novembro de 1972 com o propósito de atender às demandas de usuários por informações estatísticas conjunturais mensais”. Fonte: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/agricultura-e-pecuaria/9201-levantamento-sistematico-da-producao-agricola.html?=&t=o-que-e>

Agostinho Luiz da Gama era o presidente no ano de 1859 em Alagoas. Em seu relatório, ele evidenciou algumas oscilações na produção da lavoura, informando que naquele ano a safra não teria tido êxito. Ainda ressaltou que os anos anteriores não teria sido diferente, em vista de que os pequenos aumentos obtidos nas colheitas não foram tão relevantes quanto esperavam os agricultores. As tabelas abaixo fazem parte do relatório do mesmo presidente que expõe os dados coletados pelo inspetor Guilherme José da Graça, em que ele apresenta as safras de algodão e açúcar referentes aos anos de 1854 a 1858:

IMAGEM 9

N.º 19.

**SAFRA DO ALGODÃO DA PROVINCIA DAS ALAGOAS NO QUATRIENNIUM DE
1854 a 1858.**

1854 a 1855.			1855 a 1856.			1856 a 1857.			1857 a 1858.		
SACCAS.	ARROBAS.	ARRATEIS.	SACCAS.	ARROBAS.	ARRATEIS.	SACCAS.	ARROBAS.	ARRATEIS.	SACCAS.	ARROBAS.	ARRATEIS.
48:235	257:517	30	84:463	290:715	25	56:367	308:541	13	38:700	204:138	17

34

Thesouraria Provincial das Alagoas 31 de Março de 1859.

O INSPECTOR
Guilherme José da Graça.

Fonte: Relatório do presidente Agostinho Luiz da Gama, ano 1859. p. 113

Se bem observarmos, a safra do algodão, ao que se refere à quantidade de sacas, teve um pequeno aumento em 1854 e 1856, de 48.235 passou a 56.367. Logo em seguida, no ano de 1857 e 1858, teve uma queda significativa, passando para o número de 38.700 sacas, lembrando que esse período de menor safra foi o momento em que a Província vivenciava a epidemia de cólera. O número de arrobas tem um aumento entre os anos de 1854 a 1856, tendo primeiro o número de 257.517, passando para 308.54, posteriormente tendo uma queda substancial nos anos de 1857 e 1858 chegando ao número 204.138. Nos

arráteis¹²⁸ houve uma diminuição abrangente entre os anos de 1854 e 1858, decrescendo entre 30, 25, 13 e no último ano um aumento insignificante para 17.

IMAGEM 10

N.º 16.

**SAFRA DO ASSUCAR DA PROVINCIA DAS ALAGOAS NO QUATRIENNIO DE
1854 a 1858.**

1854 a 1855.					1855 a 1856.					1856 a 1857.					1857 a 1858.				
CAIXAS.	FECHOS.	BARRICAS.	SACCOS.	ARROBAS.	CAIXAS.	FECHOS.	BARRICAS.	SACCOS.	ARROBAS.	CAIXAS.	FECHOS.	BARRICAS.	SACCOS.	ARROBAS.	CAIXAS.	FECHOS.	BARRICAS.	SACCOS.	ARROBAS.
1:937	94:375	148:880	932:870	1:988	44:870	135:326	1,101:0751/2	1:154	117	2:609	219:947	1,216:871	561	26	5:599	211:548	1,141:907		

Thesouraria Provincial das Alagoas 31 de Março de 1859,

O INSPECTOR
Guilherme José da Graça,

Fonte: Relatório do presidente Agostinho Luiz da Gama, ano 1859. p. 112

A safra do açúcar referente à quantidade de caixas possuía nos anos de 1854 e 1855 o número de 1.937, em 1855 e 1856 marca 1.988, entre 1856 e 1857 tem um decréscimo para 1.154, período de cólera na Província, chegando a uma queda brusca nos anos de 1857 e 1858 com o número de 561 caixas. Os fechos oscilam entre os anos de 1854 e 1858 em 9, 4, 117 e 26. Os sacos de açúcar entre 1854 e 1855 contabilizam 148.880, em 1855 e 1856 passa a ser 135.326, nos anos de 1856 e 1857 apresenta o número de 219.947, já em 1857 a 1858 a quantidade de sacos chega a 211.548, ou seja, houve aumentos e diminuições. Referente à quantidade de arrobas de açúcar, foi a que obteve mais êxito,

¹²⁸ Refere-se à unidade de medida de peso utilizada durante o século correspondendo 459 gramas.

entre os anos de 1854 e 1855 o número era de 932.870, nos anos de 1855 e 1856 passou a ser 1.1001.0751, dado que surpreende, uma vez que tais anos são marcados pela epidemia colérica. Supõe-se que os proprietários tiveram que contratar mais mão de obra livre para efetivar a colheita. Por fim, em 1856 e 1857 o número é de 1.216.371, e nos anos de 1857 e 1858 a quantidade de arrobas passa para 1.141.907.

Até o momento não conseguimos conceber que houve grandes afetações na lavoura, posto que os dados acima nos apresentam apenas oscilações e não diferenças descomunais. Passamos então para o ano de 1862, quando o presidente em exercício era Antônio Alves de Souza Carvalho. A Província mostrava um progresso no preço do algodão, já que os Estados Unidos, que eram um grande produtor do gênero, passavam por uma crítica guerra civil¹²⁹. Isso permitiu que outros países, como o próprio Brasil, tivessem um êxito maior na produção e nos preços do Algodão, e Alagoas foi um exemplo disso. O quadro a seguir foi retirado do relatório do presidente Antônio Alves de Souza Carvalho e mostra a Província alagoana não apenas no ano de 1862, mas a produção algodoeira da segunda metade da década de 1850. Como só é apresentado o número de arrobas de algodão e de açúcar, comparando com os dados do inspetor Guilherme José da Graça do ano de 1859 colocados acima, parece ter ocorrido uma atualização. Vejamos:

TABELA 9

Anos Financeiros	Número de Arrobas	Libras	Valor da Arroba	Valor Total	Direitos de 5 por cento

¹²⁹A Guerra Civil americana ou guerra da Secessão foi um confronto armado envolvendo os estados que faziam parte da federação estadunidense em dois lados opostos, os estados sulistas e os estados nortistas entre os anos de 1861 a 1865. Ler: AMEUR, Farid. A Guerra de Secessão (1861-1865). Lisboa: Edições 70, 2004.

1855-1856	273.955	1	4.988	1.366.245.285	68.312. 264
1856-1857	310.072	23	5.370	1.664.884.845	83.244.242
1857-1858	215.166	14	7.140	1.535.253.548	76.762.627
1858-1859	202.679	28	5.630	1.140.452.913	57.022.645
1859-1860	175.540	25	6.190	1.085.660.773	54.283.038
1860-1861	146.293	4	6.624	969.059.903	48.452.991
1861-1862	240.038	16	7.917	1.900.933.142	95.030.728
(10 meses)					

Fonte: Associação Comercial de Alagoas. Fala do presidente de província Antônio Alves de Souza Carvalho. Ano: 1862. Tabela sobre o algodão. p. 29.

O preço dos gêneros é associado à renda comercial da Província. Inicialmente, apesar da produção de algodão ser maior, é possível verificar que o preço cobrado em cima das arrobas de algodão era inferior comparado aos anos de 1861 e 1862. Observa-se uma diminuição entre os anos de 1859 e 1861, mas não foi possível encontrar nos relatórios presidenciais da época algum fator que pudesse explicar claramente o ocorrido, o que se vê são as mesmas queixas de falta de braços e de crédito rural. Houve um aumento significativo nos valores da arroba proporcionando uma maior lucratividade.

O outro gênero muito importante na base econômica da Província alagoana, o açúcar, também teve seus dados de safra da arroba atualizados e colocados a mostra no relatório do presidente Antônio Alves de Souza Carvalho em 1862 para apresentar o desenvolvimento do gênero até o seu governo. Abaixo, vemos um quadro demonstrativo do mesmo período que contempla também a segunda metade da década de 1850 e que demonstrou as oscilações do produto:

TABELA 10

Anos Financeiros	Número de Arrobas	Libras	Valor da Arroba	Valor Total	Importância dos Direitos
1856-1857	1.595.555	18	2.511	4.007.184.874	142.128.000
1857-1858	1.469.533	26	2.620	3.850.775.326	137.229.545
1858-1859	156.801	27	1.986	3.314.815.012	110.965.514
1859-1860	935.497	13	2.348	2.197.088.852	76.163.586
1860-1861	1.205.184	31	2.015	2.429.056.779	85.143.732

Fonte: Associação Comercial de Alagoas. Fala do presidente de província Antônio Alves de Souza Carvalho. Ano: 1862. Tabela sobre o açúcar. p. 29.

Vejamos que há uma queda brusca entre os anos de 1858 e 1860 na produção açucareira. Já o preço da arroba permanece praticamente o mesmo, salvo os anos de 1858 e 1859, que teve uma queda de 30 % comparada aos outros anos. Em comparação com o algodão, o açúcar tem um decréscimo muito maior, o que revela a supremacia algodoeira como principal cultura de exportação neste período. O presidente Antônio Alves de Souza Carvalho, ao destacar tais dados em seu relatório, associou a diminuição do contingente de cativos e a falta de crédito rural às menores colheitas, uma vez que, com a disponibilidade do crédito rural, os braços livres disponíveis ao trabalho poderiam ser contratados.

Até o momento, podemos ver algumas diminuições, mas não drásticas. Prosseguindo, no ano de 1863, é falado pelo presidente João Marcelino Souza Gonzaga na Assembleia Legislativa de Alagoas que as exportações de escravizados para o Sudeste do Brasil impediam um equilíbrio econômico das forças produtivas, já que o Norte vivia em torno de crises financeiras. O presidente continua sua fala informando que “os factos demonstram que a exportação de escravos da Província é maior ou menor conforme é mais ou menos lisonjeiro o estado da agricultura do assucar, porque é esta a que mais

ocupa os braços escravos”.¹³⁰ Dessa forma, com a venda dos cativos para o Sudeste, na tentativa de os agricultores estancarem a sangria, a crise da lavoura se intensificava, de acordo com o presidente. A maioria dos relatórios demonstrava que a necessidade do braço escravizado no trabalho agrícola era grande e cada vez mais tornava-se difícil substituí-lo.

Entre os anos de 1871 a 1875, o açúcar superou o algodão no quadro de exportação. Mesmo o açúcar apresentando um aumento, seu valor era baixo no mercado internacional. O presidente da época, João Thomé da Silva, não deixou de citar as dificuldades dos cofres provinciais. De acordo com ele, seria preciso aumentar os impostos e pedir empréstimos ao governo imperial para poder cobrir as despesas públicas e saldar os débitos da Província. Abaixo o quadro de exportação do açúcar e algodão:

TABELA 11

Exercícios	Algodão	Açúcar
1871-1872	161.396	282.895
1872-1873	72.086	265.570
1873-1874	79.678	303.973
1874-1875	67.628	278.054

Fonte: Relatório do presidente da província de Alagoas João Thomé da Silva. Ano 1876. p. 47.

É visível que há uma diminuição da produção de ambos os gêneros, destacando o algodão como mais afetado. Nos anos de 1872 e 1873 a Província alagoana enfrentava um período de seca. No ano de 1874, o presidente João Vieira de Araújo lamentou os dados colhidos pelo inspetor sobre os problemas da agricultura e disse que naquele ano “a escassez da colheita dos gêneros de produção da Província e a baixa do valor delles nos mercados consumidores”¹³¹, potencializavam ainda mais a recessão de lucros para os cofres provinciais.

Nos relatórios de outubro de 1888, viam-se reclamações informando que a situação nas lavouras alagoanas se encontrava crítica. O presidente José Cesário de Miranda Monteiro de Barros expôs em sua fala na Assembleia Legislativa de Alagoas o drama que passavam os cofres Provinciais naquele momento:

¹³⁰ Fala do presidente da província de Alagoas João Marcelino Souza Gonzaga, 1863. p. 45.

¹³¹ Fala do presidente da província de Alagoas João Vieira de Araújo, 1874. p. 53.

Desde, portanto, que faltar a produção dos nossos gêneros de exportação, compreende V. Exc. que a renda do Thesouro, quando não desapareça, fará decrescer em muito a receita com que a Província conta para seus encargos, e é desse assustador resultados, Exm. Snr. que ela está ameaçada. A lavoura sem o escravo para o trabalho está hoje sem capitaes para pagar o salário dos trabalhadores indispensáveis ao plantio da futura safra e colheita da presente; Não tem credito nenhum para levantar esse capital de que precisa, de modo que já está chegando o tempo da plantação, aproxima-se o da colheita, e os agricultores estão impossibilitados de entregar-se ao trabalho sem saber o que fação. Está a província ameaçada de não ter safra na corrente anno nem prepara-la para o futuro; isto será a ruina, perturbada todas as suas relações econômicas.¹³²

Observemos que o presidente informa que sem o cativo para trabalhar na lavoura ficava difícil ter que contratar mão de obra livre sem capitais para paga-los, o que indica a importância do crédito rural, tão solicitado pela administração provincial ao governo imperial. Para termos uma visão ampla sobre a década de 1880 em relação à produção, não foi possível encontrar dados de comparação de safras, mas conseguimos encontrar as exportações referentes a esse período:

IMAGEM 11

Tabela de Exportação (Açúcar, algodão, sementes de algodão e couro)

EXPORTAÇÃO DE 1882 A 1892---EXPORTATION DE 1882 A 1892									
ANNO ANNÉE	ASSUCAR—SUCRE		ALGODÃO—COTON		CAROÇO DE ALGODÃO SEMENT DE COTON		COUROS CUIRS	MILHO MAIS	AGUAR- DENTE EAU DE VIE
	Sacos--Sacs	Tons.--Tons.	Sacos--Sacs	Kilos	Sacos--Sacs	Sacos--Sacs			
1882—1883	236.603	17.503	37.488	2.811.600	6.252
1883—1884	642.036	48.458	58.136	4.819.189	10.341
1884—1885	522.568	39.886	47.744	3.641.401	6.537
1885—1886	161.758	11.948	27.460	2.124.162	24.478	6.062
1886—1887	512.735	39.484	89.358	6.860.696	46.160	5.482
1887—1888	659.478	50.796	54.421	4.176.439	48.746	8.745	33.509	1.334
1888—1889	572.945	43.915	36.601	2.835.262	57.937	3.928	8.326	1.618
1889—1890	430.329	30.647	47.753	3.626.800	35.535	13.929	5.879	1.595	1.379
1890—1891	559.014	40.350	29.199	2.229.182	32.572	23.024	9.974	24.757	1.676
1891—1892	495.508	35.287	37.483	2.836.388	36.349	18.068	9.194	284.925	586

STOCK EM 30 DE JUNHO DE 1892—STOCK LE 30 JUI N 1892									
ASSUCAR—SUCRE	19.184	SACOS—SACS
ALGODÃO—COTON	2.415	"	"
CAROÇO DE ALGODÃO—SEMENT DE COTON	9.806	"	"
COUROS—CUIRS	531	"	"

Fonte: Revista de imigração de Alagoas. Arquivo Público de Alagoas.

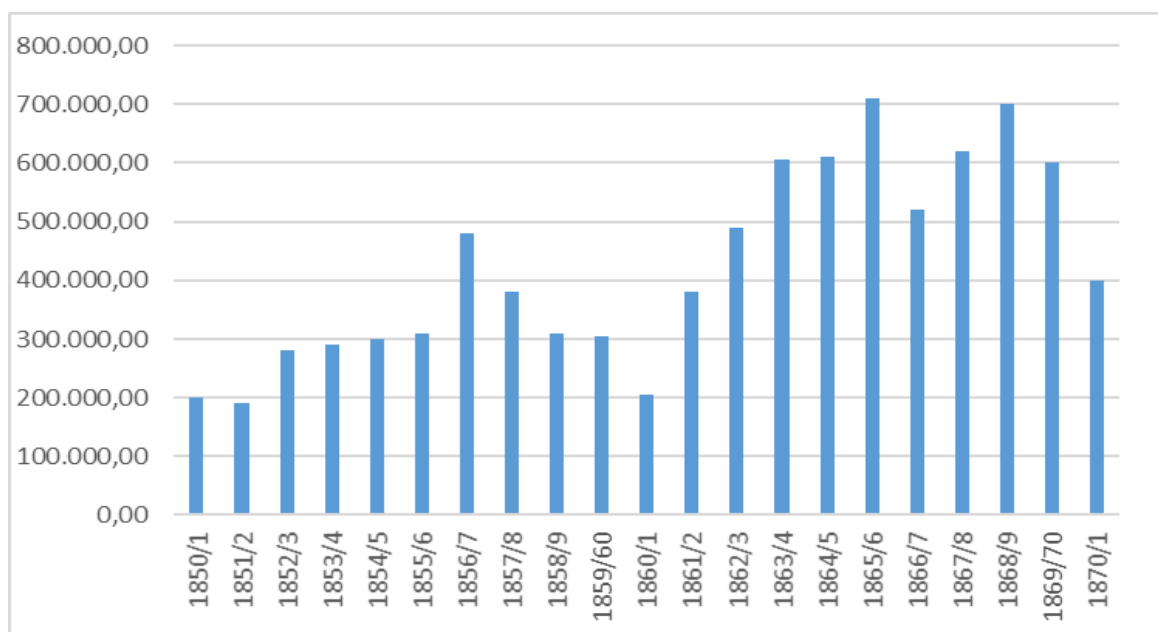
¹³² Fala do presidente da província de Alagoas José Cesário de Miranda Monteiro de Barros, 1888. p. 40.

Os dados de exportação destacados acima apresentam o açúcar, o algodão, sementes de algodão e o couro. Contudo, evidenciamos os dois primeiros que eram considerados como os principais gêneros de produção da Província de Alagoas. As sacas de açúcar entre 1882 e 1892 variavam entre: 236.603, 642.036, 522.568, 161.758, 512.735, 659.478, 572.945, 430.329, 559.014, 495.508. Os anos de menor quantidade de sacas de açúcar para exportação foram os anos 1882-1883 com 236.603 sacas e 1885-1886 com 161.758 sacas. Fora estes, os anos que se seguiram foram de produções relevantes com pequenas oscilações. Já as sacas do algodão variavam entre: 37.488, 58.136, 47.744, 27.460, 89.358, 54.421, 36.601, 47.753, 29.199, 37.483. Pelo que podemos perceber, as menores quantidades de sacas de algodão foram entre os anos de 1885-1886 com um total de 27.460 sacas e os anos de 1890-1891 com o número de 29.199 sacas.

Os dados da década de 1880 não refletem grandes prejuízos na produção agrícola, e se observarmos os dados das receitas das décadas anteriores veremos que apesar de haver oscilações entre alguns anos, não há como estabelecer uma instabilidade financeira relevante. Vejamos abaixo:

GRÁFICO 2

RECEITAS DE TODOS OS IMPOSTOS ARRECADADOS NA PROVÍNCIA DAS ALAGOAS (EM REIS) 1850/1-1870/1



Fonte: ALAGOAS. Relatórios e falas de presidentes de província. 1850-1872. (Apud. MELO, Hélder Silva de. 2011).

Os dados acima demonstram que não existiu uma instabilidade latente nos cofres da Província; é possível identificar que, apesar de algumas oscilações entre 1850 a 1860, houve um aumento na arrecadação de impostos, especialmente a partir de 1862. Porém, havia uma insistência por parte de proprietários e presidentes de Província em relação às constantes reclamações da falta de braços, uma vez que foram comuns nos diversos relatórios por toda segunda metade do século XIX. Acreditamos que para a concretização das safras os proprietários alugavam a escravaria de conhecidos ou tinham que pagar trabalhadores livres. Esse último exigia um bom pagamento pelo trabalho, fato este que causava descontentamento por parte do contratante¹³³, dado que se não aceitasse os acordos propostos iria perder esse trabalhador. Por esse motivo, a questão do crédito rural passa a ser muito solicitada, pois, com ele se podia contratar trabalhadores podendo aceitar diferentes acordos de trabalho, o que podemos deduzir que a produção agrícola só era feita com êxito quando se pagava a mão de obra livre, que só se submetia ao trabalho formal se, na maioria das vezes, fossem bem remuneradas, por isso, a importância do crédito rural.

Ainda nos finais do século XIX, os presidentes em suas falas na Assembleia Legislativa de Alagoas deixavam claro aos presentes que a Província alagoana ainda não havia suprido suas lavouras com trabalhadores livres em grandes quantidades, diziam que os agricultores e toda a sociedade enfrentavam o problema de lidar com o trabalho e como fazê-lo. Os poucos imigrantes que se estabeleceram não eram bem pagos; atrasos e falta total de pagamentos eram acontecimentos constantes. Por não quererem se submeter à tamanha situação, os novos colonos se retiravam suspendendo os trabalhos na lavoura. Para o viés de supressão de braços, é possível identificar nas falas presidenciais que esses imigrantes começam a chegar após 1850 com o fim do tráfico de escravizados. Por fim, tais questões nos levam a pensar que não foram simples, imediatas e espontâneas as mudanças que separaram a escravidão do trabalho livre.

2.2 O trabalhador livre de Alagoas

Quem eram os trabalhadores livres de Alagoas na segunda metade do século XIX? Essa é uma pergunta difícil de ser respondida, todavia, tentaremos desvendar algumas particularidades desse grupo neste ponto do trabalho. Seria de grande importância termos

¹³³ Veremos alguns exemplos no próximo ponto do trabalho.

em mãos documentações produzidas por esta população marginalizada que viveu nesse período em destaque, assim poderíamos expor seu lugar de fala ampliando nosso conhecimento em torno das questões aqui trabalhadas. Infelizmente, para este trabalho conseguimos apenas dispor dos relatórios provinciais e alguns periódicos alagoanos onde se encontram alguns relatos da vida cotidiana desse grupo na Província descrita pela perspectiva de uma elite agrária e política.

Normalmente tachados de vagabundos, o trabalhador livre de Alagoas espalhado entre os interiores e a capital viviam “uma trama social de crises e redefinições pela condição que possuíam, era preciso uma conduta que permitisse elaborar atos e escolhas no sentido de não se manter à parte, mas de inserir-se ao contexto, e sobreviver constituía uma dessas maneiras”.¹³⁴

A economia de subsistência fazia parte de seu meio de vida, contudo, via-se muitas vezes desprovidos de gêneros de primeira necessidade. Nessas circunstâncias, para suprir algumas faltas, aceitavam se empregar na lavoura, na maioria das vezes, de forma temporária. Após garantirem o dinheiro que ansiavam, largavam o trabalho e voltavam para as suas vidas autônomas. Situação bastante parecida com o que acontecia no recôncavo baiano, os trabalhadores dessa região “assim que tinham no bolso dinheiro suficiente para custear as necessidades do momento, perdiam o interesse pelo trabalho assalariado e voltavam para as suas roças”.¹³⁵ Preferiam trabalhar apenas pelo necessário, uma vez que não queriam se submeter ao emprego formal e as condições que os proprietários impunham. Por isso, eram considerados pela elite “gente vadia, indolente e preguiçosa, que nenhuma contribuição dava à sociedade e cuja a existência não deveria ser tolerada”.¹³⁶

O cavalo aparece como um símbolo característico dessa população, muito falado pelos presidentes de Província e fazendeiros alagoanos. O animal representava comumente o único bem desses camponeses, o que a elite local definia como a vida errante que levava essas pessoas, onde viviam constantemente a incerteza da habitação, arredios ao trabalho e frequentemente colocados na posição de ociosos. Para completar,

¹³⁴ ANDRADE, Juliana Alves de. Agricultores, pretos, sitiantes e outras gentes do vale: o universal rural das alagoas na segunda metade do século XIX. Pesquisando na Província: economia, trabalho e cultura numa sociedade escravista (Alagoas, século XIX). 2011, p. 180.

¹³⁵ B.J Barickman. Um contraponto Baiano. Açúcar, fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo, 1870-1860. /Tradução de Maria Luiza X. de A. Borges- Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 224.

¹³⁶ Ibid. p. 224.

só aceitavam trabalhar na lavoura se a produção fosse dividida pela metade, era um disparate, diziam os fazendeiros¹³⁷.

Na segunda metade do século XIX a maioria dos homens livres e pobres de Alagoas “moravam em pequenos sítios, nos terrenos considerados de terras livres”¹³⁸. A pesca, a plantação de mandioca e outros gêneros faziam parte da alimentação cotidiana dessa população. Essas pessoas normalmente se encontravam instalados “fora dos limites das grandes propriedades, o controle sobre eles não dizia respeito a um senhor de engenho, situação que dava lugar a certa disputa entre eles com relação aos limites das respectivas áreas de influência”¹³⁹. Porém, o grande proprietário poderia delimitar o acesso à terra a esses trabalhadores para poder conseguir trabalho satisfatório, a terra então poderia ser utilizada como forma de controle desses trabalhadores.¹⁴⁰

Com a diminuição cativa, a administração provincial aspirava ao uso da mão de obra livre em Alagoas. Porém, achavam que a efetivação de tal objetivo seria extremamente difícil. Relatavam constantemente em suas falas e relatórios como se encontravam esses trabalhadores com base em observações de seu cotidiano. No ano de 1862 o presidente Antônio Alves de Souza Carvalho falava a Assembleia Legislativa de Alagoas que para o melhor desenvolvimento da economia na Província, seria preciso aproveitar:

[...] uma porção importante de homens que existem pela maior parte por hai entregues a si mesmo a indolência e aos mais vícios próprios da vida errante inerte; entretanto que não falta entre nós emprego a que se applicuem activa e regularmente tantos braços vigorosos; e isto tanto mais quanto cada dia mais se resente a lavoura do paiz da diminuição de braços para o trabalho.¹⁴¹

Em um documento do mesmo ano, Antônio Alves de Souza Carvalho fala da necessidade dessa população livre em assumir os trabalhos no campo para que não houvesse diminuição na economia. Com o uso desses trabalhadores, mesmo com o fim da escravidão, não haveria impactos na produção agrícola, de acordo com o presidente. É falado que o clima e as riquezas do país possibilitavam que esses camponeses

¹³⁷ Relatório do presidente da província de Alagoas Antônio Alves de Souza Carvalho 1862. p. 32.

¹³⁸ ANDRADE, Juliana Alves de. Op. cit. p. 189.

¹³⁹ Ibid. p. 198.

¹⁴⁰ B.J Barickman. Um contraponto Baiano. Op. cit. p. 222.

¹⁴¹ Fala na Assembleia Legislativa de Alagoas do presidente Antônio Alves de Souza Carvalho. 1862. p. 69.

conseguissem sua sobrevivência independente, e por isso eram ociosos, e os que se interessavam em trabalhar para grande propriedade, tinham algumas reivindicações, como, por exemplo, exigir parte da produção:

Se extinguissem de todo os escravos nada diminuiria a produção do paiz se se dedicasse ao trabalho agrícola a numerosa classe espalhada pelo interior, que vegeta na mais completa penúria, preferindo aos commodos proporcionados por pingues salários uma vida por demais sóbria, e indolente. A suavidade do clima e a riqueza do paiz que tornão fácil a existência, a escravidão que não deixou de alvitar o trabalho, e os habitos inveterados de ociosidade são causas do phenomeno que observamos. Em alguns logares sei eu que affluem trabalhadores livres a pedir aos senhores de engenho terras para plantar cannas com a condição de receberem metade do açúcar que produsirem.¹⁴²

O trabalhador livre de Alagoas era ainda acusado de ter preconceito em relação aos trabalhos braçais, uma vez que eles associavam esse tipo de trabalho à escravidão. Essa associação já era vista no período colonial, onde “o trabalho manual passava, então, a ser “coisa de escravos” ou da “repartição de negros” e, por uma inversão ideológica, os ofícios mecânicos passaram a ser desprezados”.¹⁴³ Em Alagoas, de acordo com o Vice-presidente Dr. Roberto Calheiros de Melo, a escravidão desprestigiou o trabalho, e por este motivo os alagoanos não queriam se sujeitar a assumir as funções que normalmente eram exercidas por cativos. No ano de 1864, Roberto Calheiros de Melo expõe na Assembleia Legislativa que além da discriminação que tinha o trabalhador livre, havia um novo preconceito dos grandes proprietários, que não reconheciam que a culpa do descaso da lavoura não era só do governo imperial, como também, deles mesmos que não tomavam nenhuma atitude para mudar a situação que era considerada adversa. Assim dizia o Vice-presidente:

[...] a soma dos velhos preconceitos, como se ainda não fosse o bastante, se ajunta a esse novo grande preconceito, tem-se por isso obliterado a verdadeira e legitima fonte dos melhoramentos agrícolas, a qual não pode provir senão do esforço individual e collectivo dos homens da classe. O agricultor, convencido de que o governo é só quem pode sustar seus males, e melhorar a sua sorte, não irá de certo procurar remédio em outra parte, nem mesmo em si próprio, cuja a força desconhece. E' contra isso Srs., que é preciso clamar. Não tanto nos faltam braços, faltam-nos antes habito ao trabalho. Se a preocupação da vella Europa é dar trabalho ao povo, a nossa maior preocupação deve ser dar o povo ao trabalho.

¹⁴² Ibid. p. 1862.

¹⁴³CUNHA, Luiz Antônio. O ensino de ofícios artesanais e manufatureiros no Brasil escravocrata. São Paulo/Brasília: Editora UNESP/FLACSO, 2000. p. 16

Ahi está a uberdade nativa que se estende por todos os pontos do nosso solo abençoado convidando o homem a cultura da terra.

O algodão, o fumo, o café e todas as plantas que podem ser colhidas em espécie, ou cujo producto por meio de fabrico demanda o concurso do pequeno numero de braços, eis a futura lavoura que aguarda as nossas populações livres [...] O alto preço do algodão nos três últimos annos, ocasionado pela guerra civil d'America do Norte, tem feito desenvolver entre nós a cultura da planta em mui subida escala. Centenas de braços que jazião por ahi inactivos, dão-se hoje ao trabalho na expectativa de avantajados lucros. Esse estado, aliás lisonjeiro, não nos devem porem tranquilizar, porque não é senão transitório [...] A lavoura da canna é a que mais participa e mais se resente dos males que acrabunham a nossa agricultura, não só pelas frequentes baixas de preço, que encontra o assucar nos grandes mercados estrangeiros, por efeito da concorrência, como também pelo desfalque progressivo que vão soffrendo os engenhos no pessoal dos seus escravos, pelas epidemias assoladoras que temos tido [...] Nesta província poucos são os engenhos que possuem escravatura sufficiente para o seu custeio: a maior parte vai ahi ficando quase que abandonada pela falta de braços, falta que a experiência diurna convence que não pode ser preenchida pelos braços livres.¹⁴⁴

Roberto Calheiros de Melo enfatiza em sua fala que seria preciso que a população tivesse consigo o hábito ao trabalho ou à cultura da terra, coisa muito difícil de se conseguir, segundo ele. Havia a visão de que no Brasil o trabalho procurava o trabalhador, enquanto ele se esquivava, quando aceitava se empregar seria com o intuito de lucratividade. O Vice-presidente relatava que existia um desfalque nas fazendas, onde o proprietário sempre estava em busca de trabalhadores, entretanto dificilmente conseguia suprir com os braços livres existentes na Província.

Já no ano de 1870, nas circunstâncias da grande seca que atingiu o Norte, o presidente José Bento da Cunha Figueiredo Junior analisou algumas regiões de Alagoas, entre elas Penedo, Piaçabuçu e Mata grande, nessas localidades notou que muitas pessoas viviam:

[...] na mais completa indolência, estabelecidos em palhoças cobertas com esteiras, nas margens do Rio São Francisco, e recusam ao trabalho apesar das instigações, preferindo pedir esmolas, quando existem muitas obras a construção e grande precisão de braços para o serviço. As mulheres conservam-se acoradas, cercadas de crianças e a dormir quase todo dia, sendo seu maior serviço por fogo a panela. Entretanto, apesar dos meios empregados e facilidades concedidas, não chega á capital um homem sequer para o trabalho, nem um orphão para ser favorecido, apesar dos constantes pedidos do Director da União

¹⁴⁴ Fala do vice-presidente da província de Alagoas Roberto Calheiros de Mello, 1864. p. 12.

Mercantil e de minhas recomendações não menos instantes aos juizes de órfãos e commissões de socorros [...] é inconveniente ir-se arraigando na gente ignorante o costume de esperar tudo do governo, e tomar a desgraça publica para pretexto de inanição, em vez de redobrar os esforços para adquirir os meios de subsistência nos tempos críticos. E aumenta a desvantagem d' esse habito n'um paiz em que o recrutamento é o único correctivo efficaz contra a ociosidade nociva. As autoridades das comarcas de Penedo e Matta-Grande fiz as necessárias recommendações para não consentirem que os vagabundos continuem aglomerados e inertes em suas moradias, entregando-se em toda sorte e immoralidades.¹⁴⁵

O presidente, na fala acima em destaque, expõe que havia estímulos para que a população livre aderisse ao trabalho formal, fato este que há de se duvidar, dado que, se houvesse realmente instigações não haveria tantas recusas por parte do camponês em torno dos trabalhos oferecidos. É falado por José Bento da Cunha Figueiredo Júnior que existiam muitas obras públicas necessitando de mão de obra, havendo oportunidades ainda no setor fabril; segundo o presidente, a fábrica União Mercantil tinha suas portas abertas para quem tivesse interesse. Mas o que realmente chama a atenção nesta fala é quando José Bento cita a opção do recrutamento. Muitos dos presidentes defenderam o recrutamento como solução para o problema da falta de braços, todavia, seria um recrutamento forçado, e tinham a ideia de estabelecerem leis que punissem as pessoas que eles consideravam que viviam na “vadiagem”.

Em 1871, o presidente José Bento da Cunha Figueiredo Junior informava em seu relatório que, para não haver um agravo nas questões referentes à diminuição de braços, se desenvolvia naturalmente uma organização do trabalho no país e para a concretização desse processo seria necessário haver estímulos que impulsionassem esses trabalhadores para as atividades na lavoura:

Entre os meios que podem contribuir para tornar menos sensível a diminuição progressiva dos braços escravos ocorre naturalmente a organização do trabalho nacional. Sei que a boa realização deste systema depende de regulamentos especiaes que ao mesmo tempo garantam, por meio de obrigações recíprocas, os proprietários e os trabalhadores empregados nos serviços ruraes [...] O temor do recrutamento e do serviço da guarda nacional afugenta ou afasta os operários dos estabelecimentos rurais [...] não contando esse homens com uma certa garantia como estímulo para a permanência e regular procedimento, vivem muitas vezes vida errante [...] Para os

¹⁴⁵ Relatório do presidente da Província de Alagoas José Bento da Cunha Figueiredo Junior. 1870. p. 6-7.

proprietários, a incerteza de quanto ao número de braços livres de que dispõem, estreita a espera de sua actividade e lhes prejudica [...].¹⁴⁶

Na década de 1880, alguns periódicos alagoanos tratavam a questão do trabalho em seu noticiário. Uns de forma mais defensiva em relação ao trabalhador e outros utilizando de palavras rudes para inferioriza-los. O *Gutemberg* foi um dos que aparentemente defendeu os camponeses alagoanos em várias de suas publicações. Criticava o fato dos fazendeiros não pagarem ou valorizarem o suficiente este trabalhador, e se faltasse braços a culpa era unicamente do fazendeiro que apenas queria explorar a mão de obra. No ano de 1883, o *Gutemberg* expõe uma dura crítica aos grandes proprietários da Província de Alagoas:

A escravidão tem por fim não pagar o trabalhador [...] Questão de salário!! Homens livres que trabalhe não faltam; mas é preciso pagá-los: o escravo não se paga, custa apenas o sustento diário, como o cavalo e o boi; convém isso a quem precisa de trabalhadores [...] Suprima-se a escravidão, pague o lavrador o salário ao seu trabalhador, e não terá quem malhar. Dizem que há falta de braços e que se precisa de quem trabalhe. Pois o brasileiro nasce sem braços? Qualquer povo rodeado de terras férteis, nascendo com braços, pode viver commodamente de seu trabalho. Mas se o dono dessas terras é o primeiro a cruzar os braços, é o primeiro vagabundo, o primeiro vadio, não é justo que imponha aos outros o trabalho forçado, ainda que estes outros sejam vagabundos e vadios. E bem boa essa! Obrigar os pequenos vadios a trabalhar em proveito dos grandes vadios! Se o proprietário das terras quer descansar, descance; mas pague quem lhe roteie as terras: reparta com ele o producto; nada mais justo [...] Não há quem se alugue para trabalhar, gritam de todos os lados. – não é assim. O que não há é quem pague o trabalho [...] Tenha paciência lavrador, ganhe menos, reparta com o trabalhador livre seus lucros, e largue mão dos escravos. Seja homem de bem.¹⁴⁷

A crítica feita pelo *Gutemberg* aos proprietários alagoanos foi severa. A elite agrária que sempre qualificava o trabalhador livre como vadio foi também considerada vadia e preguiçosa pelo jornal. A publicação insinuava, ainda, que se os grandes proprietários alagoanos prosseguissem com a exploração, não teria remédio para aumentar o número de braços, uma vez que o trabalhador livre só se esquivava do trabalho formal por conta das péssimas condições que normalmente eram lhe oferecidas por parte desses proprietários.

¹⁴⁶ Relatório do presidente da Província de Alagoas José Bento da Cunha Figueiredo Junior. 1871. p. 39.

¹⁴⁷ Jornal *Gutemberg*, Maceió, 1883.

Porém os grandes proprietários alagoanos ignoravam completamente as críticas feitas as suas ações. No jornal *O Liberal* do ano de 1884, a depreciação aos trabalhadores livres continuava, dessa vez, pedindo pela colonização chinesa para substituir a mão de obra escrava e ocupar os espaços que o trabalhador livre não ocupava. Os chineses eram considerados por esses senhores equivalentes ao cativo no sentido da exploração braçal. Assim anunciava o jornal:

Guerra aos preguiçosos e aos vagabundos!

[...] A lavoura do Norte desta Província pede em altos brados ao Estado braços livres, constantes e disciplinados. Doem-lhe o que ella pede [...], contracte o Estado uma companhia de navegação chinesa a vinda de 5.000 operários chineses, para serem distribuídos pelas fazendas de assucar, por conta e risco dos interessados. Si isto se fizer já e já, a questão da abolição da escravatura terá a mais prompta e brilhante solução. A lavoura será filantrópica, será abolicionista! Si isto não se fizer, a lavoura não consente que um só escravo seja emancipado sem indemnisação, ella fará valer os seus direitos por todos os meios lícitos, até por meio da força, si tanto for preciso, porque esta é a *última ratio* do direito. Por amor a nossa pátria fomente-se a sua principal indústria, organize-se o melhor possível já e já o trabalho livre nas fazendas ruraes. Por amor a humanidade sejam perseguidos os ociosos e os vagabundos; porque a ociosidade é a mão de todos os vícios!¹⁴⁸

A perseguição aos trabalhadores livres foi algo muito defendido entre alguns jornais e presidentes de Província. Para eles era preciso forçar o trabalhador alagoano a assumir as atividades braçais, seja ela no campo ou na cidade, daí destaca-se o primeiro, uma vez que a economia agrícola era a principal fonte de riqueza da Província e por isso necessitava de mão de obra em maior quantidade.

No jornal *Orbe* do ano de 1886, um fazendeiro da capital da Província exprime seu descontentamento em relação aos trabalhadores livres da região. Segundo o fazendeiro, os trabalhadores eram os culpados por não fazerem um bom salário, uma vez que a produção destes era frouxa, e que estavam estabelecendo as próprias leis para o trabalho, ou seja, impunham condições para aceitar ou não o emprego, como por exemplo, a exigência de um bom pagamento e horário cômodo. Muitos destes trabalhadores, de acordo com o fazendeiro, após receberem o adiantamento de seu pagamento, não retornavam ao trabalho, ocasionando prejuízos ao empregador. Já os cativos, segundo ele, iriam acabar aos poucos, por miséria ou por serem também arredios ao trabalho após

¹⁴⁸ Jornal *O Liberal*, Maceió, 1884.

conseguirem a liberdade, preferindo viver na ociosidade como os outros. O fazendeiro lamentava e temia que o futuro da lavoura estivesse em risco. Vejamos um trecho:

O braço livre de que se vão socorrendo os chefes dos estabelecimentos agrícolas trabalham com tanta frouxidão que não se retiram o salário, mesmo quando não haja prejuízo na lavoura por qualquer outra razão, e para a prova do que vimos de dizer basta o princípio econômico de ser o obreiro e trabalhador rogado por seu pequeno número: dão por tanto hoje os trabalhadores leis nos estabelecimentos ruraes, trabalham caro e as horas que querem é o mais cômodo possível. A falta de braços faz considerar o trabalho como favor e porisso obtém o jornaleiro muitas vezes adiantamentos por conta de seus salários, tal é a falta que faz, e esse adiantamento é muitas vezes a causa da retirada do trabalhador, levando a quantia pedida por favor.

A falta de braços é a razão desse estado afflictivo da lavoura, e se isso se dá presentemente quando ainda existem escravos, o que se dará quando encontrar o chefe do estabelecimento agrícola só e em perfeita dependência?

Não se diga que os escravos ficam entre e que aumentarão o número de trabalhadores livres, e que, portanto, aumentará a procura do trabalho. Os escravos libertos, uma parte morrerá de miséria, a outra parte tem horror ao trabalho, a experiência tem mostrado, procuram viver do modo que vivem hoje os livres, vadios, mendigos e ladrões.

É preciso que os nossos homens de estado providenciem quanto antes, para que se não desorganise o trabalho, e se percam os estabelecimentos agrícolas actuaes.¹⁴⁹

A lei do Sorteio Militar de 1874 foi muito criticada por esses jornais conservadores, dado que essa lei, como o próprio nome já diz, sorteava para o recrutamento militar. A crítica desses proprietários baseava-se no sentido de que ela não funcionava para conter a “vadiagem” da população livre. Diziam que a lei de perfeita funcionalidade seria o recrutamento forçado, como existia anteriormente, que poderia intimidar os ociosos e obriga-los a efetivar alguma atividade. A lei do Sorteio acabou não sendo aplicada com sucesso por conta das diversas críticas feitas por parte da sociedade civil, principalmente pela elite financeira do país. O Jornal *Orbe* também a criticava:

A lei do Sorteio ou reforma do recrutamento que há tantos annos não tem servido, e nem servirá foi um clamor, era o antigo recrutamento a única arma que intimidava e continha os vadios, ladrões, assassinos, viciosos, sedutores e criminosos de toda ordem. Desde de a lei do Sorteio essa parte má da sociedade se viu premiada e garantida com o melhor presente [...] ¹⁵⁰

¹⁴⁹ Jornal Orbe, Maceió. 1886.

¹⁵⁰ Jornal Orbe. Maceió, 1886.

Após a abolição da escravidão, a insatisfação por parte do grande proprietário aos trabalhadores, ainda era constante. Queixavam-se da evasão dessa população do trabalho agrícola. No ano de 1889, ano em que a República foi proclamada no Brasil, o presidente do Estado de Alagoas, Aristides Augusto Milton informava na Assembleia Legislativa que era “de necessidade também uma lei sobre a vagabundagem, estabelecendo serviços e penas para os que, vivendo ociosos, não preferiam procurar espontaneamente trabalho”.¹⁵¹ No relatório do mesmo ano, o presidente defendia um regulamento do trabalho, onde a punição àqueles que não queriam trabalhar deveria ser implacável. Assim dizia o presidente:

Acredito confiadamente no futuro desenvolvimento deste estado por suas grandes riquezas naturaes: e com os melhoramentos promovidos pelo invicto Marechal Floriano Peixoto, e já em execução alguns delles se me robustece ainda mais essa confiança na grandeza de nossa terra natal, fadada a figurar em plano saliente na federação brasileira. Com um pouco de esforço, conseguiremos em próximo futuro este desideratum, fazendo-se necessários para realização deste nobre ideal principalmente perseverança no trabalho, capitaes e braços. Infelizmente neste particular muito temos ainda a fazer. A colonização estrangeira para o Norte ainda não foi iniciada por causas complexas, entre as quaes erroneamente se inclue a natureza de nosso clima. E assim que julgo de bom aviso a promulgação de lei reguladora do trabalho de um regulamento, fundado nas leis que possuímos, repressoras da vagabundagem, de modo a por os municípios a salvo de ladrões e mal feitores, afugentando-as e por tal meio obrigando todos os ociosos ao trabalho honesto o que será da mas fecunda consequência para a paz, ordem e desenvolvimento de nosso Estado.¹⁵²

Assim eram tratados os trabalhadores livres de Alagoas. Continuamente desqualificados, esse grupo de homens e mulheres pobres preferiam na maioria das vezes viver autônomos com base em uma economia de subsistência a se submeter às imposições dos grandes proprietários da época. Quando abria possibilidade de aceitar o emprego exigia alguns direitos, como por exemplo, melhores pagamentos, horários mais flexíveis para o trabalho ou exigência de parte do que era produzido, essas solicitações eram geralmente criticadas pelo empregador que buscava mão de obra barata e lucros elevados. Acreditamos que se o grande proprietário não aceitasse as condições, seria difícil, na maioria das vezes, efetivar as safras com regularidade. Daí os diversos pedidos para que viessem estrangeiros, uma vez que a elite agrária acreditava na excelência dos

¹⁵¹ Fala do presidente do Estado de Alagoas Aristides Augusto Milton. 1889. p. 33.

¹⁵² Relatório do presidente do Estado de Alagoas Aristides Augusto Milton. 1889. p. 54.

colonos em vários aspectos, inclusive na superioridade da força de trabalho, da cor da pele e no quesito civilidade, características sempre mencionadas pelos grandes proprietários da Província. Além de tratar sobre o trabalhador livre de Alagoas, esse capítulo buscou ainda apresentar um pouco sobre os aspectos econômicos da Província alagoana, e pelos dados encontrados nas falas provinciais não foi possível identificar nos números uma instabilidade financeira latente. Algumas oscilações são verificadas, mas não há como estabelecer uma crise financeira real, pelo menos nos registros de safra e exportação que analisamos, bem como nos índices de arrecadação de impostos. Esse aspecto da economia da Província não anula o fato do problema da falta de braços para a lavoura ter sido pauta recorrente nos relatórios provinciais e jornais de toda a região, seja pela falta de crédito ou pela negação do trabalhador livre ao trabalho regular.

Por fim, nos finais do século XIX outros problemas sociais foram desabrochando com a transição do escravismo para o trabalho livre. A população que havia se libertado do cativo foi totalmente negligenciada, não houve meios que integrassem esse liberto na sociedade, uma vez que o preconceito de cor criado historicamente estava enraizado na sociedade brasileira que pretendia, por meio das teorias raciais, embranquecer o país. A população negra não foi incluída no processo de transformação que passava o Brasil naquele momento. De acordo com Florestan Fernandes:

A desagregação do regime escravocrata e senhorial se operou, no Brasil, sem que se cercasse a destituição dos antigos agentes de trabalho escravo de assistência e garantias que os protegessem na transição para o sistema de trabalho livre. Os senhores foram eximidos da responsabilidade pela manutenção e segurança dos libertos, sem que o Estado, a Igreja ou qualquer outra instituição assumisse encargos especiais, que tivessem por objeto prepará-los para o novo regime de organização da vida e do trabalho. O liberto se viu convertido, sumária e abruptamente, em senhor de si mesmo, tornando-se responsável por sua pessoa e por seus dependentes, embora não dispusesse de meios materiais e morais para realizar essa proeza nos quadros de uma economia competitiva. Essas facetas da situação (...) imprimiram à Abolição o caráter de uma espoliação extrema e cruel.¹⁵³

Nessa conjuntura, no capítulo a seguir, falaremos um pouco das aspirações da sociedade brasileira pela imigração estrangeira, bem como as ações tomadas pelos presidentes que assumiram a Província de Alagoas para trazerem famílias de outros países com o propósito de ocuparem a região e as funções no campo.

¹⁵³ FERNANDES, Florestan. A integração do negro na sociedade de classes: o legado da raça branca. Volume 1 / Florestan Fernandes. 3ª ed. São Paulo. Globo, 2008. p. 29.

CAPITULO III

Crise e Imigração

“[...] Na atracção, pois, de uma corrente de immigração para a província, no aproveitamento das terras que nella se encontram em grande quantidade, na colonisação, na abertura e melhoramentos de vias de communicação e na regularizaçõ do trabalho, achareis a verdadeira soluçõ de tão magna quão numerosa questõ social.”

(Fala do presidente da província de Alagoas José Moreira Alves da Silva, 15 de abril de 1887, p.24).

Foi nos anos finais do século XIX e início do XX que o fluxo imigratório para o Brasil se elevou significativamente, porém, desde 1850 com o fim do tráfico negreiro, havia uma preocupação em relação à demanda de mão de obra. Tal situação motivou os grandes proprietários a buscarem imigrantes, principalmente europeus, como forma de suprir de braços o trabalho na lavoura. “No final de século XIX, os latifundiários viam-se ameaçados pela iminência do fim da escravidão e dependiam cada vez mais da vinda de trabalhadores estrangeiros. Passa-se, assim, a discutir sobre os pilares que sustentavam a economia do país”¹⁵⁴, e em torno disso, quais mudanças deveriam ser colocadas em prática.

Nas discussões políticas sobre a imigração pensava-se em quais povos eram melhores para ocupar o território brasileiro. Tinha-se a ideia de modernização nacional baseada no padrão europeu, para o desenvolvimento da nação. “Não ao acaso, as elites políticas iriam buscar a promoção da civilização, no país, para superar os “males” e “problemas”, oriundos da pressuposta herança africana e indígena”.¹⁵⁵ Assim, recaía sobre o europeu qualidades consideradas imprescindíveis para uma reformulação da população brasileira.

¹⁵⁴ LIMA, Angela Bernadete. A imigração para o império do Brasil: um olhar sobre os discursos acerca dos imigrantes estrangeiros no século XIX. (Artigo) Revista Acadêmica Licenciaturas • Ivoti • v. 5 • n. 2 • p. 26-36 • julho/dezembro • 2017. p. 26.

¹⁵⁵ REIS, Cacilda Estevão dos. ANDRADE, Solange Ramos de. A Imigração Europeia Nos Discursos Da Elite Política Brasileira. p. 5. Acessado em 21 de Março de 2019: <http://www.gestoescolar.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/producoes_pde/artigo_cacilda_estevao_reis.pdf>

A perspectiva de um suposto melhoramento da sociedade brasileira fazia constantemente parte dos discursos da época, e com ela veio a ideia de embranquecimento social, que levou muitos intelectuais a estabelecerem planos para a alteração genética que iria além da cor do brasileiro. “O debate destes senhores focava-se, principalmente, em torno das questões de raça, racismo, as teorias pseudocientíficas importadas da Europa e dos Estados Unidos e na formação de uma nação e sua identidade nas terras do Brasil”.¹⁵⁶ As teorias raciais foram disseminadas principalmente nos anos finais do século XIX sendo divulgadas nos periódicos da época. Personalidades como Euclides da Cunha, por exemplo, possuía convicções da existência de uma raça superior aos negros e mestiços, como mostra a historiadora Lília Moritz Schwarcz em seu livro intitulado “*Retrato em Branco e Negro*”, onde esclarece o objetivo de tais ideias:

Esse tipo de discurso científico determinista que surge no final do século XIX prolifera também na imprensa da época. Nesta, a afirmação da inferioridade negra aparece não só nos grandes debates como também nas pequenas seções e nos diversos anúncios que compõem parte básica e cotidiana nesses jornais. Não foi por mero acaso, por exemplo, que Euclides da Cunha, intelectual que aplicava em suas análises deterministas europeias da época, era acolhido pela província de São Paulo como colaborador da seção intitulada “Questão Social”. Euclides da Cunha foi um dos grandes divulgadores das teorias científicas em voga na Europa na época [...] Acreditava na ideia da superioridade natural da raça branca, considerando a miscigenação prejudicial e o mestiço desequilibrado.¹⁵⁷

No livro *Espetáculo das Raças* Lília Moritz Schwarcz, ao apresentar como se desenvolveu as teorias raciais no Brasil, demonstra como o uso das ideias de embranquecimento tinha uma característica singular, uma vez que eram adaptadas ao contexto brasileiro. A inserção das teorias raciais em um país de negros e mestiços tinha traços do darwinismo social, dado que se pretendia uma real evolução humana com o embranquecimento. Objetivavam assim se igualar a países europeus, considerados como modelos ideais de nação, civilidade e desenvolvimento. Segundo Lília Schwarcz:

Falar da adoção das teorias raciais no Brasil implica pensar sobre um modelo que incorporou o que serviu e esqueceu o que não se ajustava. No Brasil, evolucionismo combina com darwinismo social, como se fosse possível falar em “evolução humana”, porém diferenciando as

¹⁵⁶ BARBOSA, Maria Rita de Jesus. A influência das teorias raciais na sociedade brasileira (1870-1930) e a materialização da Lei no 10.639/03. (Artigo). Revista Eletrônica de Educação, v. 10, n. 2, p. 260-272, 2016. p. 261. Acessado em: <http://www.reveduc.ufscar.br/index.php/reveduc/article/viewFile/1525/502>

¹⁵⁷ SCHWARCZ, Lília Moritz. *Retrato em branco e negro: jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século. XIX*/ Lília Moritz Schwarcz. - São Paulo: Companhia das Letras, 1987. p. 40.

raças; negar a civilização aos negros e mestiços, sem citar os efeitos da miscigenação já avançada. Expulsar “aparte gangrenada” e garantir que o futuro da nação era “branco e ocidental”.¹⁵⁸

As teorias raciais excluíaam o negro e consideravam que o mesmo não representava avanços para o país. Celia Maria Marinho de Azevedo, em seu livro intitulado “*Onda Negra, Medo Branco: O Negro No Imaginário Das Elites Século XIX*”, expõe as pretensões de alguns imigrantistas da época como, por exemplo, o político alagoano Tavares Bastos e o antropólogo francês Armand de Quatrefagues. O primeiro foi fundador da sociedade internacional de imigração e buscava mostrar a importância da vinda de imigrantes brancos não só para supressão da mão de obra, mas também para civilizar o Brasil.¹⁵⁹ O segundo defendia que “a imigração era insubstituível como agente exclusivo de purificação étnica”.¹⁶⁰ Ao analisar os discursos de cunho racista colocados por estes intelectuais, a historiadora estabelece que os imigrantistas basearam suas propostas pelo o que identificavam como diferenças raciais.¹⁶¹ O projeto imigrantista inferiorizava o negro validando suas concepções na ciência, assim “os discursos eram regados de termos como: vagabundagem do negro, tendência ao alcoolismo e a marginalidade, preguiçoso”,¹⁶² entre outros atributos.

Com a aproximação do fim do cativeiro, também se intensificaram as discussões sobre a disponibilidade do brasileiro livre para a supressão do trabalho nas lavouras. Além da depreciação do negro pelas teorias raciais, a mão de obra nacional era desvalorizada por não se enquadrar no sistema econômico vigente, uma vez que era constantemente tachada de improdutiva e incapaz de obedecer às regras do trabalho formal. O trabalhador nacional extraía da natureza o seu sustento, “limitava-se à caça e à pesca, recusava a ocupação de camarada, não queria empregar-se na lavoura uma vez que obtinha o necessário para manter-se. Tal situação caracterizava-o como um indivíduo preguiçoso”.¹⁶³

¹⁵⁸ SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O Espetáculo das Raças – cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993. p. 178.

¹⁵⁹ AZEVEDO, Celia Maria Marinho de. *Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites século XIX*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. p. 62-63.

¹⁶⁰ *Ibid.* p. 74.

¹⁶¹ *Ibid.* p. 61.

¹⁶² *Ibid.* p. 79.

¹⁶³ REIS, Cacilda Estevão dos. ANDRADE, Solange Ramos de. *Op. cit.* p. 2.

A mão de obra interna não queria se submeter ao trabalho regular e ainda temiam ser comparados aos cativos. Ser igualado ao escravizado era algo temido pelo trabalhador livre, isso reflete no imaginário social da época, onde o ser escravizado era visto como portador das piores características, ao ponto de o trabalho braçal ser considerado indigno, pois era diretamente associado ao cativo. Como imaginário social podemos entender que “de um modo geral, é formado pelas imagens, símbolos, sonhos, aspirações, mitos, fantasias, muitas vezes pré-rationais e com forte conotação afetiva que existem e circulam nos grupos sociais.”¹⁶⁴

O trabalho escravo excluiu do processo produtivo, homens livres que ocasionalmente trabalhavam para a sua subsistência, mesmo porque, para o elemento nacional o trabalho manual era considerado como coisa de escravo, aviltante e repugnante à sua condição de homem livre, o escravo era uma mercadoria adquirida pelo fazendeiro, logo, de sua propriedade [...] O elemento nacional preferia a sobrevivência autônoma a sujeitar-se ao jugo das regras de obediência e disciplina imposto pelo trabalho regular e disciplinado. Suspeita-se que para o trabalhador livre aceitar esse tipo de submissão era o mesmo que consentir em receber a condição do cativo.¹⁶⁵

Contudo, houve tentativas por parte dos parlamentares para que os trabalhadores nacionais aderissem às políticas de mão de obra que se ansiava colocar em prática. De acordo com Calcilda Estevão Reis e Solange Ramos Andrade:

Havia por parte de alguns parlamentares a proposta de utilização da população nacional, mas torná-la subordinada às condições do trabalho regular não seria tarefa das mais fáceis em um universo em que dominava as relações escravistas de produção e se havia esse interesse por um lado, por outro, havia trabalhadores livres e pobres que eram vistos pelos senhores como uma categoria que poderia ser tratada da mesma forma com que se tratava os escravos, ou seja, uma categoria passível de ser super explorada até os limites de sua sobrevivência, o que não ocorria, uma vez que o homem livre não se sujeitava a tal condição.¹⁶⁶

Além das projeções da população livre em relação ao negro escravizado, a rotulação do trabalhador nacional como preguiçoso ganha respaldo nas ideias elitistas de moralidade sobre como deveria compor-se o trabalhador e as novas relações de trabalho.

¹⁶⁴ SERBENA, Augusto Carlos. Imaginário, Ideologia e representação social. (Artigo) Cadernos de Pesquisa Interdisciplinar em Ciências Humanas. ISSN 1678-7730, Nº 52 – dezembro de 2003, p. 02.

¹⁶⁵ REIS, Cacilda Estevão dos. ANDRADE, Solange Ramos de. Op. cit. p. 2 -3.

¹⁶⁶ Ibid. p. 3.

Sidney Chalhoub em *Trabalho, Lar E Botequim: O Cotidiano Dos Trabalhadores No Rio De Janeiro Da Belle Époque* apresenta o sentido da existência de uma dualidade moral cristã que fazia parte do universo ideológico da elite brasileira principalmente no período do pós-abolição. Essa dualidade baseava-se na perspectiva do bem e do mal, onde o comportamento da sociedade, moldado por esses dois aspectos, seguia sendo controlado pela elite dominante que determinava o certo e o errado, estabelecendo assim uma subordinação social¹⁶⁷, como falado pelo historiador. De acordo com Sidney Chalhoub, “a existência da ociosidade e do crime tem uma utilidade óbvia quando interpretada do ponto de vista da racionalidade do sistema: Ela justifica os mecanismos de controle e sujeição dos grupos sociais mais pobres”.¹⁶⁸ A formação de uma moralidade do trabalho já era existente nos anos finais do século XIX. Os trabalhadores que não se sujeitavam a ela, seja por não querer equiparar-se ao cativo, ou por não se enxergar fazendo parte daquele sistema, eram postos como incompetentes e desocupados, já o imigrante era colocado como exemplo a ser seguido.

Nesse contexto, o interesse pela mão de obra estrangeira foi crescente, e para efetivar a vinda destes em grande número, diversas propagandas sobre as vantagens de imigrar para o Brasil foram feitas. Para os imigrantes, sair da sua pátria mãe significava buscar melhores condições de vida em vista de muitas dificuldades passadas em sua terra natal. Lamentavelmente, sua chegada em território brasileiro, na maioria das vezes, era frustrante, pois, os proprietários de terras os tratavam em condições muitas vezes desumanas, o que levou muitos a retornarem ao seu país após pagarem a dívida extraída com sua vinda ao Brasil. Outros fugiam para as cidades, havendo casos de alguns conseguirem êxito no comércio brasileiro.

Segundo Calcilda Estevão Reis e Solange Ramos Andrade em seu artigo chamado *A Imigração Europeia Nos Discursos Da Elite Política Brasileira*, existiam duas concepções dentro do parlamento brasileiro sobre as políticas imigrantistas. De um lado, encontrava-se a posição do governo imperial “que seria a de promover e incentivar a imigração com o objetivo de povoar e desenvolver áreas ainda improdutivas”¹⁶⁹, do outro, estavam os grandes proprietários que andavam “apreensivos diante da crise de mão-de-

¹⁶⁷ CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2008, 2ª reimpressão da 2ª ed., 2001. p. 78-79.

¹⁶⁸ Ibid. p. 80.

¹⁶⁹ REIS, Calcilda Estevão dos. ANDRADE, Solange Ramos de. Op. cit. p. 4.

obra após a abolição do tráfico negreiro, os quais viam na importação de trabalhadores europeus, a substituição do braço escravo na lavoura”.¹⁷⁰

As ações tomadas pelo parlamento em relação à imigração vinham sendo aprontadas desde os meados do século XIX. Inicialmente, em 1850, mesmo ano da aprovação da lei Eusébio de Queiroz, também foi sancionada a lei de número 601 de 18 de setembro, conhecida como Lei de Terras. Essa lei “transformou a terra em mercadoria e criou a Repartição Geral das Terras Públicas [...] em 1854 através do Decreto n.º. 1318 de 30 de janeiro, a Lei de Terras também definiu a significação de terras devolutas, aboliu a gratuidade de lotes aos colonos”,¹⁷¹ limitando assim o acesso à terra, tanto para os imigrantes quanto para os alforriados.

Posto fim a concessão de terras, agora o objetivo era buscar a melhor forma de trazer imigrantes sem grandes prejuízos e com possibilidades de lucratividades. A iniciativa particular toma a frente e opta por formar colônias de parcerias, onde acontecia a criação de núcleos coloniais. Os fazendeiros “recebiam empréstimos do governo imperial, em média dez contos de réis, que devolveriam, em seis anos sem juros. Com este dinheiro, contratavam empresas para aliciarem e transportarem imigrantes europeus”.¹⁷² Os colonos adquiriam uma dívida que deveria ser paga por meio do seu trabalho na lavoura, após a colheita os imigrantes teriam que entregar a metade do que foi produzido ao proprietário da terra incluindo ainda o pagamento de juros elevados em cima da dívida. Não demorou para surgir os primeiros desentendimentos entre fazendeiros e colonos. O sistema de parceria passa então a se:

Degenerar rapidamente numa forma de servidão temporária [...] o custo real da imigração corria totalmente por conta do imigrante, que era a parte financeiramente mais fraca. O Estado financiava a operação, o colono hipotecava seu futuro, e o fazendeiro ficava com todas as vantagens.¹⁷³

¹⁷⁰ Ibid. p. 4.

¹⁷¹ IOTTI, Horn Luiza. A Política Imigratória Brasileira E Sua Legislação - 1822-1914. (Artigo), X Encontro Estadual de História. Universidade Federal de Santa Maria. Rio Grande do Sul, 2010. p. 6. Acesso: http://www.eeh2010.anpuhrs.org.br/resources/anais/9/1273883716_ARQUIVO_OBRASILEAIMIGRACAO.pdf

¹⁷² IOTTI, Horn Luiza. Imigração e colonização. (Artigo), 2003. p.8. Acesso: https://www.tjrs.jus.br/export/poder_judiciario/historia/memorial_do_poder_judiciario/memorial_judiciario_gaucho/revista_justica_e_historia/issn_1676-5834/v3n5/doc/07-Luiza_Iotti.pdf

¹⁷³ FURTADO, Celso. Formação econômica do Brasil. 16. ed. São Paulo: Ed. Nacional, 1979. p. 126.

Posteriormente, a imigração subvencionada passa a substituir o sistema de parcerias. Na década de 1870 “recorreu-se ao sistema de contrato com particulares, que se encarregavam de introduzir levas de imigrantes no país, em troca de um subsídio por pessoa. A crise orçamentaria e os abusos que esse regime deu lugar levaram em 1880, a adoção de uma política de imigração espontânea”.¹⁷⁴ Na imigração espontânea o governo imperial custeava apenas o alojamento e o transporte que saíria do porto brasileiro até o destino final.¹⁷⁵ O resto era por conta do próprio colono.

Abaixo encontra-se estatisticamente o número de imigrantes que desembarcaram no Brasil entre os anos de 1884 a 1903. Na tabela abaixo é possível perceber que numericamente italianos e portugueses foram os povos que mais imigraram para o Brasil durante o período destacado. Alemães e espanhóis ficam em um número menor, seguido pela imigração asiática que só terá um aumento a partir do início do século XX:

TABELA 12

Nacionalidade	1884-1893	1894-1903
Alemães	22778	6698
Espanhóis	113116	102142
Italianos	510533	537784
Japoneses	-	-
Portugueses	170621	155542
Sírios e Turcos	96	7124
Outros	66524	42820
Total	883668	852110

Fonte: <https://brasil500anos.ibge.gov.br/estatisticas-do-povoamento/imigracao-por-nacionalidade-1884-1933.html>

Não foi possível encontrar um gráfico no site do IBGE que remetesse o número de imigrantes a partir de 1850. Mas, de acordo com Angela Bernadete Lima “entre 1851 e 1900, entraram no Brasil 2 milhões de imigrantes, ou seja, metade do total de nacionais

¹⁷⁴ MELO, Evaldo Cabral de. O norte agrário e o Império, 1871-1889. Editora Nova Fronteira: Rio de Janeiro; INL: Brasília, 1984. p. 69.

¹⁷⁵ Ibid. p. 69.

fora do mercado de trabalho".¹⁷⁶ A partir desta constatação, reforça-se a ideia do trabalhador nacional como ocioso, levando fazendeiros a buscarem fora do país braços para abastecer o trabalho nas plantações. Entre tantas pautas discutidas e objetivos a serem atingidos, trazer imigrantes para o meio agrícola era uma das maiores preocupações, depois de tomar a Europa como modelo ideal a ser seguido e a aspiração de embranquecer a população.

A região Sudeste do Brasil recebeu a maior parte dos colonos, em especial São Paulo. Os projetos imigrantistas em parceria com o governo imperial focaram nas localidades férteis em plantações de café e outros gêneros. O Norte, por sua vez, não teve, por parte do governo imperial, muitos investimentos, e isso dificultou ainda mais a supressão de braços nas lavouras de algumas províncias dessa região.

3.1 O interesse do Norte na imigração europeia

O tema imigração no Norte não é muito discutido na historiografia, “talvez porque seja ponto pacífico entre os estudiosos afirmar que havia mais disponibilidade de braços do que uma falta absoluta deles e, desse modo, a lavoura nordestina podia prescindir do trabalho imigrante”.¹⁷⁷ O historiador Evaldo Cabral de Mello acredita que houve um desinteresse dos nortistas em relação à vinda de colonos europeus, ao mesmo tempo em que reconhece que a região não obteve benefícios das políticas imigrantistas empreendidas pelo governo imperial.¹⁷⁸ Nessas circunstâncias, os “representantes das províncias do Norte denunciavam no parlamento o caráter discriminatório do Império”.¹⁷⁹

Contudo, é possível afirmar que havia significativo interesse de algumas províncias nortistas na imigração já explícito no ano de 1857, quando Alagoas, Pernambuco e Paraíba faziam parte da Associação de Colonização tendo seus estatutos aprovados pelo decreto de número 1979 de 26 de setembro do mesmo ano.¹⁸⁰ Nos finais do século XIX, a aprovação de outras leis abolicionistas, como a lei do Ventre Livre em 1871 e a Sexagenário em 1885, evidenciou a iminência do fim do cativo, que levou os

¹⁷⁶ LIMA, Angela Bernadete. Op. cit. p. 28.

¹⁷⁷ TEIXEIRA, Rosane Siqueira. Imigração de Trabalhadores Estrangeiros no Nordeste, Final do Século XIX e Início do XX. (Artigo) XXIII Encontro Estadual de História/ANPUH São Paulo, 2016. p. 01.

Acesso:

http://www.encontro2016.sp.anpuh.org/resources/anais/48/1467749675_ARQUIVO_Teixeira,RosaneS.A.NPUH-SP.pdf

¹⁷⁸ MELO, Evaldo Cabral de. Op. cit. p. 30.

¹⁷⁹ Ibid. p. 30.

¹⁸⁰ TEIXEIRA, Rosane Siqueira. Op. cit. p. 13.

proprietários nordestinos a se preocuparem ainda mais com o suprimento de trabalhadores em suas fazendas. O interesse na vinda de estrangeiros foi assunto bastante discutido e para muitas dessas províncias, a imigração seria um dos meios de resguardar a lavoura.

Roseane Siqueira Teixeira em seu artigo *Imigração de Trabalhadores Estrangeiros no Nordeste, Final do Século XIX e Início do XX*, corrobora que não é plenamente verdadeiro o que parte da historiografia declara sobre a indiferença do Norte na vinda de colonos, visto que províncias como Paraíba, Alagoas, Sergipe e Pernambuco, por exemplo, sentiram em maior ou menor grau a falta de braços em suas lavouras e buscaram na imigração a forma de suprir de braços os trabalhos nas plantações.¹⁸¹ Citando o historiador Peter L. Eisenberg, a autora destaca o debate realizado no congresso agrícola do Recife no ano de 1878, onde foi tratado diversos assuntos relacionados à supressão do braço escravizado pelo imigrante, a estagnação econômica da região, impostos, política, ociosidade do trabalhador livre, etc. “Ao todo participaram 288 pessoas, sendo 25 da Paraíba, uma de cada província de Alagoas, Sergipe, Rio Grande do Norte e a maioria de Pernambuco”.¹⁸² Diversas personalidades da época estavam presentes, segundo Giselle Rodrigues:

O Congresso do Recife reuniu importantíssimas personalidades da elite nordestina, tais como: representantes da Sociedade Auxiliadora da Agricultura de Pernambuco; homens de letras, como o lente da Faculdade de Direito do Recife Sr. Dr. Antonio Coelho Rodrigues; autoridades políticas ligadas a Corte; um engenheiro e dono de engenho, o Sr. Henrique Augusto Milet; membros da igreja Católica; fazendeiros no geral da região; segmentos da imprensa de época; etc. Observar-se-á que o grande objetivo do Congresso foi o de diagnosticar a crise da agroindústria na região, bem como mostrar os remédios para curá-la. Deste modo, surge-nos a sensação de que tal encontro representou algo memorável, um grande acontecimento, pois além de expressar vestígios da realidade financeira, social, política, tecnológica, etc, das províncias do Nordeste, foi o mecanismo que a elite nordestina encontrou de levar seus reclamos junto ao Governo Imperial. Por meio do encontro, o poder público tomaria conhecimento dos problemas da região, bem como das medidas possíveis de superá-los.¹⁸³

¹⁸¹ Ibid. p. 3.

¹⁸² Ibid. p. 04.

¹⁸³ RODRIGUES, Gisella. A Questão Política No Império Brasileiro Diagnósticos Formulados Nos Anais Do Congresso Agrícola Do Recife (1878) Congresso Agrícola Do Recife (1878). (Artigo), volume 11 - 1º semestre - 2008 - p. 23-44 ISSN 1517-4689. p. 27. Acessado em: <http://e-revista.unioeste.br/index.php/temposhistoricos/article/download/1780/1432>

De acordo com o texto de Roseane Siqueira, as questões colocadas em pauta nas reuniões eram normalmente vindas dos senhores de engenhos que possuíam maior representatividade no congresso, onde se destacava os grandes proprietários da Província de Pernambuco, considerada um dos maiores polos econômicos na época.¹⁸⁴ As províncias de menor expressão eram mais fortemente atingidas com a falta de braços e tecnologias. “Embora mais sensível em alguns lugares do que em outros, a falta de braços já se manifestava em toda parte de modo absoluto, porque não havia aproveitamento daqueles que existiam”. As províncias mais abastadas como Pernambuco, não se via tão afetada pela crise de braços, mas seus representantes buscavam expor outras problemáticas no congresso, como a questão dos transportes considerada extremamente importante para a locomoção de mercadorias e facilitador na aquisição de trabalhadores.¹⁸⁵

Alagoas alegava viver prejudicada pela redução dos braços na lavoura; Rio Grande do Norte e Sergipe confirmavam estar nas mesmas condições. Seus representantes argumentavam os transtornos causados pela diminuição cativa nas plantações e tentavam buscar soluções para melhorar os resultados econômicos de suas províncias. A situação na Paraíba não era diferente, na Ata de reunião redigida trinta dias antes do congresso, “ficou assentado que uma das causas que concorriam para o abatimento da lavoura na província era a falta de braços”.¹⁸⁶

Representando a Província de Alagoas no Congresso Agrícola de 1878 estava Dr. Manoel Baltazar Diegues Junior. Ele expõe sua fala bastante preocupado com a situação da Província alagoana e acaba dando ênfase aos braços inativos existentes na região, ligando esse fato a uma preocupação real que urgentemente deveria ser resolvida: a situação da lavoura. Roseane Serqueira destacou em seu texto parte do discurso de Baltazar Diegues:

Grande número de pessoas (...) vive nos arredores dos povoados entregues à indolência, vivendo adamicamente (sic) das frutas, caças e pesca, quando não de pedir ao proletário generoso (...) O trabalho faz-se na província de modo desanimador; o número de escravos reduz a cada dia e de braços cruzados espera-se o desenlace do enredo.¹⁸⁷

¹⁸⁴ TEIXEIRA, Rosane Siqueira. Op. cit. p. 04.

¹⁸⁵ Ibid. p. 05.

¹⁸⁶ Ibid. p. 07.

¹⁸⁷Diegues Junior. Congresso agrícola de Recife, 1878. p. 249. Acessado em: <https://archive.org/details/congragri1878josemur>

O congresso, organizado pela elite agrária nortista, objetivava melhorias em meio a tantos impasses, dado que, além de algumas províncias da região sofrerem com a falta de braços, todo o Norte enfrentava a crise açucareira e a grande seca que devastou a região entre os anos de 1877 e 1878. Havia planos de aproveitamento dos braços nacionais, mas reconheciam as dificuldades de efetivar tal objetivo, e por este motivo, algumas províncias nortistas desejaram a imigração, com o intuito de civilizar a população e principalmente abastecer de braços as grandes plantações.

Para fomentar a imigração na região, era imprescindível o apoio do governo imperial, visto que os projetos imigrantistas desenvolvidos no Sudeste do Brasil não eram implementados igualmente no Norte. Era claro para os estadistas nortistas que o governo não tinha o mínimo de interesse em estimular colonos europeus para a região. Tais circunstâncias dificultaram as relações entre as duas localidades, onde cada vez mais se elevava as diferenças financeiras.

O Clima do Norte foi um dos assuntos mais comentados no parlamento e colocado como obstáculo para os imigrantes. Havia quem contradissesse essa afirmativa assegurando que a questão do insucesso da imigração na região não tinha nada a ver com o clima e sim com a omissão do império.¹⁸⁸ Contudo, segundo Marcelo Anario “o clima e qualidade dos solos certamente pesaram na decisão sobre para onde migrar, mas há de se levar em conta as dinâmicas econômicas e políticas como fatores determinantes para esse processo.”¹⁸⁹ O fato da maior parte de imigrantes irem para o Sudeste do país causou extremo descontentamento para os políticos e principalmente para os proprietários nortistas, que expressavam claramente suas insatisfações.

Em 1878, mesmo ano do congresso agrícola do Recife, aconteceu o congresso agrícola do Rio de Janeiro unido a membros da Corte. Esse acontecimento desencadeou em um total desagrado pelos nortistas. “Tal encontro foi visto pelos congressistas como um descaso, pois ao reunir as províncias do Espírito Santo, São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro, discutiu apenas os problemas da lavoura no Sudeste”.¹⁹⁰ Enquanto isso,

¹⁸⁸ MELO, Evaldo Cabral de. Op. cit. p. 72.

¹⁸⁹ ALARIO, Marcelo. A Imigração estrangeira em Sergipe (1875-1930). (Artigo), História (São Paulo) v.30, n.2, p. 312-334, ago/dez 2011 ISSN 1980-4369. p. 319.

¹⁹⁰ RODRIGUES, Gisella. Op. cit. p. 28.

as dificuldades passadas pela região Norte não foram incluídas nos assuntos debatidos na reunião.

Passados cinco anos do congresso agrícola do Recife, o Jornal alagoano *O Orbe* relembra o importante evento, fazendo uma crítica publicação sobre o desprezo do governo imperial ao ter excluído o Norte do congresso na Corte. A assembleia foi organizada pelo governo geral e dirigida por Sinimbu que além de ser presidente do conselho de ministros, era secretário de estado dos negócios da agricultura comércio e obras públicas. Sinimbu era alagoano, fato este que pesou muito, visto que, apesar de ser originário do Norte, tinha sido acusado por alguns estadistas de fazer vista grossa em relação à exclusão da região, porém é possível imaginar que o contexto já estava dado naquele momento, ficando então o ministro de mãos atadas. Enfim, o congresso convocava os representantes do Sudeste para debater as necessidades da lavoura, excluindo, sem ressalvas, os representantes nortistas da conferência. Vejamos um trecho:

Sem mais leva attenuante, o governo geral presidido pelo snr. Conselheiro Sinimbú, querendo pedir inspirações a opinião geral sobre o auxílio à lavoura, convocou os agricultores do Sul com exclusão premeditada da lavoura do Norte. Que esta se não fizesse representar pela distância a vencer, cousa era natural; mas que fosse official, positivamente excluída, só tem explicação no modo porque o governo geral encara as províncias do Norte, depauperadas, já não dizemos por sua incúria que nosso patriotismo supre, mas pela criminosa absorpção com que ellas são tratadas, como si houvesse proposito de enfraquecelas, ellas que representam sempre na história colonial e do império um protesto contra todas as comprehensões. Já que dessa vez o governo se limitará a excluir, Pernambuco protestou comparecendo [...] O acto do primeiro ministro, ao inaugurar uma situação nova, foi recebido por todos os agricultores, sem distincção de cor política, como o prenuncio de um período de esterilidade, mesmo até de opressão para a agricultura nortista. E assim o senhor conselheiro Sinimbu que era do Norte, subordinando-se a politica cortezá, cortava logo ao nascer todas as esperanças dos filhos dessa parte abandonada do império.¹⁹¹

As tensões entre o Norte e Sudeste foram duradouras. Na década de 1870, como não eram beneficiados com a imigração subvencionada, os congressistas do Norte entraram em oposição aos sulistas no parlamento e tomaram a decisão de apoiar a imigração espontânea. Expressaram a importância de aproveitar o trabalhador nacional, apesar das enormes dificuldades de fazê-lo. Chegaram à conclusão que “o dinheiro oriundo dos cofres públicos seria melhor empregado na modernização dos engenhos e no

¹⁹¹ Jornal O Orbe, 1883.

aperfeiçoamento das técnicas de cultivo agrícola”.¹⁹² A posição tomada pelo Norte nada mais era que uma disputa travada contra o Sudeste em relação aos recursos públicos.

Para as províncias do Norte, o sistema de contratos fora obviamente prejudicial. Em 1876, por exemplo, num total de mais de 30.000 imigrantes entrados no país, apenas 60 haviam seguido para lá. O Norte achava-se de fato subsidiando a imigração dirigida para o Sul. Se se queria dar um cobro à desigualdade de tratamento, tornava-se imprescindível substituí-la pela imigração espontânea: o Estado abster-se-ia de financiar a vinda de imigrantes e a instalação de colônias, emancipando as já existentes. Tratava-se, em resumo, de cessar toda a despesa governamental com imigração ou colonização. A campanha em favor da imigração espontânea começou na câmara na sessão de 1877, ainda durante a situação conservadora. Encentou-a um grupo de deputados governistas do Norte, como Menezes Prado, de Sergipe, Gomes de Castro e Dias Carneiro, do Maranhão, e Alencar Araripe do Ceará.¹⁹³

A pressão nortista não produziu resultados imediatos, ainda assim, a aspiração pela imigração espontânea teve prosseguimento. Neste interim, as propagandas imigrantistas divulgadas na Europa eram direcionadas, como de costume, a região Sudeste do país. Tal fator não deixou de ser falado pelos congressistas do Norte no parlamento, continuaram a fazer duras críticas ao governo imperial pela omissão evidente.

3.2 Alagoas e o desejo pela imigração

Alagoas, como a maioria das províncias do Norte na década de 1870, defendeu a imigração espontânea com o objetivo de minimizar o tratamento desigual que a subvencionada estabelecia. Contudo, para manifestar algum interesse do imigrante europeu em querer instalar-se na Província, seria preciso uma ampla divulgação da região internacionalmente, e o principal, mais recursos e tecnologias, coisas estas muito escassas em Alagoas. Com a omissão do governo imperial em relação a esses fatores, cresceram as dificuldades em trazer imigrantes para a região. Mesmo assim, os estadistas que ocuparam o cargo de presidente da Província alagoana, não abdicaram de fazer diversas solicitações ao governo pedindo mais atenção quanto a essas questões.

Os pedidos começaram poucos anos depois do fim do tráfico africano que desencadeou na diminuição cativa. Na margem do Rio Jacuípe em 20 de fevereiro de 1852 foi criada a colônia militar Leopoldina, na época o presidente da Província era José

¹⁹² ALARIO, Marcelo. Op. cit. p. 316.

¹⁹³ MELLO, Evaldo Cabral. Op. cit. p. 78-79.

Bento da Cunha Figueiredo. De acordo com o relatório do ano de 1863 do presidente Joao Marcelino de Souza Gonzaga, a colônia, que obtinha grande extensão de terra, foi criada para proteger as regiões de mata que ficavam próximas a ela, visto que, se encontravam cheias de criminosos e, como falado pelo presidente, homens semisselvagens.¹⁹⁴ O fato é que em 1867 a colônia militar acabou por ser extinta. Os planos para o lugar eram outros já no ano de 1854, tinha-se, naquele momento, o objetivo de formar uma colônia agrícola e trazer uma corrente de imigrantes para formar núcleos coloniais e desenvolver a região. José Antônio Saraiva em seu relatório no ano de 1855, apresenta ao governo imperial as vantagens do lugar para os europeus e a importância de nela investir:

A colonisação européa nas matas de Jacuibe não oferece somente vantagens industriaes. O economista poderia terce-lhe o mais bello panegyrico, estudando o desenvolvimento que teria a nossa producção agrícola, se alguma porção da população europea viesse aproveitar os ricos terrenos que possui a Provincia para aquelle lado. Assim como, o economista, o politico, estudando o carácter da população europea, que emigra, e que sáe de seu paíz para dar a seus filhos a propriedade que nunca possuirão, poderia achar também nesse caracter, nos habitos e preconceitos mesmo daquela população as maiores garantias de ordem e de paz, e dizer que nisso está a maior vantagem de desafiar-se a emigração europea para as matas de Jacuibe.¹⁹⁵

Em 1855 o presidente Antônio Coelho de Sá e Albuquerque solicita a proprietários, políticos da região e da corte, maior atenção à crise que enfrentava a lavoura alagoana em vista da diminuição de braços. O presidente expõe a relevância de trazer colonos a Província, sobretudo à Colônia Militar de Leopoldina, colocada pelo mesmo como um lugar preparado, com solos férteis, esperando receber famílias estrangeiras produtivas e esforçadas, especialmente suíços e alemães, que poderiam com seu trabalho desenvolver a região:

O Estado pouco lisonjeiro de nossa agricultura convida os homens públicos e particulares a discutirem seriamente os meios que possam levantar-a do ambiente em que se acha. Entre outros meios a colonisção estrangeira occorre a todos os espíritos, e para este ponto, senhores, eu chamo a Vossa atenção, convidando-Vos a que habiliteis a Presidencia a fazer um pequeno ensaio da introducção de algumas famílias allemães ou suíças, que tragam e plantem habitos de economia e de trabalho no seio da Colônia. Um grupo de estrangeiros laboriosos e morigerados será talvez um incentivo para desafiar a colonisação estrangeira em maior escala para aquellas terras tão férteis, e até hoje inteiramente desprezadas. A uerdade do solo, a salubridade do clima, as garantias

¹⁹⁴ Fala do presidente da província de Alagoas Joao Marcelino de Souza Gonzaga, 1863. p. 3.

¹⁹⁵ Relatório do presidente da província de Alagoas José Antônio Saraiva, 1854. p. 31.

de segurança de propriedade e de vida, as vias de comunicação, já abertas, e outras condições de colonização já existem. Prudência é sem dúvida aproveitá-las.¹⁹⁶

O ano de 1855 parece não ter sido de êxito quanto à vinda de grandes quantidades de imigrantes. Em 1856 o presidente Antônio Coelho de Sá e Albuquerque envia seu relatório ao governo imperial tratando sobre a crise de braços que vivia Alagoas. De acordo com ele, o fim do tráfico e a epidemia de cólera que a Província vivera foram fatores condicionantes para diminuir a mão de obra nas lavouras, onde é destacado a grande cultura do açúcar. Ainda segundo o presidente, muitos fazendeiros da Província se encontravam bastante interessados em trazer os estrangeiros, com boas propostas de trabalho e moradia. O relatório informa que existia um pedido de trezentos colonos para Alagoas a um comerciante do Rio de Janeiro chamado Antônio Francisco Guimarães Pinheiro. Os imigrantes deveriam ser de preferência portugueses, uma vez que possuíam a religião e língua compatíveis com a cultura local, essas características facilitaria o processo de adaptação e de produção. A vinda dessa quantidade de imigrantes seria um teste para os próximos pedidos que seriam feitos futuramente. Assim dizia o relatório:

A extinção de africanos e a epidemia do anno passado refizeram o número de braços escravos empregados na grande cultura do assúcar nesta província [...] Desejosos de promover a introdução de colonos agrícolas, convidei a diferentes senhores de engenho para receberem esses novos trabalhadores em suas fazendas. Meu convite foi aceito e tomado como uma grande ventura. Cerca de 300 colonos foram pedidos. Então, auxiliado pelo commendador José Antônio de Mendonça, consegui que o comerciante da praça do Rio de Janeiro Antônio Francisco Guimarães Pinheiro se compromettesse a mandar a vir dos Açores um carregamento de colonos portugueses para esta província. Os senhores de engenho fizeram seus pedidos em cartas, nas quaes se obrigam a pagar as passagens dos colonos, a dar-lhes commodo necessário, apenas aqui chegarem e alimentá-los durante um anno, sendo pagas essas despezas pelo colono com seus serviços no primeiro anno. Alguns fazendeiros preparam-se para fazer um negócio de vantajosa parceria para os mesmos colonos. O commendador Lourenço Cavalcante de Albuquerque Maranhão, que me pediu 50 colonos, está disposto a pagar-lhes as passagens e alimenta-los no primeiro anno, entregando-lhes logo um dos seus melhores engenhos moente e corrente, para ser cultivado em parceria de lucros iguaes [...] preferi colonos portugueses indo do Açores porque entendo que a homogeneidade da língua e de religião seria uma facilidade para o bom resultado deste primeiro ensaio [...] Se esta tentativa em escala que já não he muito pequena, fôr feliz, como espero, não será difficil a introdução em pouco tempo de numerosos braços estrangeiros para a

¹⁹⁶ Relatório do presidente da província de Alagoas Antônio Coelho de Sá e Albuquerque, 1855. p. 35.

cultura dos nossos campos, e então a nacionalidade pode ser mesmo allemã ou de outro ponto qualquer da Europa.¹⁹⁷

Não foi possível encontrar documentos que realmente comprovassem a vinda de tais imigrantes. Na verdade, numericamente é difícil determinar números em relação à imigração em Alagoas. O recenseamento de 1872 estabeleceu que havia cerca de 1340 estrangeiros juridicamente livres na Província¹⁹⁸, até o momento não foi possível encontrar dados de outros anos para termos ciência da quantidade de colonos. O fato é que o interesse pela imigração em Alagoas foi existente e é possível identificar os esforços para que esse processo fosse concretizado com sucesso. As documentações sobre o tema são escassas, pelo menos no período em que trata esse trabalho, contudo, nas documentações que tivemos acesso, o planejamento em trazer imigrantes para a Província foi efetivo, destaca-se aí Colônia Leopoldina, dado que o lugar aparece com constância nos relatórios presidenciais.

O projeto para atrair colonos para a região foi muito solicitado, chegando a ultrapassar a década de 1870 as súplicas ao governo para desenvolver a colônia. No ano de 1874 o presidente João Vieira de Araújo informava ao governo que com a instalação de uma via férrea em Colônia Leopoldina e nas localidades próximas facilitaria ainda mais no quesito produtividade e no estabelecimento do colono europeu. Podendo ser espontânea ou subvencionada, o desejo do presidente era que o governo buscasse trazer o imigrante para a região, não importando como. Assim informava João Vieira de Araújo:

(...) mais tarde com o estabelecimento da viação férrea se poderá desenvolver nas Zonas apontadas a produção, fundando-se ali núcleos colonias, que podem ser formados ou por imigração espontânea, ou por colonos adquiridos pela província, ou finalmente ainda pelos que devem ser importados em execução de contractos celebrados para esse fim pelo Governo Imperial.¹⁹⁹

O presidente José Thomé da Silva no ano de 1876 enviou seu relatório a Coroa, propondo novamente o projeto de imigração em Colônia Leopoldina, manifestando a importância de formar núcleos de imigrantes na região, destacando as qualidades do

¹⁹⁷ Relatório do Presidente da província de Alagoas Antônio Coelho de Sá e Albuquerque, 1856. p. 35.

¹⁹⁸ Brasil. Recenseamento do Brasil em 1872. [http:// https://biblioteca.ibge.gov.br/](https://biblioteca.ibge.gov.br/) (Apud. MELO, Hélder Silva de. 2011).

¹⁹⁹ Relatório do presidente da província de Alagoas João Vieira de Araújo, 1874. p. 68.

lugar, os ganhos que trariam a Alagoas e mostrando-se disposto em levar a frente o empreendimento:

(...) pela sua posição topographica, constituições de solo, riquezas naturaes e condições hygienica e agrícola, assim como pela sua proximidade da estrada de ferro do Recife ao S. Francisco na estação de Uma, e para isso formulei um projecto de organização da Colonia com o seu respectivo regulamento, e tudo enviei ao Exm. Sr. Ministro da agricultura Commercio e Obras Publicas com o officio de 25 de agosto ultimo, sob. n. 50, solicitando os meios necessários para levar a effeito este tão importante melhoramento que traria para a Província vantagens consideráveis.²⁰⁰

Como falado por Evaldo Cabral de Mello, é “escusado assinalar que o governo imperial nenhum apoio concedeu a projetos do interesse das pequenas províncias: o caso do núcleo colonial de Leopoldina em Alagoas.”²⁰¹ Ainda assim, os presidentes da Província alagoana não desistiram de enviar numerosos pedidos a Corte em relação a imigração, tratava-se de inserir novos braços nas plantações que, segundo os mesmos, seria imprescindível para introduzir avanços na Província.

Em 1855 o presidente Antônio Coelho de Sá e Albuquerque envia seu relatório ao governo informando das adversidades que impediam o desenvolvimento da lavoura, onde a crise, agravada pela diminuição da mão de obra escrava, só seria findada com a vinda de imigrantes. Para ele, essa iniciativa era o meio da Província sobressair do colapso que sofria, pois, nem o aumento de impostos seria uma alternativa para melhoramentos, a colonização teria a capacidade de mudar aquela realidade, caso contrário, a Província estaria fadada a estagnação. Argumentava o presidente:

Ora, não convido augmentar os impostos, e nem se esperando grande augmento na receita, porque na indústria agrícola, fonte principal de nossa riqueza e base della tende a definhar com a diuturna exportação de escravos, que infelizmente não sendo substituídos por braços livres, animando-se a colonisação, em breve nós veremos esgotadas as sobras de annos anteriores, que tem feito face ao progressivo acréscimo de despesas em completa crise, a braços com um grande deficit, e então ou haveremos de eliminar a verba de obras publicas, privando-nos das vias de communicação, abocanhando-se cada vez mais a nascente agricultura da província, ou será esta empenhada com empréstimos na hypotese de continuar o systema de despesas excessivas.²⁰²

²⁰⁰ Relatório do presidente da província de Alagoas José Thomé da Silva, 1876. p. 37

²⁰¹ MELLO, Evaldo Cabral. Op. cit. p. 70.

²⁰² Relatório do presidente da província de Alagoas Antônio Coelho de Sá e Albuquerque, 1855. p. 100.

Em 1860, com a diminuição cativa agravada, a solução aos males da lavoura, dizia o presidente Pedro Leão Velloso na Assembleia Legislativa de Alagoas, era a renovação do tráfico ou a vinda de imigrantes:

São males que se curam, ou pela provisão de braços ou pela adoção de medidas, que economizem os que existem, e diminuam o trabalho acrescentando as forças de produção; o primeiro remédio só poderemos obter ou pela renovação do tráfico (...) ou pela adoção de braços livres, que na grande lavoura substituam os escravos, isto é, pela colonização.²⁰³

Em meio às dificuldades em trazer imigrantes, o plano de aproveitamento do trabalhador nacional era recorrente. Alagoas não teve êxito rápido quanto a isso, visto que, o problema ultrapassou o século XIX segundo algumas documentações consultadas. Para o presidente Roberto Calheiros de Mello em 1864, dois problemas impediam a economia agrícola de se desenvolver. Em primeiro lugar estaria o preconceito do trabalhador livre ao associar o trabalho braçal à escravidão, pois, isso foi fator preponderante para afastá-lo das funções no campo. O segundo impasse estaria na dificuldade do imigrante em se interessar pelo clima quente da Província alagoana, coisa que para o presidente, seria uma das barreiras para haver sucesso na imigração:

(...) a escravidão deshonrando o trabalho afastou da lavoura inúmeros braços que, ou vão procurar no funcionalismo o abrigo da deshonra, ou preferem passar a vida no regaço de consumidora indolência. Por outro lado, um clima ardente n'um solo indiviso afasta de nós a colonização européia.²⁰⁴

Perante o abandono do governo em relação à imigração no Norte do país, alguns presidentes da Província de Alagoas, ao perceber a mínima atenção dada aos diversos pedidos feitos a Coroa, tentavam apaziguar os ânimos dos proprietários e estadistas presentes na Assembleia legislativa de Alagoas, que se sentiam afetados pela falta de braços. Alguns, em seus discursos, tentavam expor confiança nas ações do governo, justificando as falhas e confirmando a todos os presentes que a Corte estava agindo e fazendo o que podia para incentivar e trazer grandes correntes imigratórias para a Província. Mas, nenhuma fala de esperança foi suficiente, visto que o fracasso da

²⁰³ Relatório do presidente da província de Alagoas Pedro Leão Velloso, 1860. p. 21.

²⁰⁴ Relatório do presidente da província de Alagoas Roberto Calheiros de Mello, 1864. p. 11.

imigração foi claro para todos, não importava se o discurso do solicitante fosse ameno e esperançoso. O presidente Galdino Augusto da Natividade Silva, em 1866, buscava em sua fala animar os proprietários alagoanos:

A questão de vida para o paíz é sem contestação a importação de braços que venhaum auxiliar a lavoura. O governo geral cuida com a maior solitudine desta importante questão, mas nas actuaes circumstancias, não pode favorecer todas as provincias na proporção das suas necessidades; é coveniente, por isso, que habiliteis a administração com os meios de prover a tão importante objecto.²⁰⁵

Em 1869 a situação não mudara, o presidente José Bento da Cunha Figueiredo Junior expunha que “nem-um ensaio de colonisação se tem feito até hoje. Acho que ella póde concorrer muito para a prosperidade da nossa indústria nascente; mas deve andar a par de um bom systema que garanta o estímulo e melhor aproveitamento de braços nacionaes.”²⁰⁶ Em 1871 o mesmo presidente pleiteava a atenção do governo a imigração para Alagoas. Dessa vez ele destacou São Miguel dos Campos após uma reunião na câmara no dia 3 de junho. Assim dizia o relatório:

Que por falta de dados, não se achava a câmara habilitada para precisar a relação entre os braços livres e os escravos empregados na lavoura do município. Que as medidas a adoptar para maior desenvolvimento da agricultura são o aumento de braços que a ella se dediquem. Que o producto que mais vantagem se deve alli cultivar é a canna, e depois della o algodão, mandioca, milho, feijão, arroz etc. Que o município oferece condições favoráveis a immigração, e presentemente não existe colono nelle estabelecido.²⁰⁷

Ainda na presidência de José Bento da Cunha Figueiredo Junior, no ano de 1871, foi organizado, junto aos agricultores, a associação colonizadora que deveria servir para debater sobre maneiras de incentivar a imigração na Província alagoana.²⁰⁸ A associação não foi suficiente para aumentar a vinda de colonos, pois, as dificuldades eram muitas. Em 1872 o presidente da Província de Alagoas Silvino Elvidio Carneiro da Cunha enviava seu relatório a Coroa informando da necessidade de trazer colonos para o país, ainda mais

²⁰⁵ Fala do presidente da província de Alagoas Galdino Augusto da Natividade Silva, 1866. p. 18.

²⁰⁶ Relatório do presidente da província de Alagoas José Bento da Cunha Figueiredo Junior, 1869. p. 12.

²⁰⁷ Relatório do presidente da província de Alagoas José Bento da Cunha Figueiredo Junior, 1871. p. 07.

²⁰⁸ Relatório do presidente da província de Alagoas José Bento da Cunha Figueiredo Junior, 1871. p. 06.

em vista das reformas no setor escravista que além de potencializar a diminuição de braços, aproximava o fim do cativo:

A reforma do estado servil, como sabeis, trouxe, senão no presente, ao menos em um futuro, que não está muito distante, a necessidade imperiosa de braços, que substituam os dos libertos pela lei, e pelas repetidas e multiplicadas liberalidades, que dia a dia se reproduzem por todo o paíz, servindo até de realce obrigado em todas as festas publicas e domesticas. É preciso, pois, que sem perda de tempo encaminhemos para o nosso paíz a colonisação.²⁰⁹

No ano de 1874 o presidente Joao Vieira de Araújo fala sobre o incentivo à imigração em Alagoas e conclui que “a emigração e colonisação são meios geralmente apoutados como salvadores dessa inanição que atrophia o desenvolvimento dessa agricultura, mas é verdade que se fundam em estímulos que entre nós vivem ainda em rudimento”.²¹⁰ Sem estímulos, a vinda de colonos por conta própria era quase improvável, pois, o imigrante ansiava por lugares com melhores oportunidades e a Província de Alagoas teria que se desenvolver em vários aspectos. Para isso, o governo imperial deveria auxiliar no que fosse preciso, entretanto, não foi o que ocorreu. João Viera de Araújo ainda em 1874 expressava o imenso desejo de trazer a imigração para a Província sem discriminação de origem. Essa posição reflete que o fracasso da imigração liquidou, pelo menos em João Vieira de Araújo, as exigências da vinda de povos específicos, com características consideradas superiores na época. O presidente passava a legitimar que qualquer pessoa de qualquer localidade poderia vir a Província, uma vez que ela estaria necessitada de braços para o trabalho. Vejamos o fragmento:

Si as Alagoas gozasse a felicidade de abrir o seu riquíssimo seio a imigração estrangeira, trazendo para aqui as cores de todas as bandeiras, desde o negro da águia prussiana até o amarelo da imóvel China, transplantando para este solo todos os matizes das crenças religiosas – desde do elevado e nobre unitarismo dos Estados Unidos até o grosseiro e boçal fetichismo da África (...).²¹¹

Em 1874, em substituição ao João Vieira de Araújo, toma posse o presidente Luiz Romulo Peres Moreno. Ele enxergava uma crise na Província de Alagoas, e via na imigração uma forma de superá-la. Lembrava aos estadistas que não desistissem de

²⁰⁹ Relatório do presidente da província de Alagoas Silvino Elvidio Carneiro da Cunha, 1872. p. 07.

²¹⁰ Relatório do presidente da província de Alagoas João Vieira de Araújo, 1874. p. 98.

²¹¹ Relatório do presidente da província de Alagoas João Vieira de Araújo, 1874. p. 111.

incentiva-la, pois, com a vinda de estrangeiros, não demoraria sair da estagnação a agricultura da Província. Romulo Perez argumentava:

Não vos demova de tomar qualquer medida tendente a animar a lavoura a crise financeira por que estamos passando: ella há de ser passageira, sobretudo se, como espero, houver economia no dispêndio dos dinheiros públicos e der-se impulso a agricultura, já livrando-a dos tropeços que tolhem seu desenvolvimento, esforçando-vos para desafrontal-a dos embaraços com que está luctando, já promovendo a colonisação, e estudando os meios de substituir por homens livres o braço escravo que felizmente vae, em época bem pouco remota, desaparecer de nosso paíz.²¹²

Em outro discurso em 1874 na Assembleia legislativa de Alagoas Luiz Romulo Perez Moreno falava sobre os problemas causados pela diminuição cativa e as dificuldades de aproveitar os braços nacionais, a imigração tornava-se essencial para resolver a difícil situação da Província, preferencialmente sendo espontânea:

O braço escravo, como vós sabeis, escassêa progressivamente. Se não tomardes providencias no intuito de favorecer a colonisação, estou convencido de que, n'um futuro não remoto, as forças productivas da província tornar-se-hão completamente inertes; porque bem poucos são os nacionaes que aqui se dedicão aos trabalhos ruraes (...) Aquelles que dessa colônia fizerem parte serão os primeiros a transmitir a noticia das vantagens que tem colhido, estabelecendo-se nessa província; e assim não só poder-se-hão formar outros núcleos coloniaes, como ao mesmo tempo atthair a emigração espontânea.²¹³

Em 1877 o presidente da Província de Alagoas Pedro Antônio da Costa Moreira é mais um a clamar medidas ao governo imperial em relação à crise dos braços e o melhoramento da lavoura. De acordo com ele, seria preciso haver “o desenvolvimento da emigração que, formando um núcleo de população activa, venha substituir a escravatura, cujo desaparecimento caminha, de um modo espantoso, devido não só a mortalidade, como a libertação sempre crescente (...)”²¹⁴

A aspiração da imigração como forma de estabilizar a economia alagoana fez, em 1878, o presidente Francisco de Carvalho Soares Brandão pensar em fundar uma instituição que acolhesse órfãos de estrangeiros e filhos de ex escravizados com o intuito

²¹² Relatório do presidente da província de Alagoas Luiz Romulo Peres Moreno, 1874. p. 18.

²¹³ Relatório do presidente da província de Alagoas Luiz Romulo Peres Moreno, 1874. p. 14.

²¹⁴ Relatório do presidente da província de Alagoas Pedro Antônio da Costa Moreira, 1877. p. 28.

de fundar uma escola agrícola, preparando os mesmos para o trabalho na lavoura, resolvendo assim o problema da falta de braços.²¹⁵

Os periódicos não deixaram de expor os assuntos referentes à imigração e os esforços realizados pelos estadistas da época para incentiva-la. Enquanto uns sentiam-se esperançosos com a vinda de uma pequena quantidade de famílias de estrangeiros, outros enxergavam as barreiras que existiam em estimular grandes correntes imigratórias. Com a aproximação do fim da escravidão no país, o assunto imigração tornou-se ainda mais comentado nos diversos periódicos da região. A título de exemplo, vejamos alguns trechos entre 1876 a 1886:

Jornal de Penedo, ed 30, 1876: Colonização – Por esforços e incansável dedicação do Exm. Senhor Presidente desta Província, iniciou-se n'ella a immigração estrangeira, tendo já chegado diversos colonos a capital. É mais um passo para o agradecimento e prosperidade das Alagoas, e fazemos votos para que se torne uma realidade o pretendido estabelecimento d'um núcleo colonial entre nós.

Jornal Liberal, ed 22, 1884: (...) Uma necessidade se faz sentir entre as mais graves questões da actualidade – a libertação da escravatura. Não resta duvida que depende d'ahi a solução do instante problema da imigração, e como sequencia necessária a prosperidade da lavoura, desenvolvimento da riqueza publica e engrandecimento do paiz em todos os ramos da administração.

Jornal O Orbe, ed 26, 1884: certas questões de alta importância e consideração devem merecer a atenção dos homens políticos da minha província máximo d' aquelles que desejam o seu engrandecimento e progresso, questões que affectam muito de perto o desenvolvimento da província das Alagoas (...) Ninguém contestará hoje a necessidade que temos da immigração para cultivar e habitar tantas terras ubérrimas, niguem estranhará o augmento que tem tido muitas províncias do sul, como S. Paulo, Rio Grande etc. (...) Pensando assim conhecendo que em Alagoas, embora seu clima não seja dos melhores, dará grande incentivo as suas principaes producções e fará conhecidas outras, venho despertar a attenção dos homens importantes de minha província (...).

Jornal Gutemberg, novembro de 1886: Immigração

No louvável intuito de concorrer para a solução do tremendo problema que, abolido o elemento servil, ergue-se ameaçador diante de nossa indústria agrícola. O Alagoas, em seu último número, discute a necessidade de importar braços, e convida o governo imperial a embarcar-se na perigosa aventura de pelos meios a seu alcance, promover a immigração (...).

²¹⁵ Relatório do presidente da província de Alagoas Francisco de Carvalho Soares Brandão, 1878. p. 40.

Ao que se pode observar havia uma comoção entre políticos e grandes proprietários em torno da questão da mão de obra, viam na imigração a forma de trazerem mais trabalhadores para exercer atividades agrícolas. Julgavam que havia dificuldades na utilização dos trabalhadores nacionais livres, contudo, muitos desses fazendeiros ansiavam mão de obra barata e sem muitas exigências, viam expectativa que o imigrante funcionasse também nesse quesito.

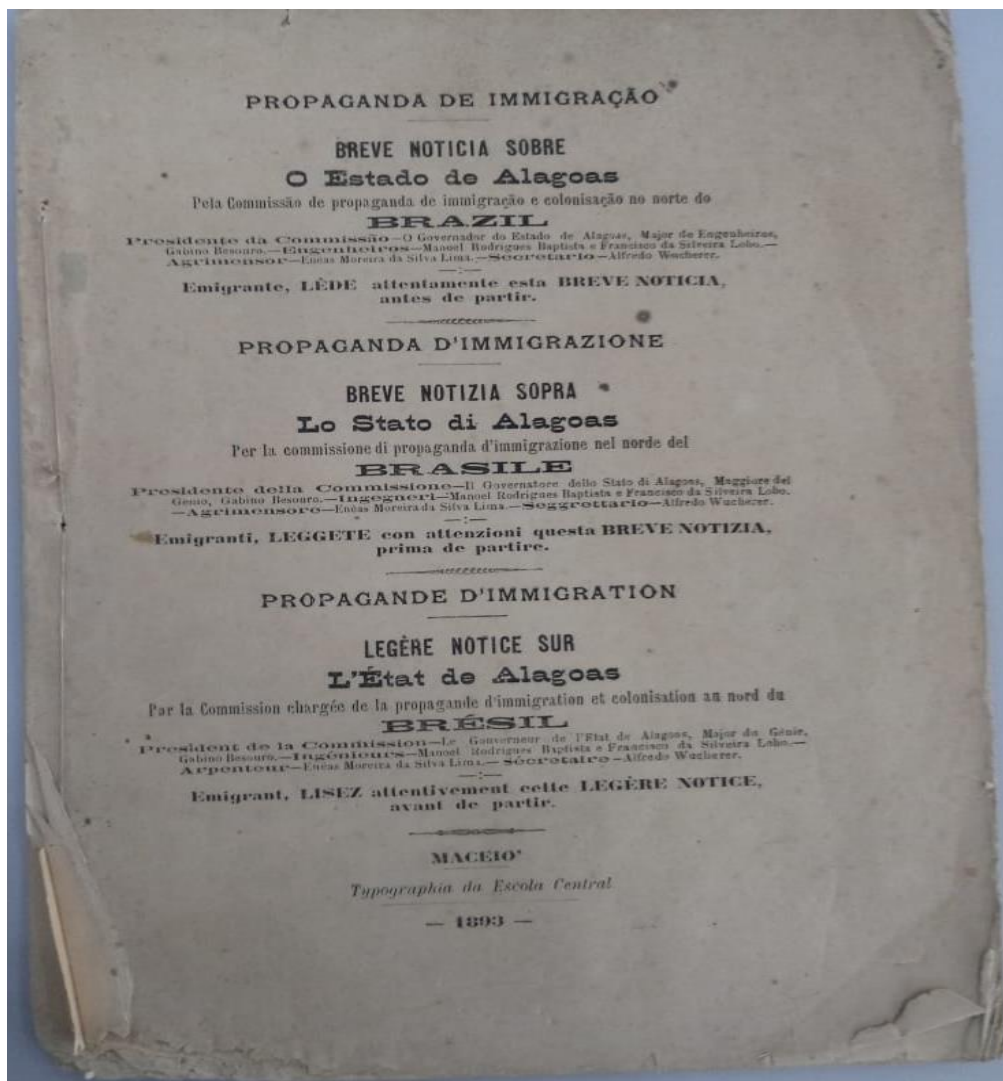
Como já falado nesse texto, não há muitos registros que apresentem a quantidade de imigrantes que desembarcaram em Alagoas no período em estudo. Aparentemente havia uma desorganização vigente em alguns setores da administração pública de Alagoas durante o século XIX quanto a coleta de alguns dados. Essa afirmação foi baseada nas reclamações permanentes por parte dos representantes do governo imperial que exigia constantemente uma maior organização da Província em relação a registros diversos. Fato esse ao que tudo indica, não era bem desempenhado. Conseguimos identificar em várias documentações sobre imigração no APA, por exemplo, constantes pedidos do governo imperial para registrar a entrada de imigrantes. Alguns dados deveriam ser preenchidos, como: Nacionalidade, gênero, idade, a região onde iria morar, os vapores²¹⁶ que traziam o imigrante, entre outras informações. Eram diversas as solicitações para que esses dados fossem coletados, porém, possivelmente não eram feitos, ou por não ter havido a entrada de muitos imigrantes ou por desorganização dos responsáveis.

IMAGEM 12

²¹⁶ Os vapores eram as embarcações que comumente traziam os imigrantes. Além dos trilhos, os vapores facilitaram o processo de transações comerciais entre os países, bem como, a circulação de pessoas. Durante o século XIX a utilização de embarcações a vapor passou a superar o uso das caravelas. Fonte: <https://www.dw.com/pt-br/1819-savannah-%C3%A9-o-primeiro-navio-a-vapor-a-atravesar-o-atl%C3%A2ntico/a-834836>

constituída de várias informações sobre Alagoas como economia, clima, e história de cada município da Província. Os dados são expressos em quatro línguas: Português, Inglês, Francês e italiano. Há uma verdadeira propaganda da região, a revista apresenta Alagoas como um lugar cheio de oportunidades e agradável para se viver e constituir família.

IMAGEM 14



Fonte: Arquivo Público de Alagoas. Capa da Revista de imigração de Alagoas. 1893. Caixa 0685.

Em uma documentação do Arquivo Público de Alagoas, foi possível encontrar uma lista de imigrantes italianos desembarcados na Província alagoana no dia 16 de fevereiro no ano de 1889. No documento alguns dados são expressos, como filiação, lugar de nascimento, estado civil e o lugar que iria ocupar o imigrante. Conseguimos identificar que quatro desses imigrantes iriam se estabelecer em Palmeira dos Índios e três deles para

olho d'agua. Quatro dos imigrantes vieram de Salerno e três vieram de Nápoles. Vejamos a imagem abaixo:

IMAGEM 15

Nome	Nº	Origem	Profissão	Estado	Outros
1. João Francisco Gualteriano	45	Salerno
2. João Francisco Casimiro	46	Salerno
3. João Maria de Barros	47	Salerno
4. ...	48	Salerno
5. ...	49	Salerno
6. ...	50	Salerno
7. ...	51	Salerno

Salerno 14 de Maio de 1889
 João Francisco Gualteriano
 João Francisco Casimiro

Fonte: Arquivo público de Alagoas. Lista de imigrantes italianos para Alagoas, 1889.

Em conclusão, nesse terceiro e último capítulo vimos que, com o fim do tráfico de africanos, a busca por mão de obra estrangeira tornou-se alternativa para suprir de braços a lavoura, já que o trabalhador nacional era considerado arredo ao trabalho e acusado de prejudicar a atividade braçal ao associa-la a escravidão. Em junção a isso se propaga no país as teses eugenistas, o homem branco imigrante passa a ser símbolo de civilidade e com sua introdução no Brasil poderia embranquecer a população de negros e mestiços consideradas inferiores e um atraso para o país. A corrente migratória foi crescente na região Sudeste e comparando-se a esta, o Norte não obteve grandes números

de colonos, sendo ainda mais afetado pela omissão do governo imperial em relação às políticas imigrantistas mais aplicadas ao Sudeste. O problema dos braços era considerado algo sério pelos estadistas do Norte que levaram suas queixas para o Congresso Agrícola do Recife. Na Província de Alagoas, com base nos periódicos, falas e relatórios presidenciais, é possível identificar que não houve êxito na entrada de grandes quantidades de imigrantes, apesar de algumas famílias estrangeiras terem se instalados na região, ainda assim, não foram existentes núcleos coloniais. Os diversos pedidos para vinda de estrangeiros foram pouco atendidos pelo governo Imperial, mas a existência da revista de imigração deixa claro que Alagoas mobilizou-se para trazer imigrantes. A administração pública alagoana realmente tentou investir e incentivar a vinda de colonos, e o grande interesse pela imigração foi refletido nas inúmeras solicitações feitas a Coroa.

Considerações Finais

Com base na análise que fizemos em torno das questões neste trabalho abordadas, foi possível obter prováveis conclusões de alguns fatos. Primeiramente, conseguimos compreender, a partir das fontes consultadas, que havia uma real preocupação dos grandes proprietários e políticos alagoanos em relação à supressão de mão de obra após a cessação do tráfico africano. Nota-se ainda que o fim do tráfico foi apontado como um dos principais fatores dos problemas da agricultura. Tinha-se a ideia de manutenção do sistema escravista, principalmente nas décadas de 1850 a 1870, dado que nesse período não havia ainda uma grande agitação das tendências abolicionistas que iriam ter mais força na década de 1880.

As epidemias foram colocadas como fator potencial de diminuição da população, especialmente dos cativos, pela administração provincial. Já as fugas foram repudiadas permanentemente pela elite escravista alagoana, uma vez que era defendido que as ações de fugas diminuam cada vez mais a presença escrava nas plantações, o fato dos reclamantes escravagistas não terem números que comprovassem o índice de evasão dos escravizados, não os impediam de relatarem aos jornais que sofriam abalos financeiros, culpavam ainda as autoridades por não darem total auxílio na recuperação dos fugidos. Nos finais do século XIX a ameaça do fim da escravidão levou os escravagistas a caçada de seus cativos, mesmo estando alguns destes com alguma incapacidade física. Os jornais consultados nesta pesquisa nos mostram que a maior parte dos fugidos estavam com algum tipo de mazela, mesmo assim os fazendeiros estavam à procura de suas “propriedades” e faziam grande questão de encontra-los, oferecendo recompensas a quem os devolvesse. Possivelmente, a insistência de encontra-los era baseada no medo de ficar sem mão de obra.

Porém, mesmo havendo um contingente considerável de trabalhadores livres na Província, como nos mostra os dados do IBGE, grandes proprietários e políticos não achavam provável conseguir utiliza-los em grande número nas lavouras alagoanas, dado que alguns motivos se sobressaiam. O preconceito contra a atividade braçal por associação à escravidão, por exemplo, era um fator apontado pelos políticos e fazendeiros da época, porém, não nos faz acreditar que seria o maior dos empecilhos para o trabalhador livre pobre em assumir essas atividades. O mais provável para não aceitação de tais empregos, seria pelo fato destes trabalhadores não aceitarem a submissão de condições tão exploratórias, assim como eram feitas com os escravizados, por isso,

melhor seria viver em condições autônomas do que passar por situações semelhantes. Essa situação, como vimos, foi bastante debatida nos periódicos e falas presidenciais da época.

Em segundo lugar, vimos que apesar de existir oscilações em relação à produção agrícola da Província, não foi existente uma crise financeira em potencial, uma vez que os registros da arrecadação de impostos mostram que não houve afetações nos cofres provinciais. Será neste sentido que entra um dos pontos dessa pesquisa. Temos a concepção de que a crise financeira tão citada nos relatórios e periódicos da época só existia do ponto de vista dos grandes proprietários rurais, dado que, apesar dos registros mostrarem que as safras eram feitas, na maioria das vezes, eram concretizadas porque além dos cativos existentes, estava também o trabalhador livre em atuação, e esse só aceitava tais trabalhos se fosse bem remunerado ou em caso de extrema necessidade. Por outro lado, é possível que existisse também a restrição ao acesso à terra a esses trabalhadores, o que era uma forma de coerção, com o objetivo de conseguir com que esses estes se empregassem na lavoura. Contudo, a alta lucratividade do grande proprietário poderia ter sido afetada, uma vez que o mesmo acostumado com relações de trabalho escravo, via-se tendo que pagar trabalhadores pelo que ele não poderia produzir sozinho, o fator potencial se respaldava na quantidade de cativos que gradativamente diminuía, obrigando o fazendeiro a pagar pelo trabalho. Aí entra o crédito rural, que era imprescindível para auxiliar no pagamento do trabalhador livre. As constantes reclamações dos senhores ao falar da crise da lavoura não se baseavam então na produção em si, mas no abalo da sua lucratividade, uma vez que ele tinha que pagar trabalhadores para a efetivação da safra, salvo os períodos em que o clima foi fator de alterações na produção, como as secas da década de 1870, por exemplo. Enfim, as queixas desses grandes proprietários tinham o objetivo de conseguir mão de obra barata, com o propósito de aumentar seu lucro. Por este motivo, a constante inferiorização ao trabalhador nacional livre, potencializando o interesse pelo imigrante que iria além da questão civilizatória e do embranquecimento social.

O interesse pela imigração, como vimos, foi existente na Província alagoana, porém, apesar de não termos números concretos da entrada desses imigrantes na região, apoiando nossa análise nas fontes aqui presentes, constatamos que não houve êxito em relação à vinda de grandes quantidades de estrangeiros, fato este que teve muita repercussão na imprensa e nas falas presidenciais, o que fez a administração provincial

criar uma revista no final do século XIX traduzida em quatro línguas propagando Alagoas, com o intuito de atrair imigrantes. Os esforços para trazer estrangeiros para Alagoas surgiram com mais força a partir de 1850 com o fim do tráfico africano e se intensificou ainda mais nos finais do século XIX. As solicitações ao governo imperial, como observamos, foram diversas, porém, como outras provinciais do Norte, Alagoas não foi beneficiada com as políticas imigrantistas que o governo desenvolvia em grande escala para o Sudeste do Brasil. Essa situação foi uma das principais pautas que se debateu no congresso agrícola de Recife em 1878, junto com outras províncias do Norte que se sentiram afetadas e julgavam a “crise dos braços” ser um dos grandes problemas a se resolver.

O tema tratado neste trabalho traz um leque de assuntos que estão em aberto para se pesquisar e debater. Todavia, esperamos que esta pesquisa possa contribuir parcialmente para uma maior compreensão de tal momento histórico que viveu Alagoas. Findando, a História nos desperta as lições do passado que são efetivamente essenciais para quem aspira saber como proceder diante de novos desafios.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARÓSTEGUI, Júlio. **A pesquisa histórica: teoria e método**/ Júlio Aróstegui ; tradução Andréa Dore ; revisão técnica José Jobson de Andrade Arruda. – Bauru, SP: Edusc, 2006.
- ALBUQUERQUE Jr. Durval Muniz de. **A dimensão retórica da historiografia**. O historiador e suas fontes / Carla Bassanezi Pinsky e Tania Regina de Luca (orgs.). – 1. ed., 2º reimpressão. – São Paulo: Contexto, 2012.
- ALBUQUERQUE Jr. Durval Muniz de. **A invenção do Nordeste e outras artes**. São Paulo: Cortez, 2011.
- ALMEIDA, Luiz Sávio de. **Alagoas: ensaios sobre demografia do século XIX**/ Luiz Sávio Almeida. – Maceió: CBA Editora, 2018.
- ALEXANDRE, Jucieldo Ferreira. **Quando o “anjo do extermínio” se aproxima de nós: representações sobre o cólera no semanário cratense O Araripe (1855-1864)**. João Pessoa, 2010.
- ALMEIDA, Luiz Sávio de. **Alagoas nos Tempos do Cólera**. 1996.
- AZEVEDO, Celia Maria Marinho de. **Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites século XIX**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- AMEUR, Farid. **A Guerra de Secessão (1861-1865)**. Lisboa: Edições 70, 2004.
- ANDRADE, Juliana Alves de. **Agricultores, pretos, sitiantes e outras gentes do vale: o universal rural das alagoas na segunda metade do século XIX**. Pesquisando na Província: economia, trabalho e cultura numa sociedade escravista (Alagoas, século XIX). 2011.
- ALARIO, Marcelo. **A Imigração estrangeira em Sergipe (1875-1930)**. (Artigo), História (São Paulo) v.30, n.2, p. 312-334, ago/dez 2011 ISSN 1980-4369.

ARAÚJO, M. V. S. **Fuga e Resistencia Escrava em Alagoas: Periódicos, escravizados e abolição em Alagoas no final do século XIX.** (Monografia). Universidade Federal de Alagoas. Maceió, 2018.

BARROS, José D'assunção. **Os conceitos na história: considerações sobre o anacronismo.** Varia, Espelho de Clio. (Artigo), 2017. p. 10. Acesso: <https://journals.openedition.org/lerhistoria/2930>

BARROS, Luiz Nogueira. **Fallas provinciaes: sua relevância para a pesquisa em Alagoas.** Revista do Arquivo Público de Alagoas. Maceió, número 2, dezembro de 2012.

BARSANUFO, Gomides Borges. **Ferrovia e Modernidade.** Revista UFG / Dezembro 2011 / Ano XIII nº 11. Dossiê ferrovias.

BARBOSA, Maria Rita de Jesus. **A influência das teorias raciais na sociedade brasileira (1870-1930) e a materialização da Lei no 10.639/03.** (Artigo). Revista Eletrônica de Educação, v. 10, n. 2, p. 260-272, 2016. p. 261. Acesso: <http://www.reveduc.ufscar.br/index.php/reveduc/article/viewFile/1525/502>

B.J Barickman. **Um contraponto Baiano. Açúcar, fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo, 1870-1860.** /Tradução de Maria Luiza X. de A. Borges- Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CARVALHO, Cicero Pércles de. **Formação histórica de Alagoas/** Cicero Pércles de Carvalho. – 3. ed ver e ampl. – Maceió: EDUFAL, 2015.

CONRAD, Robert. **Os Últimos Anos da Escravatura no Brasil: 1850-1888:** tradução de Fernando de Castro Ferro. Rio de Janeiro, civilização Brasileira, 1978.

COSTA, Emilia Viotti. **Da senzala à colônia.** São Paulo: Editora Brasiliense, 1989.

CHRISTILLINO, Cristiano Luis. **O Nordeste na historiografia sobre a política no Segundo Reinado.** Conhecimento Histórico e Dialogo Social (Artigo- ANAIS) – ANPUH. Natal, RN. Julho de 2013.

CHALHOUB, Sidney. **A Construção Nacional 1830-1889, v.2. História do Brasil Nação: 1808-2010.** Direção Lilia Mortiz Schwarcz. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.

CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque.** Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2008, 2ª reimpressão da 2ª ed., 2001.

CUNHA, Luiz Antônio. **O ensino de ofícios artesanais e manufatureiros no Brasil escravocrata.** São Paulo/Brasília: Editora UNESP/FLACSO, 2000.

DIEGUES JR., Manuel. **O Banguê nas Alagoas – Traços da influência do sistema econômico do engenho de açúcar na vida e na cultura regional.** 2 ed. Maceió: EDUFAL, 2006.

DINIZ, Ariosvaldo da Silva. **Cólera: representações de uma angústia coletiva (A doença e o imaginário social no século XIX no Brasil).** 1997.

DAVID, Onildo Reis. **O Inimigo Invisível: A Epidemia de Cólera na Bahia Em 1855-1856.** Universidade Federal da Bahia. (Dissertação). Salvador, 1993. Acesso: https://ppgh.ufba.br/sites/ppgh.ufba.br/files/1993._david_onildo_reis._o_inimigo_invisivel._a_epidemia_do_colera_na_bahia_em_1855-56.pdf

FIGUEIRA JUNIOR, O. B. **A Ordem Médica Sobre O Alagadiço: Higienismo E Epidemias Na Alagoas Oitocentista (1850-1882).** (Dissertação). Universidade Federal de Alagoas, 2018.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil.** 16. ed. São Paulo: Ed. Nacional, 1979.

FREIRE, Gilberto. **O escravo nos anúncios de jornais brasileiros do século XIX.** Recife: Imprensa Universitária, 1963.

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE ALAGOAS. **Trajetória da Indústria em Alagoas: 1850/2017** / Federação das Indústrias do Estado de Alagoas; Instituto Euvaldo Lodi.– 1.ed.– Maceió: FIEA, 2018.

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes: o legado da raça branca**. Volume 1 / Florestan Fernandes. 3º ed. São Paulo. Globo, 2008.

GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas, sinais: Morfologia e História**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

GENNARI, Emilio. **Em busca da liberdade: traços das lutas escravas no Brasil** /Emilio Gennari – 1. ed.- São Paulo: Expressão Popular, 2006.

HOBBSAWM, Eric J. **A era dos Impérios 1975-1914**. Ed. Paz e Terra. 1988.

IOTTI, Horn Luiza. **A Política Imigratória Brasileira E Sua Legislação - 1822-**

1914. (Artigo), X Encontro Estadual de História. Universidade Federal de Santa Maria. Rio Grande do Sul, 2010. Acesso: http://www.eeh2010.anpuh-rs.org.br/resources/anais/9/1273883716_ARQUIVO_OBRASILEAIMIGRACAO.pdf

IOTTI, Horn Luiza. **Imigração e colonização**. (Artigo), 2003. Acesso: https://www.tjrs.jus.br/export/poder_judiciario/historia/memorial_do_poder_judiciario/memorial_judiciario_gaicho/revista_justica_e_historia/issn_1676-5834/v3n5/doc/07-Luiza_Iotti.pdf

JUNIOR, Felix Lima. **A Escravidão em Alagoas**. Maceió, Alagoas. 1974.

KIDDER, Daniel. P. **Reminiscências de Viagens e Permanências no Brasil: Províncias do Norte**/ Daniel P. Kidder. – Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2008.

KODAMA, Kaori, **Mortalidade durante a epidemia de cólera no Rio de Janeiro (1855-1856): uma análise preliminar**. (Artigo) 2012.

KODMA, Kaori. **Africanos No Rio De Janeiro Na Epidemia De Cólera, 1855-1856.** (Artigo) 2013.

LIMA, Angela Bernadete. **A imigração para o império do Brasil: um olhar sobre os discursos acerca dos imigrantes estrangeiros no século XIX.** (Artigo) Revista Acadêmica Licenciaturas • Ivoti • v. 5 • n. 2 • p. 26-36 • julho/dezembro • 2017.

MAMIGONIAN, Beatriz Gallotti. **Africanos Livres: a abolição do tráfico de escravos no Brasil.** São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

MUNANGA, Kabengele. **Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia.** In: Programa de educação sobre o negro na sociedade brasileira[S.l: s.n.], 2004. Disponível em: <<https://bdpi.usp.br/item/001413002>>. Acesso em: novembro. 2019.

MARQUES, Danilo Luiz. **Sob a Sombra de Palmares: Escravidão, Memória E Resistência Na Alagoas Oitocentista.** (Tese de doutorado) Pontifícia Universidade Católica de São Paulo PUC-SP. 2018.

MELO, Hélder Silva de. **Pesquisando na Província: economia, trabalho e cultura numa sociedade escravista (Alagoas, século XIX).** Dados estatísticos e escravidão em Alagoas. 1850 -1872. Maceió, 2011.

MATTOSO, Katia M. de Queiros. **Ser escravo no Brasil.** São Paulo, Brasiliense, 2003.

Maria Helena P.T. Machado e Celso Thomas Castilho (Orgs). **Tornando-se livre: agentes históricos e lutas sociais no processo de abolição.** São Paulo: EDUSP, 2015.

MELO, Evaldo Cabral de. **O norte agrário e o Império, 1871-1889.** Editora Nova Fronteira: Rio de Janeiro; INL: Brasília, 1984.

MATTOS, Hebe Maria. **Das cores do silêncio. Os significados da liberdade no Sudeste escravista Brasil século XIX.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

NABUCO, Joaquim. **O abolicionismo.** São Paulo: Publifolha, 2000.

PRADO JUNIOR, Caio. **História Econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 2006.

QUEIROZ, Suely Robles Reis de. **Escravidão negra no Brasil**. São Paulo: Ática, 1987.

REIS, João José e SILVA, Eduardo. **Negociações e Conflito; a resistência negra no Brasil escravista**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

REGO, José Pereira. **Memoria historica das epidemias da febre amarella e cholera morbo que têm reinado no Brasil**. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1873.

REIS, Cacilda Estevão dos. ANDRADE, Solange Ramos de. **A Imigração Europeia Nos Discursos Da Elite Política Brasileira**.
<http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/producoes_pde/artigo_cacilda_estevao_reis.pdf>

RODRIGUES, Gisella. **A Questão Política No Império Brasileiro Diagnósticos Formulados Nos Anais Do Congresso Agrícola Do Recife (1878)**. (Artigo), volume 11 - 1º semestre - 2008 - p. 23-44 ISSN 1517-4689. Acesso: <http://e-revista.unioeste.br/index.php/temposhistoricos/article/download/1780/1432>

SLENES, Robert W. **The Brazilian Internal Slave Trade, 1850-1888**. Regional Economies, Slave Experience, and the Politics of a Peculiar Market. 2004.

SCHEFFER, Rafael da Cunha. **Tráfico interprovincial e comerciantes de escravos em Desterro, 1849-1888**. (Dissertação). 2006. Acesso: <https://core.ac.uk/download/pdf/30370529.pdf>

SANTOS, Luiz Antônio De Castro. **Um Século de Cólera: Itinerário do Medo**. p. 79-80. PHYSIS - Revista de Saúde Coletiva. Vol. 4, Número 1,1994.

SANTANA. Moacir Medeiros de. **História da Imprensa em Alagoas 1831-1981**. Arquivo Público de Alagoas, Maceió, 1987.

SCHWARCZ, Lília Moritz. **Retrato em branco e negro: jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século. XIX/** Lília Moritz Schwarcz. - São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

SANTANA, Moacir Medeiros. **Uma associação centenária.** Maceió: Arquivo Público de Alagoas, 1966.

SILVA, Dantas. **A abolição em Pernambuco.** Volume 10/ Ed. Massangana, Recife, 1988. Fundação Joaquim Nabuco.

SILVA, Wellington José Gomes da. **A liberdade requer limites: O Fundo de Emancipação e a liberdade na Província das Alagoas (1871-1886).** UFAL (Dissertação) Maceió – AL, 2017.

SERBENA, Augusto Carlos. **Imaginário, Ideologia e representação social.** (Artigo) Cadernos de Pesquisa Interdisciplinar em Ciências Humanas. ISSN 1678-7730, Nº 52 – dezembro de 2003.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O Espetáculo das Raças – cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930.** São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

TEIXEIRA, Luana. **Vapores e Escravos no Penedo, Alagoas, na Década de 1850.** (Artigo). sÆculum - REVISTA DE HISTÓRIA [34]; João Pessoa, jan./jun. 2016 p. 123.
Acesso: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/srh/article/view/26473/15833>

TENÓRIO, Douglas Apratto, 1945 – **Capitalismo e Ferrovias no Brasil.** 2º ed. / Douglas Apratto Tenório. – Curitiba: HD Livros, 1996.

TEIXEIRA, Luana. **Comércio Interprovincial De Escravos Em Alagoas No Segundo Reinado.** Universidade Federal de Pernambuco. (Tese de Doutorado). Recife, 2016.

TEIXEIRA, Rosane Siqueira. **Imigração de Trabalhadores Estrangeiros no Nordeste, Final do Século XIX e Início do XX.** (Artigo) XXIII Encontro Estadual de História/ANPUH São Paulo, 2016. Acesso: http://www.encontro2016.sp.anpuh.org/resources/anais/48/1467749675_ARQUIVO_Teixeira,RosaneS.ANPUH-SP.pdf

FONTES MANUSCRITAS:

ALVES, José Moreira. Relatório lido perante a Assembleia Leg. Prov. das Alagoas. Ano 1887. p. 21.

ARAÚJO, João Vieira de. Relatório lido perante a Assembleia Leg. Prov. das Alagoas. Ano 1874. p. 97.

ARAÚJO, João Vieira de. Relatório lido perante a Assembleia Leg. Prov. das Alagoas. Ano 1874. p. 98.

ARAÚJO, João Vieira de. Relatório lido perante a Assembleia Leg. Prov. das Alagoas. Ano 1874. p. 111.

ARAÚJO, João Vieira de. Relatório lido perante a Assembleia Leg. Prov. das Alagoas. Ano 1874. p. 95.

ARAÚJO, João Vieira de. Relatório lido perante a Assembleia Leg. Prov. das Alagoas. Ano 1874. p. 65.

ARAÚJO, João Vieira de. Relatório lido perante a Assembleia Leg. Prov. das Alagoas. Ano 1874. p. 53.

ARAÚJO, João Vieira de. Relatório lido perante a Assembleia Leg. Prov. das Alagoas. Ano 1874. p. 68.

BRANDÃO, Francisco de Carvalho Soares. Relatório lido perante a Assembleia Leg. Prov. das Alagoas. Ano 1878 p. 40.

BARROS, José Cesário Miranda Monteiro de. Relatório lido perante a Assembleia Leg. Prov. das Alagoas. Ano 1888. p. 40.

CARVALHO, Antônio Alves de Souza. Relatório lido perante a Assembleia Leg. Prov. das Alagoas. Ano 1862. p. 30-31.

CARVALHO, Antônio Alves de Souza. Relatório lido perante a Assembleia Leg. Prov. das Alagoas. Ano 1862. p. 43.

CARVALHO, Antônio Alves de Souza. Relatório lido perante a Assembleia Leg. Prov. das Alagoas. Ano 1862. p. 42.

CARVALHO, Antônio Alves de Souza. Relatório lido perante a Assembleia Leg. Prov. das Alagoas. Ano 1870. p. 281.

CARVALHO, Antônio Alves de Souza. Relatório lido perante a Assembleia Leg. Prov. das Alagoas. Ano 1862. p. 34.

CARVALHO, Antônio Alves de Souza. Relatório lido perante a Assembleia Leg. Prov. das Alagoas. Associação Comercial. Tabela sobre o açúcar. Ano 1862. p. 29.

CARVALHO, Antônio Alves de Souza. Relatório lido perante a Assembleia Leg. Prov. das Alagoas. Ano 1861. p. 9.

CUNHA, Silvino Elvidio Carneiro da. Relatório lido perante a Assembleia Leg. Prov. das Alagoas. Ano 1872 p. 7.

FIGUEIREDO JÚNIOR, José Bento da Cunha. Relatório lido perante a Assembleia Leg. Prov. das Alagoas. 20 de junho de 1851. p. 01-02.

FIGUEIREDO JÚNIOR, José Bento da Cunha. Relatório lido perante a Assembleia Leg. Prov. das Alagoas. Ano 1869. p. 12.

FIGUEIREDO JÚNIOR, José Bento da Cunha. Relatório lido perante a Assembleia Leg. Prov. das Alagoas. Ano 1871. p. 07.

FIGUEIREDO JÚNIOR, José Bento da Cunha. Relatório lido perante a Assembleia Leg. Prov. das Alagoas. Ano 1871. p. 06.

FIGUEIREDO JÚNIOR, José Bento da Cunha. Relatório lido perante a Assembleia Leg. Prov. das Alagoas. Ano 1870. p. 55.

GAMA, Agostinho Luiz da. Relatório lido perante a Assembleia Leg. Prov. das Alagoas. Ano 1859. p. 6.

GAMA, Agostinho Luiz da. Relatório lido perante a Assembleia Leg. Prov. das Alagoas. Ano 1859. p. 112.

GAMA, Agostinho Luiz da. Relatório lido perante a Assembleia Leg. Prov. das Alagoas. Ano 1859. p. 25.

GONZAGA, João Marcelino de Souza. Relatório lido perante a Assembleia Leg. Prov. das Alagoas. Ano 1863. p. 37.

GONZAGA, João Marcelino de Souza. Relatório lido perante a Assembleia Leg. Prov. das Alagoas. Ano 1863. p. 19.

GONZAGA, João Marcelino de Souza. Relatório lido perante a Assembleia Leg. Prov. das Alagoas. Ano 1863. p. 45.

GONZAGA, João Marcelino de Souza. Relatório lido perante a Assembleia Leg. Prov. das Alagoas. Ano 1863. p. 3.

MORENO, Romulo Peres de. Relatório lido perante a Assembleia Leg. Prov. das Alagoas. Ano 1873. p. 21.

MORENO, Romulo Peres de. Relatório lido perante a Assembleia Leg. Prov. das Alagoas. Ano 1874. p. 18.

MORENO, Romulo Peres de. Relatório lido perante a Assembleia Leg. Prov. das Alagoas. Ano 1874. p. 14.

MELLO, Roberto Calheiros de. Relatório lido perante a Assembleia Leg. Prov. das Alagoas. Ano 1864. p. 11.

MOREIRA, Pedro Antônio da Costa. Relatório lido perante a Assembleia Leg. Prov. das Alagoas. Ano 1877 p. 28.

SÁ E ABUQUERQUE, Antônio Coelho de. Relatório lido perante a Assembleia Leg. Prov. das Alagoas. 1 de março de 1855.

SÁ E ABUQUERQUE, Antônio Coelho de. Relatório lido perante a Assembleia Leg. Prov. das Alagoas. 1 de março de 1855. p. 54.

SÁ E ABUQUERQUE, Antônio Coelho de. Relatório lido perante a Assembleia Leg. Prov. das Alagoas. 1 de março de 1855. p. 53-54.

SÁ E ABUQUERQUE, Antônio Coelho de. Relatório lido perante a Assembleia Leg. Prov. das Alagoas. Ano 1856. p. 6-7.

SÁ E ABUQUERQUE, Antônio Coelho de. Relatório lido perante a Assembleia Leg. Prov. das Alagoas. Ano 1855. p. 6-10.

SÁ E ABUQUERQUE, Antônio Coelho de. Relatório lido perante a Assembleia Leg. Prov. das Alagoas. Ano 1855. p. 35.

SÁ E ABUQUERQUE, Antônio Coelho de. Relatório lido perante a Assembleia Leg. Prov. das Alagoas. Ano 1855. p. 100.

SALES, Henrique de Magalhães. Relatório lido perante a Assembleia Leg. Prov. das Alagoas. Ano 1884. p. 43.

SILVA, Galdino Augusto da Natividade. Relatório lido perante a Assembleia Leg. Prov. das Alagoas. Ano 1866. p. 18.

SILVA, Cincinato Pinto da. Relatório lido perante a Assembleia Leg. Prov. das Alagoas. Ano 1879. p. 62.

SILVA, João Thomé da. Relatório lido perante a Assembleia Leg. Prov. das Alagoas. Tabela do Algodão. Ano 1876. p. 47.

SILVA, João Thomé da. Relatório lido perante a Assembleia Leg. Prov. das Alagoas. Tabela do Algodão. Ano 1876. p. 37.

SARAIVA, José Antônio. Relatório lido perante a Assembleia Leg. Prov. das Alagoas. Ano 1854. p. 31.

VELLOSO, Pedro Leão. Relatório lido perante a Assembleia Leg. Prov. das Alagoas. 3 de junho de 1860.

VELLOSO, Pedro Leão. Relatório lido perante a Assembleia Leg. Prov. das Alagoas. Ano 1860. p. 21.

VELLOSO, Pedro Leão. Relatório lido perante a Assembleia Leg. Prov. das Alagoas. 3 de junho de 1860. p. 35.

*Todos os documentos estão no site: Relatórios Presidenciais Provinciais: Alagoas. Disponível em: <http://ddsnxt.crl.edu/titles/163#?c=4&m=0&s=0&cv=0&r=0&xywh=-1113%2C-160%2C4529%2C3195>

Arquivo Público de Alagoas. Modelo de lista para registro de imigrantes. Final do século XIX. Caixa 0685.

PERIÓDICOS E JORNAIS:

JORNAL O ORBE, Maceió, 1883, 1884, 1885, 1887.

JORNAL MERCANTIL, Maceió, 1865.

JORNAL DE PENEDO, Maceió, 1875, 1876, 1881, 1913.

JORNAL LIBERAL, Maceió, 1884

O CORREIO MACEIOENSE, Maceió, 1850, 1851.

O GUTEMBERG, Maceió, 1884, 1885, 1887.

LINCOLN, Maceió, 1888.

GAZETA DE NOTÍCIAS, Maceió, 1882.

PERIÓDICO O PILARENSE, Maceió. 1870

JORNAL DE MACEIÓ, Maceió 1861.

*Todos os periódicos e jornais encontra-se no site da Hemeroteca da Biblioteca Nacional.

Disponível em: <http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>